



FREDERICO RODRIGUES PÓVOA LEAL

**POLÍTICA EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE VALINHOS – SP
NO PERÍODO DE 2005 A 2012: A PROPOSTA E SUA
CONCRETIZAÇÃO.**

CAMPINAS

2014



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

FREDERICO RODRIGUES PÓVOA LEAL

**POLÍTICA EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE
VALINHOS – SP NO PERÍODO DE 2005 À 2012: A
PROPOSTA E SUA CONCRETIZAÇÃO**

Orientador(a): Prof. Dr. Zacarias Pereira Borges

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Educação, na área de concentração de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE
DEFENDIDA PELO ALUNO FREDERICO RODRIGUES PÓVOA LEAL
E ORIENTADA PELO PROF.DR. ZACARIAS PEREIRA BORGES

**CAMPINAS
2014**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

L473p Leal, Frederico Rodrigues Póvoa, 1973-
Política educacional no município de Valinhos - SP no período de 2005 a 2012 : a proposta e sua concretização / Frederico Rodrigues Póvoa Leal. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Zacarias Pereira Borges.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Política educacional. 2. Educação - Municipalização. 3. Partidos políticos - Educação. I. Borges, Zacarias Pereira, 1944-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Educational policy in the municipality of Valinhos - SP in the period 2005-2012 : the proposal and its implementation

Palavras-chave em inglês:

Educational politics

Education - Municipalization

Political parties - Education

Área de concentração: Políticas, Administração e Sistemas Educacionais

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora:

Zacarias Pereira Borges [Orientador]

Evaldo Piolli

Nilson Robson Guedes Silva

Data de defesa: 29-08-2014

Programa de Pós-Graduação: Educação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

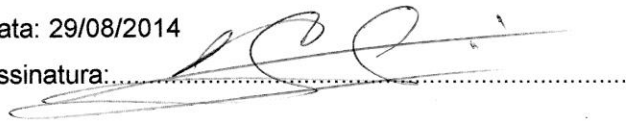
**POLÍTICA EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE VALINHOS – SP NO
PERÍODO DE 2005 À 2012: A PROPOSTA E SUA
CONCRETIZAÇÃO**

Autor : Frederico Rodrigues Póvoa Leal
Orientador: Prof. Dr. Zacarias Pereira Borges

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação
defendida por Frederico Rodrigues Póvoa Leal e aprovada
pela Comissão Julgadora.

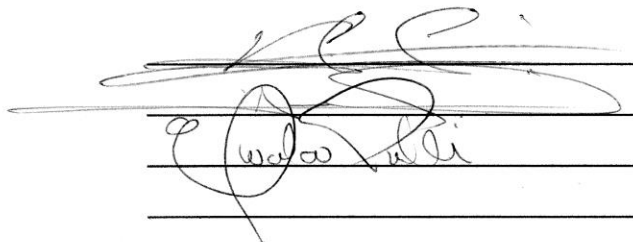
Data: 29/08/2014

Assinatura:



Orientador

COMISSÃO JULGADORA:



2014

RESUMO

O presente trabalho é um estudo sobre a política educacional no município de Valinhos no período de 2005 à 2012, que abrange os mandatos do Prefeito Marcos José da Silva, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, estabelecendo relações entre a proposta para a educação e as políticas efetivamente implementadas na rede de ensino ao longo desses anos. Na primeira parte foi analisada a problemática dos partidos políticos, buscando uma conceituação geral dos partidos, passando pela história dos partidos políticos no Brasil e a caracterização da situação partidária no país nos dias atuais, bem como uma breve caracterização do PMDB, partido em foco no estudo. Na segunda parte é iniciada pela caracterização da Região Metropolitana de Campinas, seguido do próprio município e do Governo Marcos José da Silva. Em seguida realiza-se a análise propriamente dita das políticas propostas e implementadas no município de Valinhos. Para tanto foram analisados os documentos oficiais (Programas de Governos, documentos de prestação de contas), o órgão de informação do município (Boletim Municipal), a legislação educacional (Leis e Decretos), bem como realizadas entrevistas com trabalhadores da educação visando a análise comparativa das políticas propostas com as ações efetivamente implementadas ao longo dos oito anos.

Palavras-chave: política educacional, educação: município, partidos políticos: educação.

ABSTRACT

The present work is a study of educational policy in the municipality of Valinhos the period 2012 to 2005, covering the mandates of Mayor Jose Marcos da Silva, the Brazilian Democratic Movement Party - PMDB, establishing relationships between the proposal for education and policies effectively implemented in the school system over the years. In the first part we analyzed the problem of political parties, seeking a general conceptualization of the same to the history of political parties in Brazil and characterization of partisan situation in the country today, as well as a brief description of the PMDB party focus on study. In the second part starts by characterizing the Metropolitan Region of Campinas, followed by the municipality and the government of José Marcos Silva. Then he performs the actual examination of the policies proposed and implemented in the municipality of Valinhos. For both official documents (programs Governments, accountability documents), the body of information the municipality (Municipal Bulletin), educational legislation (laws and decrees) were analyzed, as well as conducted interviews with workers of education aimed at analysis comparison with the proposed policy actions effectively implemented over the eight years.

Keywords: educational politics, education town, political parties: education.

À Michele
Minha esposa, meu amor.

AGRADECIMENTOS

À Michele, simplesmente por tudo.

Ao querido Professor Zacarias, pelo exemplo como professor nesses anos todos e pela honra de ser o seu último orientando.

Aos colegas de trabalho da rede municipal, pela parceria na luta diária no aperfeiçoamento da educação em Valinhos.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	01
1.1. Objetivo.....	06
1.2. Objeto.....	06
1.3. Metodologia.....	07
1.4. Organização do presente trabalho.....	08
2. Partidos políticos.....	09
2.1. Partidos políticos – conceituações gerais.....	09
2.2. Partidos políticos no Brasil.....	19
2.3. Partidos políticos no Brasil - hoje.....	32
2.3.1. Eleição para cargos majoritários.....	37
2.3.2. “Dança das cadeiras”.....	38
2.3.3. Frentes parlamentares no Congresso Nacional.....	39
2.3.4. Número de filiados aos partidos.....	40
2.4. PMDB – Breve história.....	41
2.5. PMDB em números.....	42
2.6. O partido e a proposta para educação.....	43
2.7. A “Proposta Montoro”.....	44
3. Política Educacional em Valinhos.....	47
3.1. Região Metropolitana de Campinas.....	47
3.2. O município de Valinhos.....	60
3.3. Rede municipal - antecedentes.....	61
3.4. A municipalização.....	62
3.5. Governo Marcos José da Silva.....	63
4. A implementação das políticas educacionais em Valinhos.....	75
4.1. O estudo da macro e micro implementação das políticas públicas.....	75
4.2. Programa de Governo – o Proposto.....	82
4.3. Políticas Implementadas – a Concretização.....	84
4.4. Categorias de análise das políticas.....	100
5. Considerações finais.....	143
Referências Bibliográficas.....	147

1. Introdução

A educação não é algo desvinculado do sistema social onde está inserida e, portanto, sofre os reflexos das mudanças ocorridas nessa sociedade. Se décadas atrás a educação deveria servir apenas a uma parcela pequena da população, em função do desenvolvimento econômico que exigia uma quantidade reduzida de trabalhadores bem formados, hoje a exigência é que todos tenham no mínimo as habilidades e conhecimentos essenciais aprendidos na educação básica.

A situação torna-se ainda mais complexa quando buscamos as relações da educação com a política partidária.

Na obra que inspirou o presente trabalho, **“Política e Educação: análise de uma perspectiva partidária”**, do Professor Zacarias Pereira Borges, investiga-se a política educacional desenvolvida ao longo dos três primeiros governos estaduais em São Paulo após a ditadura, todos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB. Dessa forma o autor buscou nos

[...] documentos partidários os programas voltados à educação, confrontando-os com as ações encetadas durante o período delimitado, para verificar a coincidência, ou não, dos propósitos, vale dizer, dos objetivos dos projetos levados a efeito com os programas inicialmente anunciados, ou seja, o manifesto de intenções anterior ao exercício do poder pelo partido. (BORGES, 2002, p.1)

O foco na questão partidária se justifica por serem os partidos os definidores das políticas educacionais; afinal nenhuma lei, decreto ou outros atos normativos são implementados sem a participação maior ou menor dessas organizações, “traduzidas” em vereadores, deputados, governadores, prefeitos, representantes eleitos pelo povo, conforme argumentado por Borges (2002).

Ainda nessa lógica, podemos dizer que os partidos políticos são

[...] os canais pelos quais as sociedades democráticas dialogam, aglutinando semelhanças e mesmo divergências “interna corporis”, buscando a superação de antagonismos, em prol do que professam ser o bem comum: a realização coletiva das satisfações individuais com base na opinião da maioria, sem o esmagamento da minoria. (BORGES, 2002, p. 248).

Para exemplificar a relação educação e políticas partidárias, podemos fazer uma breve análise dos programas apresentados pelos candidatos à prefeitura de

Valinhos, município objeto da presente pesquisa, nas eleições municipais de 2012, acessados no site do Tribunal Superior Eleitoral – TSE:

Foram três os candidatos a prefeito no município: Moysés Antônio Moysés, pelo PMDB; Clayton Roberto Machado, pelo PSDB e Alexandre Luiz Tonetti, pelo PT.

No Programa de Governo do PMDB, extremamente sucinto (apenas seis páginas), são feitas inicialmente considerações mais amplas sobre as concepções de governo do candidato, seguidas das propostas gerais organizadas em 11 temas: educação; saúde; segurança; desenvolvimento econômico – emprego e renda; desenvolvimento social e habitação; agricultura; transporte; cultura; meio ambiente e saneamento; esporte; gestão – tecnologia da informação e comunicação.

A educação ocupa, juntamente com a saúde, uma aparente posição de maior destaque no Programa. Na área da educação são 10 propostas, das quais três se referem a modalidades que não são da responsabilidade direta do município (Ensino Médio e Profissionalizante); duas se referem a ampliação de escolas e creches e uma na ampliação do atendimento da demanda de 6 anos (antecipando a “data de corte” para março); as demais propõem a inclusão digital, a continuidade dos programas de entrega de materiais e apostilas, o investimento em qualidade educacional e a valorização do profissional da educação.

O Programa de Governo do PSDB, contando com 57 páginas, é iniciado com uma carta à população, com considerações gerais sobre a elaboração do Programa e a visão geral de governo. Na sequência são citadas as propostas organizadas em 20 temas: administração pública, região metropolitana, recursos humanos, saúde, agricultura, meio ambiente, educação, terceiro setor, cultura, esporte e lazer, juventude, direitos humanos e cultura da paz, segurança pública, transporte e trânsito, desenvolvimento econômico, turismo e eventos, assistência e promoção social, desenvolvimento urbano e urbanismo, saneamento, obras públicas.

Considerando a quantidade de tópicos abordados dentro de cada tema, percebe-se um destaque para as áreas de saúde, educação e cultura. A área da educação está organizada em 25 propostas, priorizando temáticas como Ensino Médio, Profissionalizante e Superior (criação de FATEC, cursinho pré-vestibular),

com 4 propostas; a questão da informatização (sistema informatizado na educação, tecnologia nas escolas, escola digital modelo e escola virtual visando comunicação e informação com pais), totalizando 4 propostas, além da questão da formação de profissionais da educação (ampliar capacitações, espaço físico e capacitação para profissionais que lidam diretamente com crianças menores até 3 anos), com 3 propostas. As demais tratam desde a questão da inclusão, passando por programas de arte e cultura e reforma de escolas e chegando a programa de biblioteca escola e monitoramento das unidades.

Finalmente, o Programa de Governo do PT, contando com 68 páginas, se organiza da seguinte forma: uma introdução, seguida pela apresentação do “Manifesto-Programa”, caracterização e diagnóstico do município e finalmente as temáticas nas quais se organiza o Programa, sendo estas as seguintes: gestão e participação, direitos humanos e desenvolvimento social e políticas públicas.

No Programa as áreas abordadas com maior destaque (tendo em vista o espaço destinado às mesmas) são: saúde, cultura, meio ambiente e desenvolvimento local e sustentável. A educação é abordada em linhas amplas, basicamente indicando os princípios gerais que devem ser observados, mencionando o Plano Nacional e Municipal de Educação.

Em dois dos três casos percebe-se claramente a tendência geral dos programas dos partidos em enfatizar as propostas na área de educação, através de uma maior quantidade de propostas específicas na área. O terceiro candidato, por sua vez, também prioriza a educação, mas destoa dos outros dois ao se centrar na necessidade de efetivação das políticas nacionais no âmbito do município, sem o detalhamento de propostas específicas.

Percebe-se nas duas propostas iniciais a proximidade tanto no que se refere à aparente priorização de áreas como educação e saúde, quanto, dentro da área da educação, a prioridade para temáticas “socialmente privilegiadas”, tais como a ampliação de atendimento na rede (creche), a assistência ao aluno (entrega de uniforme e material escolar) no caso do primeiro candidato; a questão da informatização e do ensino profissionalizante (no caso do segundo candidato). A terceira proposta, apesar de priorizar a educação e principalmente a saúde, não

guarda proximidade em termos de propostas específicas, centrando-se basicamente nos princípios gerais a serem mantidos na área da educação.

Além dos Partidos, naturais definidores das políticas públicas para educação (juntamente com a participação da sociedade através das suas entidades de classe, estudantis, sindicais e outras), um outro ator tem ampliado e intensificado sua participação nas últimas décadas: o empresariado.

Para entender quem é esse ator e a sua linha de atuação recorreremos a Singer (1995) que define dois grandes posicionamentos diante da educação: uma primeira, denominada civil democrática, entende a educação como processo de formação cidadã, visando o exercício de direitos e obrigações da democracia. Centrada nas classes populares, tem objetivo principal de propiciar aos filhos desse segmento social a consciência e consequente motivação para engajar na busca de uma sociedade mais livre e igualitária. A educação escolar, nessa perspectiva, busca preparar o indivíduo para a adequada inserção em todos os âmbitos da vida adulta (profissional, familiar, esportiva, etc.). Finalmente, é centrada na ideia de “relação entre educador e educando em que o primeiro conduz o segundo por vias que vão sendo determinadas cada vez mais pelo último” (SINGER, 1995, p. 5-6).

Já a segunda visão, denominada produtivista pelo autor, vê a educação como instrumento para a inserção na divisão social do trabalho e centra os esforços na chamada acumulação do capital humano, devendo a escola instruir o aluno para a inserção mais vantajosa no mundo do trabalho. Nessa visão existe o pressuposto de que a melhoria individual irá produzir posteriormente a elevação social.

Esse segundo modo de ver a educação é o defendido por grande parte do empresariado brasileiro. O Grupo Abril, através da iniciativa “Educar para crescer”, evidencia a importância dada à melhoria da qualidade educacional (e a visão do que vem a ser essa “qualidade”) como também a necessária exclusão da política da escola:

O empresário deverá transmitir aos políticos locais três mensagens: 1) A única prioridade é melhorar a qualidade da educação inicial; 2) Escola é como empresa; se não buscar a eficiência com método e competência, ela não virá; 3) A política deverá ser banida da escola, pois é inaceitável. Se os empresários repetirem isso e cobrarem resultados com energia, farão uma revolução na educação dos seus municípios - e a custo praticamente zero. (Grupo Abril, Educar para Crescer, 2012 - *grifo nosso*)

Corroborando as considerações anteriores, temos ainda o trabalho de Mário Luiz de Souza (2010), que analisou o projeto de educação presente nos artigos do empresariado industrial publicados na Folha de São Paulo, no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e no primeiro do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006).

Nesse trabalho são analisados 185 textos que versam sobre a questão da educação, “tendo como foco os problemas sociais que marcam a sociedade brasileira” (SOUZA, 2010, p.1). Inicialmente o autor destaca o aumento da produção de publicações (de 45 no primeiro governo de FHC para 103 no primeiro governo Lula), além da ampliação significativa do foco dos artigos na relação entre educação e problemas sociais, evidenciando a “inscrição da educação como fator imprescindível para a construção de uma nova sociabilidade” que passa a “ter um papel tão relevante na estruturação do discurso educacional do setor industrial, quanto à lógica do crescimento econômico.” (SOUZA, 2010, p.3)

Também é salientada uma continuidade nos discursos no que se refere à relação entre educação e os problemas sociais: 1) a discussão analisa as mais diferentes mazelas sociais (concentração de renda, pobreza, miséria, fome, etc.), 2) a educação é sempre vista como instrumento primordial para superação das mazelas sociais e 3) a defesa de uma educação escolar claramente voltada para a formação do indivíduo, sempre com ênfase nos conhecimentos e competências direcionados para o trabalho com as novas tecnologias e as novas formas de trabalho.

Um outro ponto identificado é o fortalecimento da proposta de participação ativa do terceiro setor, de ONGs e do empresariado diretamente na melhoria da educação escolar. Esse discurso é muito forte e busca convencer não somente a sociedade como um todo, mas também criar um consenso dentro do próprio empresariado.

Feitas as considerações iniciais contextualizando a temática do estudo ora realizado, vamos à definição do trabalho propriamente dito.

1.1. Objetivo

O objetivo do trabalho é estudar a política educacional no município de Valinhos no período de 2005 à 2012, que abrange os mandatos do Prefeito Marcos José da Silva, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, estabelecendo relações entre o Programa de Governo, a proposta para a educação e as políticas efetivamente implementadas na rede ao longo desses anos.

Basicamente pretende-se responder a dois questionamentos essenciais:

- Existe uma proposta efetiva de educação no programa de governo?
- Essa proposta se concretizou em políticas públicas ao longo dos mandatos?

De outra forma: no programa de governo existe uma proposta consistente para a área de educação, com fundamentação adequada, análise da realidade municipal e focada nas necessidades da área? E, diante disso e ao longo dos oito anos de governo, essa proposta foi transformada em prática através dos mecanismos necessários (Decretos, Leis, Portarias, etc.) e realmente chegou ao “chão da escola”, concretizou-se nas unidades escolares da rede?

1.2. Objeto

A escolha do município para a pesquisa se deu em função da minha trajetória como profissional da educação na citada rede (há mais de dez anos como Diretor de Unidade Escolar), tendo sido representante no Conselho do FUNDEB, no Conselho Municipal de Educação, no Grupo de Trabalho para a elaboração do Regimento Comum das Escolas Municipais e na Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Educação.

O Município de Valinhos está localizado na Região Metropolitana de Campinas (juntamente com outras 18 cidades), constituindo-se como um polo de desenvolvimento econômico, contando com empresas de diversos setores da indústria, comércio e serviço. Em 2013 Valinhos foi a 12ª colocada no ranking da Organização das Nações Unidas – ONU que listou os municípios brasileiros com grau de desenvolvimento considerado muito alto no Índice de Desenvolvimento

Humano Municipal – IDHM. Os indicadores considerados são educação (0,763), expectativa de vida (0,850 – 76,01 anos) e renda (0,848 – 1.570,91), perfazendo um IDHM final de 0,819. Em 2000, na última medição, ficou em 18º lugar¹.

Acrescenta-se a isso o fato do governo em questão ter sido do PMDB, partido que cumpriu papel importante no processo de redemocratização, especialmente no Estado de São Paulo e na área da educação. Segundo Borges, o PMDB (herdeiro do Movimento Democrático Brasileiro – MDB, via democrática de resistência à Ditadura Militar instaurada no Brasil em 1964), foi o grande partido da consolidação da democracia no Brasil, e “consagrou-se nas urnas, com a eleição de nove governadores, justamente nos estados mais importantes econômica e politicamente” (BORGES, 2002, p.1) nas primeiras eleições livres pós-ditadura.

1.3. Metodologia

Diante do tema exposto e dos objetivos, o que se pretende como procedimentos metodológicos para o projeto são os seguintes:

- ✚ Mapeamento geral da rede educacional e do governo (escolas, alunos, índices, estrutura de gestão do executivo, etc.);
- ✚ Análise do Plano de Governo e da proposta para a educação aí contida, visando o conhecimento do previsto;
- ✚ Análise das propostas e “princípios” do PMDB para educação nos diferentes âmbitos (municipal, estadual, nacional);
- ✚ Para balizar esse previsto com o efetivamente concretizado, serão utilizados alguns instrumentos:
 - Leis, Decretos e outros instrumentos normativos para a educação, propostos pelo Executivo ao longo desse período, basicamente através do órgão oficial de informação do governo (Boletim Municipal);

¹ REVISTA EXAME. **As 50 melhores cidades do Brasil para viver, segundo a ONU**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/as-50-melhores-cidades-do-brasil-para-se-viver-segundo-onu?p=13>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

- Entrevistas com os diferentes segmentos da educação (professores, especialistas e funcionários) para uma aferição da efetiva implementação dos programas de governo;

A metodologia tem por base a pesquisa qualitativa, voltada para a análise de conteúdo, centrada na análise documental confrontada com as entrevistas, buscando uma visão mais completa do tema abordado.

1.4. Organização do presente trabalho

Na primeira parte o foco serão os partidos políticos: conceituações gerais, um panorama dos partidos políticos no Brasil e na atualidade e o detalhamento em relação ao PMDB.

Na segunda parte será tratada da política educacional em Valinhos, começando pela contextualização através de um panorama da Região Metropolitana de Campinas, seguido de um mapeamento geral do município e da rede municipal de ensino antes do período estudado, além do processo de municipalização, finalizando com a gestão do Prefeito Marcos José da Silva.

Na parte seguinte será analisada a implementação das políticas educacionais em Valinhos, começando com uma análise teórica dos estudos da macro e micro implementação das políticas públicas, seguida da exposição e análise dos Programas de Governo e das políticas implementadas através dos documentos de prestação de contas, boletins municipais e entrevistas. Finalmente, ainda nesse capítulo, serão expostas e discutidas as categorias de análise definidas no estudo.

Na última parte serão realizadas as considerações finais.

2. Partidos Políticos

2.1. Partidos políticos – conceituações gerais

Considerando a necessidade de um aprofundamento na temática dos partidos políticos e os diversos embates travados pelos estudiosos do tema, passamos a seguir a uma visão geral da questão, utilizando basicamente o trabalho de Seiler (2000), denominado “Os partidos políticos”.

Apesar da antiguidade do termo (o uso do termo “partido” é mais antigo do que “classes sociais”, por exemplo) ainda não se chegou a um consenso sobre a questão, sendo utilizado inicialmente para designar grupos armados de militares, atuando à parte do exército, depois de grupos armados organicamente constituídos e finalmente se torna um sinônimo para facções da política.

Apesar da expressão “partido” ter sido utilizada inicialmente na Idade Média para definir os Armagnacs e os Bourguignons (grupos rivais que travaram uma guerra civil na França, paralela à guerra dos cem anos) ou Guelfos e os Gibelinos (facções políticas que estiveram em guerra principalmente na Itália, a partir do século XII), a maioria dos cientistas políticos adere à posição definida por Weber: “os partidos são os filhos da democracia e do sufrágio universal” (SEILER, 2000, p.10).

O autor analisa então a evolução do pensamento científico sobre o fenômeno partidário, distinguindo quatro etapas nesse processo (SEILER, 2000, p.12-17):

- [...] “Pré-história da ciência política, época em que os filósofos, ensaístas e ideólogos diversos sustentam, sobre o partido, um discurso de tipo normativo” [...]: esse período se inicia com as revoluções inglesas (1688) e vai até a morte de Karl Marx (1883), tendo como principais pensadores Bolingbroke, Madison, Hume, Burke, Benjamim Constant e Bluntschli;
- [...] “A segunda é a dos *Founding-fathers* da disciplina, caracterizada por uma vontade de sedimentar seu discurso no pedestal da cientificidade, cedendo, por vezes, a preocupações normativas” [...]: ocorre na virada do

século e possui como principais nomes os seguintes: Max Weber, Bryce, Lowell, Ostrogorsky e Michels;

- [...] “A terceira representa, a nosso ver, o período axial da sociologia política dos partidos, totalmente marcada pela obra seminal de Maurice Duverger – *Les partis politiques*” [...]: caracterizada pelo autor em questão, que assim define a importância da sua obra:

[...] continua sendo a melhor explicação sobre os partidos do começo dos anos 1980: a superfície adquiriu rugas, mas o fundo permanece quase intacto. Depois, porque as porções envelhecidas não concernem ao essencial. Dizem respeito mais ao aspecto descritivo do que ao seu valor heurístico [...]. (DUVERGER, 1981, *apud* SEILER, 2000, p.15)

- [...] “A quarta etapa, enfim, é a do lançamento do debate aberto por Duverger” [...]: ocorrendo uma multiplicação dos trabalhos e publicações sobre o tema, sendo as mais marcantes as de Robert Dahl e Lipset e Rokkan, mas também com contribuições de Epstein, Sartori, Blondel, Daalder e Mair, Avril, Beyme.

Posteriormente Seiler considera as primeiras definições propriamente ditas sobre os partidos políticos. Inicialmente, citando Jo Lapalombara e Myron Weiner, elenca os quatro requisitos para que um grupo possa ser considerado partido político (SEILER, 2000, p.11):

- * a continuidade na organização – isto é, uma organização cuja esperança de vida não dependa da dos seus dirigentes atuais;
- * uma organização visível e verossimilmente permanente a nível local, dotada de comunicações regulares e de outros modos de relação entre elementos locais e regionais;
- * uma determinação consciente dos dirigentes em conquistar e preservar o poder de decisão sozinhos ou em coalização com outros,

tanto em nível local quanto nacional e não influenciar simplesmente o exercício do poder;

* uma preocupação com a organização, tendo em vista ganhar partidários por ocasião das eleições ou de qualquer outro meio de obter apoio popular;

Após outras considerações, sintetiza a definição dos partidos “como sendo organizações visando mobilizar indivíduos numa ação coletiva conduzida contra outros, paralelamente mobilizados, a fim de alcançar, sozinhos ou em coalizão, o exercício das funções de governo”. (SEILER, 2000, p.25)

Na sequência o autor aborda a questão da função dos partidos, afirmando que eles são “os mal-amados da democracia”, utilizados como os “bodes expiatórios de tudo que vai mal no governo do país”. (SEILER, 2000, p.27) Porém, interessa analisar qual relação os partidos mantêm com a democracia: uma relação positiva, já que não existe hoje no mundo uma democracia representativa que funcione sem partidos políticos, e uma relação negativa, considerando-se que toda vez que uma democracia é substituída por ditaduras (consideradas de direita ou de esquerda), os partidos políticos são os primeiros a serem abolidos ou reduzidos à mera formalidade.

As funções dos partidos políticos são as mais diversas, segundo os autores analisados por Seiler (2000, p.31 e seguintes):

- Recrutamento e seleção de pessoal dirigente para os cargos do governo (R.G. Schwartzberg: usa o termo recrutamento; Jean-Marie Denquin: denomina a função de seleção dos candidatos; Georges Lavau: fala da função de revezamento político, possibilitando que o sistema não seja imóvel ou unidimensional e que seja adaptável às condições externas)
- Gênese de programas e de políticas para o governo (R.G. Schwartzberg: função de programação, que dá seu vocabulário ao

sufrágio; Léon Epstein: função da estruturação da opinião; Frank Souraf: função de definição e de expressão dos programas políticos; Jean-Marie Denquin: função de estruturação da vida política; Georges Lavau: possibilita ao sistema defender-se e impor uma resistência às tensões centrífugas, bem como a seus processos internos de combate político)

- Coordenação e controle dos órgãos governamentais (Frank Souraf: consiste em enquadrar os eleitos, condicionando assim a coordenação e o controle dos processos de decisões políticas; R.G. Schwartzberg: assegura o laço entre os mandatários eleitos e os mandantes – cidadãos e eleitores e enquadra os primeiros; Debbasch e Pontier: função de enquadramento dos eleitos; Denquin: seleção dos candidatos; Lavau: função de coordenação e controle dos órgãos governamentais está subsumida pela função de legitimização-estabilização);
- Integração societária pela satisfação e pela conciliação das demandas dos grupos ou pela contribuição de um sistema comum de crenças e ideologias (Merkel, Gabriel Almond e Bingham Powell: globalizar as demandas particulares e dos interesses das categorias; segundo os últimos o mundo moderno deu essa função aos partidos, que agregam e globalizam as demandas pontuais e das categorias veiculadas pelas associações e pelos grupos de pressão; Denquin: papel de integração social; sem os partidos a cena política seria um caos total de interesses extremamente e demasiadamente fragmentados para serem considerados)
- Integração social dos indivíduos por mobilização de seus apoios e por socialização política (Referem-se aos aspectos que possibilitam a participação dos indivíduos no sistema e o papel pedagógico dos partidos; recompor laços de sociabilidade – segundo Anne Tristan; Epstein: estruturação do voto; Denquin: aspectos individuais do papel

da integração; Debbasch e Pontier: função da educação política, desde cedo preparando os indivíduos para se tornarem cidadãos, oferecendo-lhes uma visão política);

- Contra-organização e subversão (Georges Lavau: efeitos favoráveis que a contestação de um sistema dado pode trazer a sobrevivência desse mesmo sistema; função tribúncia, estudado por Lavau no caso do Partido Comunista Francês; função que era do Tribuno da plebe na República Romana: exprimir o descontentamento e a rabugice dos excluídos; com isso assegura a sobrevivência do sistema, pois desvia as virtualidades revolucionárias, sendo uma útil válvula de segurança);

Assim, pode-se concluir que a função dos partidos é o de assegurar “o revezamento de homens e de ideias”, [...] estabilizar “o sistema ao torna-lo legítimo aos olhos dos cidadãos e, para alguns dentre eles”, [...] canalizar “os descontentamentos, reforçando, assim, a legitimidade do sistema”. (LAVAU, 1953 *apud* SEILER, 2000, p.34)

No que se refere às clivagens partidárias, Seiler aponta que normalmente os partidos são classificados em oito categorias: comunistas, socialistas, ecologistas, democrata-cristãos, liberais, agrários, conservadores e a extrema direita, sendo que alguns acrescentam aí um grupo de “inclassificáveis” ou diversos, onde figuram os partidos americanos, os partidos étnicos e os nacionalistas.

Mas a classificação dos partidos é sempre uma tarefa espinhosa, pois diversas diferenças significativas são percebidas em quaisquer classificações e as exceções se tornam inúmeras, deslegitimando a regra geral.

Dentre as tipologias que buscam definir as famílias dos partidos, a mais antiga é a dicotomia “direita-esquerda”: com origem na tradição parlamentar francesa, essa divisão foi adotada amplamente dentro e fora da França, mesmo em países onde culturalmente haviam outras tradições dicotômicas (caso do

parlamento britânico, onde os conceitos predominantes são o de maioria e oposição). Tão antigo quanto os conceitos de “direita” e “esquerda” é o de “centro”, proposto para atenuar a dicotomia, o chamado “eterno pântano”.

Duverger, citado por Seiler, afirma que “toda política implica uma escolha entre dois tipos de soluções: as soluções intermediárias relacionam-se com uma ou com outra”, e vai além: “centro não é outra coisa senão o agrupamento artificial da parte direita da esquerda e da parte esquerda da direita”. (DUVERGER *apud* SEILER, 2000, p.41 e 42)

Ainda citando Duverger, Seiler aponta que o multipartidarismo provém de dois fatores: fracionamento e superposição. O fracionamento é a busca pelo acordo para o centro ou aos extremos pela manutenção da pureza das ideias defendidas. Já a superposição diz respeito às diversas categorias que entrecruzadas provocam outras nuances possíveis às dualidades.

Dessa forma, para Duverger, o dualismo é histórico (pois pode ser encontrado facilmente e em grande quantidade de ocorrências na história), lógico (pois um conflito tende sempre à bipolarização) e natural (pois o homem comum também tende a reproduzir nas próprias atitudes dos cidadãos).

A crítica a essa posição se dá na medida em que essa bipolarização surge nitidamente ligada à tradição política francesa, não encontrando respaldo em todos os países do mundo, onde outras polaridades são percebidas, tal como o exemplo americano onde a organização em Democratas e Republicanos não traduz necessariamente a clássica dicotomia “direita-esquerda”. Do mesmo modo, em certos países, as dicotomias se traduzem em dois grandes partidos de direita ou de esquerda. Finalmente critica-se essa posição dualista por existirem exceções demais à regra para ser considerada como tal.

Na busca de um avanço teórico sobre o dualismo “direita-esquerda” alguns estudiosos buscaram atrelar à esquerda a propositura de mudanças e a direita a conservação do status quo. Porém isso também “cai por terra” quando temos exemplos como a mudança na continuidade, mudança sem riscos e mudança na segurança, feitos por políticos ditos de direita e criticados pela esquerda. Ainda um outro grupo de pesquisadores, do qual o mais ressaltado é Jean Blondel, analisou a

questão criando uma noção de um *continuum* direita-esquerda. Finalmente houve também a tentativa de uma nova tese de dualismo conceitual renovado, buscando entender os partidos sob uma outra ótica, mas ainda sob o dualismo (conservadores, progressistas; ordem, progresso; resistência, movimento; mudança, continuidade).

Na sequência analisa-se as tentativas de entender as clivagens partidárias através de tipologias multidimensionais, ressaltando que estas não necessariamente facilitam a compreensão do fenômeno partidário e foram pouco desenvolvidas. Algum avanço se deve a Arend Lijphart, que busca abordar a questão através da análise das tipologias existentes e chega a sete clivagens: socioeconômica, religiosa, etnocultural, urbano-rural, apoio ao regime, política estrangeira e pós-materialismo.

Quanto à lógica da organização, Seiler define os tipos partidários utilizando Duverger (SEILER, 2000, p.107):

- Partido de quadros: considerado por Duverger como “partidos ‘de criação interior’” [...] constituídos “a partir de grupos parlamentares formados dentro das assembleias representativas”;
- Partidos de massa: “resultam de iniciativas tomadas fora do sistema de poder” [...], com “suas origens em ligas, sociedades secretas, organizações, Igrejas, sindicatos agindo na sociedade, mas desprovidos de representação política em nível parlamentar.”

A essa classificação, Jean Charlot (citado por Seiler, 2000, p.109) inclui o “Partido de Eleitores”, justificando-o como um partido grande, onde as massas não desempenham um papel essencial; é um partido de quadros, mas não é voltado para os notáveis. Define o Partido de Eleitores possuindo integrantes que se recusam ao dogmatismo ideológico (se diferenciando do Partido de Massa), mas também admite a solidariedade de grupo, recusando o individualismo, se afastando aí do Partido dos Notáveis ou de Quadros.

Ainda um outro pensador (Otto Kirchheimer), acrescenta um outro tipo de organização partidária denominada “Partido Capta-Tudo” ou “Partido Reunião”, sendo definido como um Partido que não é estritamente regional, nem com visões ideológicas marcadas, ou apegado à uma causa específica, ou ainda em defesa de uma categoria trabalhadora específica.

Quanto à lógica de mobilização dos partidos políticos, Seiler menciona duas formas diferentes: a convencional, definida por Ron Inglehart como a participação comum, seguindo caminhos legais ou habituais, em conformidade com o sistema representativo. Já Duverger define a participação em círculos, onde são definidos os seguintes níveis: militantes, adeptos, simpatizantes e eleitores. Já Seiler se baseia na definição de Duverger, mas redefine os termos:

Eleitores: considerando o paradigma utilitarista é definido como uma relação mercadológica de oferta e procura de um produto qualquer. Já o paradigma de Michigam considera diversos elementos além da identificação partidária (sexo, idade, raça, região, religião, educação, etc.), sendo que também algumas forças podem atuar mais decisivamente a curto prazo e depois perder a força ou ainda se consolidar.

Simpatizantes e adeptos: são reunidos em uma única categoria – partidários – por se definirem por apoiar um partido e não hesitar em manifestar essa preferência publicamente;

Militantes: É o “partidário que decide pelo engajamento numa ação coletiva para servir a seu partido” (SEILER, 2000, p.129), sendo sua motivação as mais diversas: vantagens pessoais, simpatia ou admiração pelo candidato partidário.

Dirigentes: Seiler (2000, p.132) utiliza Weber para citar os dois tipos de dirigentes: o chefe carismático, que “encarna a causa, os valores do partido e sua ascendência sobre os militantes e os eleitores e possui algo de religioso”; e o empreendedor político que é “movido pelo interesse material”,[...] investindo “na organização partidária a fim de retirar dela um benefício material pessoal”. Cita também Robert Michels, que contribui para a questão afirmando que os partidos são sempre oligárquicos, pois surgem através de um conflito social, como porta

voz de um grupo, sendo posteriormente legitimados pelo sufrágio universal. Também analisa que ocorre a personalização do poder através da permanência recorrente dos chefes dos partidos, em alguns casos se tornando vitalício. O mesmo autor enfatiza que partidos de militantes dissociam lideranças e posto dirigente, enquanto os partidos de eleitores reforçam o princípio de personalização e da liderança.

Ao final da sua obra, Seiler trata da questão dos sistemas de partidos, definido como um “conjunto estruturante formado pelas relações ora de oposição, ora de cooperação que existem entre os partidos políticos que agem no palco político de uma mesma sociedade política”. (SEILER, 2000, p.137)

Como características básicas podemos citar que o sistema de partidos é um conjunto estruturado de relações, sendo as relações cooperativas ou conflituais e são normalmente nacionais, mesmo que em alguns países o partido somente seja representado regionalmente.

Duverger propõe uma tipologia baseada no número, bem como uma explicação de acordo com o modo de votação, opondo o bipartidarismo ao multipartidarismo, ao qual Blondel irá incluir o conceito de sistema de “dois partidos e meio”, onde existem dois partidos predominantes e um partido menor que não pode exercer o poder sozinho, mas que é suficientemente importante para que os grandes tenham que se incomodar em fazer coalização ou se preocupar com a oposição deste pequeno partido.

Giovanni Sartori, por sua vez, funda uma tipologia baseada em critérios simples, onde retoma Duverger e o complementa, considerando que nem o bi nem o multipartidarismo se baseiam exclusivamente em números, sendo o critério decisivo os partidos que efetivamente influenciam no jogo parlamentar, desconsiderando os pequenos partidos que não provocam alterações no jogo político.

É o conceito de Relevant Party. Para determinar a natureza bipartidista ou multipartidista de um sistema, não se levam em conta os partidos, pequenos ou excluídos de qualquer coalização, cuja presença ou ausência não muda nada na constituição e na sobrevivência parlamentar do governo (SEILER, 2000, p.142)

Como conclusão, Seiler afirma que a ciência política é muito recente, começando sua expansão depois de 1945, com bases no início do século, já que sua constituição está diretamente vinculada à generalização do fenômeno partidário e do acesso das massas ao voto. “Até o último terço do século XIX, somente os Estados Unidos, a França, a Noruega e a Suíça possuíam sistemas representativos que diziam respeito ao ideal democrático e não à oligarquia censitária.” (SEILER, 2000, p.153)

2.2. Partidos políticos no Brasil

Após o entendimento da problemática dos Partidos Políticos em geral, faz-se necessária uma revisão da questão partidária no Brasil.

Segundo BRUM (1981) os partidos políticos surgem com o aumento da complexidade da sociedade, quando organizações intermediárias (sindicatos, associações de classe, associações estudantis e outras) não são mais suficientes. Assim, os partidos políticos são “a forma mais ampla e mais avançada da organização do povo, (...) que deve ter propostas para o conjunto todo da sociedade (e não apenas para um de seus segmentos)” (BRUM, 1981, p.19).

O citado autor também considera que os partidos devem ser formados em torno de um modo comum de interpretação do mundo, com propostas para intervenção e atuação na sociedade; devem estar estruturados desde bairros e vilas, passando por cidades, estados e regiões e chegando ao diretório nacional; também devem procurar quadros e realizar a sua formação. E complementa:

Partido político é uma agremiação de cidadãos, unidos por interesses e ideais comuns, que procuram concretizar através de um programa, buscando para tanto a conquista do poder e o exercício do Governo. É o instrumento por excelência de mediação entre a Nação e o Estado – ponte entre o povo e o poder – canal de expressão da vontade de diferentes parcelas da população. (BRUM, 1981, p.19)

Brum define os seguintes períodos históricos para a análise dos partidos políticos no Brasil:

- a) Império (1822-1889);
- b) República Velha (1889-1930);
- c) República Nova (1930-1964);
- d) Regime Militar de Exceção (1964-1985);
- e) Nova República (1985-...)

Vejamos as características desses períodos:

Império (1822-1889)

É um período histórico marcado, segundo Brum (1981), pela emancipação política e organização do Estado Brasileiro, pela emergência das contradições

através das lutas armadas, disputas dos dois “principais” partidos existentes e pelo movimento abolicionista e republicano.

Considerando a formalização efetiva, os primeiros partidos políticos brasileiros organizados foram o Partido Liberal e Conservador, criados, respectivamente, segundo Brum (1981) em 1836 e 1837. Enquanto os liberais buscavam os interesses da pequena burguesia comercial, os conservadores se atrelavam às elites reacionárias, ligados à pecuária e lavoura. Mas na prática não havia diferenças entre os dois grupos: dizia-se que não havia nada “tão parecido com um conservador do que um liberal no poder” ou “nada mais parecido com um liberal do que um conservador na oposição” (BRUM, 1981, p.54-55).

Surgem ainda o Partido Progressista, ofuscado pelo surgimento do Partido Histórico, seguido do Partido Liberal-Radical e ainda o Partido Republicano. Mas é um período onde pouco se conseguiu consolidar em termos de organização partidária, pois a coroa é muito forte na atuação. Apesar disso os movimentos contrários se avolumam e criam as bases para a outra etapa que vem a seguir.

República Velha (1889-1930)

Brum (1981) identifica quatro questões que aceleram o fim da Monarquia: questão religiosa (bispos x maçonaria), questão política (fortalecimento dos desejos de descentralização administrativa), questão abolicionista (redução do apoio da aristocracia rural ao Trono) e a questão militar (descontentamento no exército depois da Guerra do Paraguai, com a predileção do Imperador pela Marinha). A proclamação da República ocorre, portanto, mais por deterioração da Monarquia do que por uma consciência e consolidação da luta pelos ideais republicanos, sendo precipitada pela participação do exército.

Consolida-se então uma república apoiada pela classe média, representada pelos militares e intelectuais e parte dos proprietários rurais. Apesar de apoiar uma política industrial urbana, esta não se consolidou porque os interesses dos proprietários rurais ainda eram predominantes, já que ocorre a junção da alta burguesia urbana com a nova burguesia rural, ligada ao café, frustrando as

expectativas da intelectualidade idealista e do povo em geral, sempre em segundo plano.

A república praticamente se configurou como um golpe político-militar e não uma revolução, mudando a cúpula, mas sem a participação do povo. Com isso ocorre a “substituição de um governo aristocrático e absolutista por um governo burguês e oligárquico” (Brum, 1981, p.59). Os militares definiram a mudança do regime e passaram a tutelar as instituições republicanas desde então.

Quanto à organização partidária, o que existia eram os partidos republicanos de cada estado, que nada mais eram do que a representação dos grandes latifundiários, os coronéis, nas suas regiões, sem a participação efetiva do povo e sendo coibida qualquer intenção de oposição intelectual que pudesse surgir por parte de algum grupo. Também ocorre a articulação política dos maiores estados para garantir seus interesses no âmbito nacional, revezando a presidência entre São Paulo e Minas Gerais, na chamada política-do-café-com-leite.

Durante esse período ocorreram onze eleições para presidente, quase todos eleitos com mais de 90% dos votos, sem chances para a oposição, ocorrendo fraudes e controle de votos de modo praticamente explícitos. As eleições eram marcadas pela fraude eleitoral no campo político e a brigada militar no plano militar, que, por sua vez, eram subordinadas aos presidentes dos estados e não ao exército nacional, sendo inclusive superiores a esse exército.

Com a primeira guerra mundial (1914-18) dois novos atores entram em cena: o empresariado industrial e o operariado urbano. Ocorrem diversas mudanças em função dessa nova situação mundial, impactando na organização nacional.

Nessa época surge o Partido Comunista do Brasil – PCB, fundado em 1922, primeiro partido nacional da república. Proveniente do Partido Republicano, em 1926 é criado o Partido Democrático e em 1928, com a cisão na oligarquia gaúcha, surge o Partido Libertador, com ideário parlamentarista.

República Nova (1930-1964)

Segundo Brum (1981), essa fase pode ser dividida em período autoritário populista (1930-45) e fase democrática populista (1945-64). Já o governo de

Getúlio Vargas pode ser dividido em três etapas: governo provisório (1930-34), governo constitucional (1934-37) e ditadura do Estado Novo (1937-45).

A revolução de 1930 ocorre em função do desentendimento entre Minas e São Paulo pela indicação do próximo presidente da República, que termina por unir diversas forças existentes num movimento de superação do conservadorismo retrógrado das oligarquias regionais, dos coronéis que as sustentavam. Contou com a participação das camadas médias e massas trabalhadoras, pela primeira vez na história com alguma relevância.

Com a vitória do movimento instaura-se um governo centralizado, desmantelando os governos regionais, dissolvendo os partidos e fechando o Congresso. Os presidentes dos estados são destituídos e interventores nomeados, enquanto as brigadas regionais são colocadas sob o comando do exército nacional.

A ação partidária nesse período é definida pela efervescência social de dois partidos radicais que se constituem e ganham força: o Partido Comunista do Brasil – PCB e a Ação Integralista Brasileira – AIB.

O PCB utiliza as orientações de Moscou e busca a tomada do poder, através da Intentona Comunista de 27 de novembro de 1935, que é esmagada, fortalecendo Vargas no poder e utilizada como razão para o Golpe do Estado Novo (1937).

Já a Aliança Integralista Brasileira (AIB) consegue ampliar seus adeptos de maneira assombrosa e terminar por apoiar o Golpe. Uma parte dos seus integrantes mantém o apoio a novo regime, inclusive participando do governo; outra parte se mantém fiel ao líder Plínio Salgado e faz oposição, realizando a Intentona Integralista de 1938, também esmagada por Vargas.

Ocorre então, em 10 de novembro de 1937, um golpe de estado, com apoio do exército e forças civis que lhe davam sustentação. Getúlio Vargas impõe uma nova constituição e implanta a Ditadura do Estado Novo, com alegação de salvaguardar a ordem, a tradição nacional e as instituições ameaçadas pelos extremismos.

O Estado Novo é muito próximo ao fascismo italiano: fecha-se o legislativo, suprimem-se as eleições e proíbem-se os partidos políticos, nomeiam-se interventores nos Estados e os prefeitos dos municípios. Apesar disso tudo, é

crescente a popularidade de Getúlio Vargas, se configurando como o grande patriarca do Brasil.

Getúlio se apoia nas duas classes surgidas: o empresariado nacional e o operariado urbano, se constituindo também como o mediador entre ambas. Diferente dos demais regimes totalitários da época, o getulismo não possuiu uma ideologia propriamente dita, mas sim “um conjunto de táticas e habilidades para a tomada e manutenção do poder – uma política de conciliação, oportunismo, improvisação.” (Brum, 1981, p.80) Deposto em 1945, volta à presidência em 1951, eleito pelo povo. Mas em poucos anos se suicida e entra para a história tornando-se o mártir do populismo.

Com a redemocratização do país surge pela primeira vez na república os partidos nacionais, organizando-se em torno dos patronos e com seu funcionamento afetado pelos personalismos.

Sem uma cultura de participação efetiva do povo na organização dos partidos, revela-se uma imaturidade política, traduzido também pelo fato de, apesar de nacionais, os partidos revelarem grandes diferenças dependendo da região que se localizam. Do mesmo modo a consolidação da democracia é enfraquecida pela predominância do “caciquismo”, dificultando o surgimento de novos nomes na política nacional.

Nesse período a vida política foi marcada pelo embate entre três partidos: PSD – Partido Social Democrático; UDN – União Democrática Nacional e PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, mesmo que houvesse no total treze partidos com alguma expressão.

Em outro contexto mais evoluído a crise que se seguiu teria resultado num realinhamento e reorganização das forças políticas, mas no quadro brasileiro de “fragilidade das instituições democráticas e dos partidos políticos, a nebulosidade ideológica destes, a tradicional incapacidade de as classes conservadoras se reciclarem e a imaturidade das esquerdas” (BRUM, 1981, p.96) acabou resultando no golpe de 64.

Regime Militar de Exceção (1964-1985)

No início da década de 1960 vivíamos a “emergência política popular, que adquiria vitalidade, dinamismo e força, podendo ameaçar os interesses dos setores conservadores da sociedade e da própria burguesia” (BRUM, 1981, p.97), com isso a burguesia nacional deixa a aliança com o operariado e busca a articulação com a burguesia estrangeira.

Em 1964 as forças armadas, com apoio de setores civis e políticos, derrubaram o governo constitucional de Jango, dando início a 21 anos de um regime de exceção, com o legislativo esvaziado e o judiciário subordinado ao executivo.

Importante salientar e reforçar, principalmente em tempos de neoconservadores, a definição do citado período como uma Ditadura, onde todas as características de uma democracia foram extirpadas pelos militares, com a

[...] deposição do Presidente da República eleito em pleito democrático, o fechamento do Congresso Nacional por diversas vezes, a coibição da liberdade de expressão (censura à imprensa e produções literárias), o impedimento dos movimentos sociais (sobretudo estudantis), a adoção da tortura como método de investigação nos meios policiais, a ocorrência de prisões (e mortes) de opositores pelo aparato repressor estatal, a supressão das eleições diretas para Presidente da República e Governadores, a extinção dos partidos políticos legalmente existentes. (BORGES, 2002, p.22).

Todos os partidos são extintos já com o AI 2, em 1965. Em 1966 é organizado um sistema bipartidário onde figuram a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Se de um lado temos a posição de que a criação desses dois partidos nada mais objetivou do que o primeiro dar apoio ao governo e o segundo simular uma oposição ao governo existente (GRACINDO, 1994), por outro lado existe a análise de que no segundo partido se encontravam as poucas vozes discordantes do regime que ainda não haviam sido cassadas ou assassinadas pela ditadura (CHACON, 1985). Corroborando essa posição BORGES afirma que apesar do MDB ter sido formado com a “autorização da ditadura”, ele não se constituiu em uma simulação de oposição, mas sim

[...] foi formado com aqueles que ousaram ser oposição na época, enfrentando dificuldades para formar diretórios, tendo muitas vezes devassadas suas vidas pessoais e enfrentando a fúria até de direitistas interioranos exacerbados, sem contar as perseguições veladas ou explícitas de autoridades policiais, judiciárias e políticas, além de toda sorte de práticas

intimidativas exercidas sobre estudantes, professores e intelectuais. (BORGES, 2002, p.24-25)

O MBD vai se consolidando, com muita dificuldade, como uma efetiva alternativa ao regime imposto, começando a ganhar o apoio de boa parte da população a partir de 1978, ao menos nos grandes centros urbanizados, ampliando essa vantagem para todo o país nos anos seguintes;

Com o avanço dos setores progressistas e a derrota dos militares via ARENA, ocorre em 1980 a “reforma partidária”, quando surgem diversos partidos:

- ✓ PDS – Partido Democrático Social: composto dos políticos que apoiavam o governo;
- ✓ PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro: mantendo boa parte dos opositores e adequando a nova realidade;
- ✓ PDT – Partido Democrático Trabalhista: sob a liderança de Brizola;
- ✓ PTB – Partido Trabalhista Brasileiro: sob a liderança de Ivete Vargas, na mesma linha do PDT;
- ✓ PP – Partido Popular: sob a liderança de Tancredo Neves, que se funde ao PMDB já no ano seguinte;
- ✓ PT – Partido dos Trabalhadores: formado por uma coalizão de sindicatos de trabalhadores, com apoio de intelectuais, estudantes e artistas.

Com isso a frente de apoio ao governo permanecia concentrada num partido, enquanto a oposição se diluía em outros cinco. Ainda em 1984 surge o PFL – Partido da Frente Liberal, braço do PDS e apoiando o governo.

Mesmo que não conseguisse ainda aprovar as eleições diretas, os progressistas conseguiram derrotar o candidato do governo no próprio colégio eleitoral, elegendo Tancredo Neves e José Sarney, a partir de 1985.

Nova República (1985-...)

Com a não aprovação da emenda constitucional das eleições diretas para presidente (abril de 1984) a oposição busca ganhar o colégio eleitoral. Cria-se a Aliança Democrática, estabelecendo normas de compromisso com a nação e

continuando na campanha das diretas com Tancredo. Com essa ampla aliança, que reunia os mais diferentes matizes ideológicos, conseguiu-se eleger o governo que faria uma transição do regime autoritário para a democracia, papel que os militares não cumpriram.

O fim do Governo Militar é definido pela crise em todas as instâncias: econômica, social, perda da sustentação política, escândalos, etc. Do mesmo modo é preciso lidar com as consequências dos 21 anos de desmandos militares:

[...] empobrecimento do povo, destruição da classe política, desmobilização política de duas gerações, monstruosa e impagável dívida externa, reforço do capitalismo dos oligopólios e destruição das instituições públicas. (BORGES, 2002, p.28)

O novo governo buscou honrar o compromisso com a democracia definindo as eleições diretas para prefeitos, ampla liberdade de organização partidária, legalização dos partidos comunistas, liberdade de coligação, direito do voto dos analfabetos, fim das intervenções nos sindicatos, anistia para 157 líderes punidos, novo tratamento com o trabalhador (negociação e não polícia), reconhecimento da UNE e Centrais Sindicais, convocação da Assembleia Nacional Constituinte, eleições de 1986 livres e democráticas. Essa retomada gradativa da Democracia é consolidada com a promulgação da constituição em 1988.

Com a transição democrática temos a Lei Emergencial que regula os partidos, pauta a ser posteriormente discutida e aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte. Para o partido se habilitar provisoriamente só era preciso a inscrição no TSE (publicação do programa, estatuto e manifesto) e comprovação de instalação em no mínimo 5 comissões regionais (estaduais).

Com isso além dos 5 partidos já constituídos (PMDB, PDS, PDT, PTB e PT) também foram legalizados os partidos clandestinos (PCB e PCdoB) e foram criados nada menos que 23 novas agremiações, totalizando 30 partidos aptos a disputar os pleitos de 1986 e 1988.

Brum também destaca a fragilidade do quadro partidário brasileiro através das trocas de partidos verificadas no Congresso Nacional nesse período (BRUM, 1981, p.147):

Troca de partidos no Congresso

Partido	Fev87	Jul88
PMDB	305	236
PFL	134	125
PSDB	-	50
PDS	37	33
PDT	26	25
PTB	19	29
PT	16	16
PL	7	8
PDC	6	12
PCB	3	3
PCdoB	3	5
PSB	1	5
PMB	1	2
PSC	1	0
PTR	0	1
SEM PARTIDO	0	9

Fonte: Diário do Sul, 28/06/1988, p.5

Finalizando sua análise, Brum (1981) aponta a debilidade democrática através das características marcantes brasileiras: clientelismo, fisiologismo, baixos níveis de renda e escolaridade de boa parte do eleitorado, políticos apegados ao poder, legendas de aluguel, dentre outras mazelas. Reforça que “nenhum processo democrático se consolida e se aperfeiçoa sem estar baseado em partidos políticos fortes, coerentes e representativos das diversas tendências da sociedade.” (BRUM, 1981, p.149)

Brum analisa também que no Brasil os Partidos Políticos se mostram pouco mais do que “meras aglomerações de interesses conjunturais, sem doutrina, com programas apenas formais e carentes de quadros” (BRUM, 1981, p.39), sendo a sua debilidade demonstrada em três características (op. cit., p.40-41):

- ✓ Descontinuidade: partidos são criados, alterados e extintos a cada ciclo histórico, sem conseguir uma permanência efetiva;

- ✓ Falta de estabilidade: a atuação é limitada ao período eleitoral na maior parte dos casos;
- ✓ Incapacidade de reconhecerem e praticarem o jogo dialético governo-oposição: estratégia de centrar as campanhas políticas e o exercício da própria política no ataque aos adversários e em promessas impossíveis de se concretizar, deixando de lado a “boa política” do debate de propostas e ações referentes aos Programas de Governo.

E, por último, adverte que “no Brasil, como se viu no decorrer desse livro, a cada novo ciclo histórico processa-se a destruição do quadro partidário da fase anterior e começa-se tudo de novo, como se a nação não tivesse história.” (BRUM, 1981, p.150)

Um pouco mais de uma década depois Gracindo analisa o período no qual publicou sua obra “O escrito, o dito e o feito: educação e partidos políticos”, realizado em um momento histórico onde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB ainda estava sendo elaborada e o PSDB iniciava seus dois mandatos na Presidência da República com Fernando Henrique Cardoso.

No estudo realizado a autora busca uma tipologia para os partidos nacionais, visando alcançar o seu objetivo de pesquisa, que é entender “a concepção dos partidos políticos brasileiros sobre a educação e, mais especificamente, sobre o ensino fundamental” (GRACINDO, 1994, p.15).

Inicialmente recorre basicamente às definições de Duverger (1970), que os estuda do ponto de vista do seu funcionamento e origem e propõe a seguinte classificação:

- ✓ Quanto à estrutura: burgueses (antigos), socialistas (forma descentralizada), comunistas e fascistas (centralizados, disciplinados) e fora do esquema (católicos, democrata-cristãos, trabalhistas, agrários, arcaicos e pré-históricos);
- ✓ Quanto a origem dos adeptos: partidos de massa (proletários); de quadros (burgueses) e partidos fiéis (comunistas e fascista); (*Charlot diverge classificando em partidos de notáveis, militantes e eleitores*);

- ✓ Quanto à natureza da participação: partido-comunidade (necessidade de classe), partido-sociedade (vantagens pessoais, gosto pela atividade política) e partido-ordem (entusiasmo, paixão);
- ✓ Quanto à dimensão: partidos majoritários (por vocação), grandes partidos e pequenos partidos;
- ✓ Quanto à origem: partidos de criação eleitoral-parlamentar e partidos de criação nas bases.

No que se refere aos partidos brasileiros a autora destaca a fragilidade, caracterizada pela “multiplicidade, falta clara de doutrina, pouco compromisso de seus membros com seu programa” (GRACINDO, 1994, p.83), com base na análise de Duverger (1970) sobre os partidos latinos: “originalidade pessoal, certo caráter anárquico de seu temperamento e o individualismo profundo”.

Dessa forma, entendendo que deve ser buscada a compreensão de educação desses partidos para classificá-los, propõe verificar “o modelo de estado e de sociedade que cada um preconiza; o regime político que cada um deseja; a forma de governo pelo qual cada um opta; e a doutrina que cada um abraça”. (GRACINDO, 1994, p.85)

Assim, analisando os partidos brasileiros sob esta ótica, Gracindo considera haver três grandes tendências, constituindo-se em três “partidos” para efeito da sua pesquisa:

- ✓ Tendência mais conservadora dessa realidade;
 - Vinculados à manutenção do capitalismo e democracia vigentes, com transferência de tecnologia, não distribuição justa de bens, etc.; denominado Partido Invariante e fazendo parte dele os seguintes partidos: PDC, PDS, PFL, PRN, PSC, PTB E PTR.
- ✓ Tendência que deseja a mudança dessa sociedade;
 - Desejam mudanças na situação atual, defendendo um capitalismo mais civilizado, propondo revisões estratégicas, mas não estruturais; denominado Partido Mudancista e fazendo

parte dele os seguintes partidos: PDT, PL, PMDB, PRS, PSDB, PST.

- ✓ Tendência que deseja a transformação dessa sociedade;
 - Parecem desejar mudanças mais radicais, rumo a um capitalismo mais avançado ou mesmo socialismo; denominado Partido Transformador e fazendo parte dele os seguintes partidos: PCdoB, PPS, PSB, PT e PV.

Segundo Borges (2002), essa divisão pode ser a reprodução da clássica direita, esquerda e centro, mas que tem o mérito de analisar detalhadamente os partidos, os programas, as realizações no período estudado. Destaca que a divisão dessa forma sempre pode ser comprometida com a visão do pesquisador e que é uma área naturalmente controversa, já que estão em jogo visões político-ideológicas.

Para subsidiar a análise na década de 2000 temos Schmitt (2000) analisando que, na legislatura eleita em 1998, 18 partidos haviam conseguido a representação no Congresso Nacional, com concentração de cadeiras para as sete maiores legendas partidárias (PMDB, PSDB, PFL, PPB, PT, PDT e PTB), que respondiam na Câmara por 90,1% do total e no Senado por 96,3% dos assentos parlamentares.

O autor analisa o quadro político partidário brasileiro daquele momento, se baseando em pesquisas conduzidas na Câmara dos Deputados pelos cientistas políticos Argelina Cheibub Figueiredo e Fernando Limongi, classificando os partidos em um “contínuo esquerda-direita com base em seu posicionamento relativo nas votações nominais ocorridas durante a vigência do atual regime constitucional.” (SCHMITT, 2000, p.84)

De acordo com essas pesquisas, os partidos foram agrupados da seguinte forma:

Esquerda: PT e o PDT, além de pequenos micropartidos como PSB, PC do B, PPS e PV;

Centro: PSDB e PMDB;

Direita: PTB, PFL, PPB, além das microlegendas PL, PRN, PP, PDC, PSC, PSD, PMN, PRS, PTR, PRONA, PSL, PRP, PMB.

Tendo em vista esse agrupamento o centro foi o bloco com predominância na legislatura de 1986, com 53,4% da representação parlamentar na Câmara dos Deputados, perdendo a maioria absoluta mas mantendo um pequeno crescimento nas eleições seguintes: 29,1% em 1990, 33,0% em 1994 e 35,5% em 1998.

Já o bloco da direita atingiu a maioria nas últimas legislaturas, principalmente em função dos diversos micropartidos: em 1986 contava com 37,0%, passando a maioria absoluta em 1990 com 51,0% e decaindo nas seguintes com 45,4% em 1994 e 42,4% em 1998.

Os partidos de esquerda, apesar de serem o menor grupo, mantém crescimento estável em todo o período: 9,6% em 1986, 19,9% em 1990, 21,6% em 1994 e 22,1% em 1998.

Schmitt finaliza avaliando que, apesar do senso comum sobre os partidos políticos considerar que nunca houve verdadeiras agremiações partidárias no Brasil, pesquisas vem demonstrando que a realidade não é exatamente essa e que, tal como apontado por Brum (1981), “talvez o principal problema que aflige a organização de partidos no Brasil seja a descontinuidade”, já que “em pouco mais de 50 anos, três diferentes sistemas partidários estiveram em funcionamento” e “o regime autoritário foi o principal causador dessa instabilidade, extinguindo, por duas vezes em menos de 15 anos, os sistemas de partidos então em atividades.” (SCHMITT, 2000, p.86)

O autor finaliza afirmando que “a consolidação dos atuais partidos políticos brasileiros só poderá ocorrer caso lhes seja dada a oportunidade de continuar participando de eleições por muitos anos” e que “o destino do sistema partidário não será diferente daquele que aguarda a própria democracia.” (SCHMITT, 2000, p. 87)

2.3. Partidos políticos no Brasil - hoje

O panorama dos Partidos Políticos no Brasil sofreu consideráveis alterações nas últimas décadas, com a consolidação no poder de dois partidos, além do PMDB: o PSDB e depois o PT.

Partidos políticos registrados no TSE²

0001	SIGLA	NOME	DEFERIMENTO	PRESIDENTE NACIONAL	Nº
1	PMDB	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	30.6.1981	VALDIR RAUPP, em exercício	15
2	PTB	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO	3.11.1981	BENITO GAMA, em exercício.	14
3	PDT	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	10.11.1981	CARLOS LUPI	12
4	PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES	11.2.1982	RUI GOETHE DA COSTA FALCAO	13
5	DEM	DEMOCRATAS	11.9.1986	JOSÉ AGRIPINO MAIA	25
6	PCdoB	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	23.6.1988	JOSÉ RENATO RABELO	65
7	PSB	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	1º.7.1988	EDUARDO CAMPOS	40
8	PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA	24.8.1989	AÉCIO NEVES DA CUNHA	45
9	PTC	PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO	22.2.1990	DANIEL S. TOURINHO	36
10	PSC	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO	29.3.1990	VÍCTOR JORGE ABDALA NÓSSEIS	20
11	PMN	PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL	25.10.1990	OSCAR NORONHA FILHO	33
12	PRP	PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA	29.10.1991	OVASCO ROMA ALTIMARI RESENDE	44
13	PPS	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	19.3.1992	ROBERTO FREIRE	23
14	PV	PARTIDO VERDE	30.9.1993	JOSÉ LUIZ DE FRANÇA PENNA	43
15	PTdoB	PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL	11.10.1994	LUIS HENRIQUE DE OLIVEIRA RESENDE	70

² TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>>. Acesso em: 05 nov. 2013

0001	SIGLA	NOME	DEFERI MENTO	PRESIDENTE NACIONAL	Nº
16	PP	PARTIDO PROGRESSISTA	16.11.1995	CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO	11
17	PSTU	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	19.12.1995	JOSÉ MARIA DE ALMEIDA	16
18	PCB	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	9.5.1996	IVAN MARTINS PINHEIRO*	21
19	PRTB	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO	18.2.1997	JOSÉ LEVY FIDELIX DA CRUZ	28
20	PHS	PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE	20.3.1997	EDUARDO MACHADO E SILVA RODRIGUES	31
21	PSDC	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO	5.8.1997	JOSÉ MARIA EYMAEL	27
22	PCO	PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA	30.9.1997	RUI COSTA PIMENTA	29
23	PTN	PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL	2.10.1997	JOSÉ MASCI DE ABREU	19
24	PSL	PARTIDO SOCIAL LIBERAL	2.6.1998	LUCIANO CALDAS BIVAR	17
25	PRB	PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO	25.8.2005	MARCOS ANTONIO PEREIRA	10
26	PSOL	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	15.9.2005	IVAN VALENTE	50
27	PR	PARTIDO DA REPÚBLICA	19.12.2006	ALFREDO NASCIMENTO	22
28	PSD	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO	27.9.2011	GILBERTO KASSAB	55
29	PPL	PARTIDO PÁTRIA LIVRE	4.10.2011	SÉRGIO RUBENS DE ARAÚJO TORRES	54
30	PEN	PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL	19.6.2012	ADILSON BARROSO OLIVEIRA	51
31	PROS	PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL	24.9.2013	EURÍPEDES G.DE MACEDO JÚNIOR	90
32	SDD	SOLIDARIEDADE	24.9.2013	MARCÍLIO DUARTE LIMA	77

(*) Nos termos do § 1º do art. 58 do estatuto do PCB, para fins jurídicos e institucionais, os cargos de Secretário Geral do Comitê Central e de Secretário Político dos Comitês Regionais e Municipais equiparam-se ao de Presidente do Comitê respectivo.

Além desses partidos, existe uma quantidade significativa de pedidos de registro no TSE, que vão desde o famoso REDE (Rede de Sustentabilidade) de Marina Silva, passando pela “reativação” da ARENA (Aliança Renovadora

Nacional) e ao menos 4 partidos monárquicos (Real Democracia - PRD, Monárquico Parlamentarista Brasileiro - PMPB, do Movimento Monarquista do Brasil - PMMB e da Construção Imperial – PCI), chegando ao peculiar PIRATAS (Partido Pirata do Brasil).

Quanto à situação de representatividade no Congresso Nacional, temos o seguinte quadro:

Câmara dos Deputados³

Nº	Partido	Sigla	Câmara	%
1	PARTIDO DOS TRABALHADORES	PT	88	17,2%
2	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	PMDB	76	14,8%
3	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA	PSDB	48	9,4%
4	PARTIDO PROGRESSISTA	PP	40	7,8%
5	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO	PSD	40	7,8%
6	PARTIDO DA REPÚBLICA	PR	32	6,2%
7	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	PSB	26	5,1%
8	DEMOCRATAS	DEM	25	4,9%
9	SOLIDARIEDADE	SDD	22	4,3%
10	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	PDT	18	3,5%
11	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO	PTB	17	3,3%
12	PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL	PROS	17	3,3%
13	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	PCdoB	14	2,7%
14	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO	PSC	13	2,5%
15	PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO	PRB	10	1,9%
16	PARTIDO VERDE	PV	9	1,8%
17	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	PPS	7	1,4%
18	PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL	PMN	3	0,6%
19	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	PSOL	3	0,6%
20	PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL	PTdoB	3	0,6%
21	PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA	PRP	2	0,4%
22	PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE	PHS		0,0%
23	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO	PRTB		0,0%
24	PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO	PTC		0,0%
25	PARTIDO SOCIAL LIBERAL	PSL		0,0%
26	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	PSTU		0,0%
27	PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL	PTN		0,0%
28	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	PCB		0,0%
29	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO	PSDC		0,0%

³ Tabela elaborada a partir dos dados da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em 05 nov. 2013

Nº	Partido	Sigla	Câmara	%
30	PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA	PCO		0,0%
31	PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL	PEN		0,0%
32	PARTIDO PÁTRIA LIVRE	PPL		0,0%
		Total	513	

Algumas constatações a partir da tabela:

- ✚ Dos 32 partidos, 21 possuem representação na Câmara (65,6%). Os cinco maiores partidos (PT, PMDB, PSDB, PP e PSD) possuem juntos quase 60% dos Deputados, enquanto a soma dos Deputados dos demais partidos (16 no total) totaliza apenas 43,1%;
- ✚ Dos partidos representados na Câmara, 14 não chegam a 5% de representação, sendo que 4 deles estão abaixo do 1%;
- ✚ 11 partidos não possuem nenhuma representação na Câmara dos Deputados.

Desde 1982, com o retorno das eleições livres após o período da ditadura militar no Brasil, temos a predominância do PMDB como partido a conseguir a maior bancada: das oito eleições (1982, 1986, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010) obteve maioria dos Deputados Federais em quatro delas. Nas demais eleições as maiores bancadas foram do PDS e depois o PFL (partidos que atualmente estão basicamente representados no DEM) e por duas vezes do PT.

Senado Federal⁴

Nº	Partido	Sigla	Senado	%
1	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	PMDB	21	25,9%
2	PARTIDO DOS TRABALHADORES	PT	12	14,8%
3	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA	PSDB	11	13,6%
4	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO	PTB	7	8,6%
5	PARTIDO PROGRESSISTA	PP	5	6,2%

⁴ Tabela elaborada a partir dos dados do Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em 05 nov. 2013

Nº	Partido	Sigla	Senado	%
6	PARTIDO DA REPÚBLICA	PR	5	6,2%
7	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	PDT	5	6,2%
8	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	PSB	4	4,9%
9	DEMOCRATAS	DEM	3	3,7%
10	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	PCdoB	2	2,5%
11	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO	PSD	1	1,2%
12	SOLIDARIEDADE	SDD	1	1,2%
13	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO	PSC	1	1,2%
14	PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO	PRB	1	1,2%
15	PARTIDO VERDE	PV	1	1,2%
16	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	PSOL	1	1,2%
17	PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL	PROS		0,0%
18	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	PPS		0,0%
19	PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL	PMN		0,0%
20	PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL	PTdoB		0,0%
21	PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA	PRP		0,0%
22	PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE	PHS		0,0%
23	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO	PRTB		0,0%
24	PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO	PTC		0,0%
25	PARTIDO SOCIAL LIBERAL	PSL		0,0%
26	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	PSTU		0,0%
27	PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL	PTN		0,0%
28	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	PCB		0,0%
29	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO	PSDC		0,0%
30	PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA	PCO		0,0%
31	PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL	PEN		0,0%
32	PARTIDO PÁTRIA LIVRE	PPL		0,0%
		Total	81	

Já em relação ao Senado, temos os seguintes apontamentos:

- ✚ Somente a metade dos partidos, ou seja, 16, possui representação no Senado (50,0%). Os três maiores partidos (PMDB, PT e PSDB) possuem juntos quase 55% dos Senadores, computando menos da metade dos Senadores para os 13 partidos restantes;
- ✚ Dos 16 partidos representados no Senado, 6 não chegam a 2% de representação, possuindo somente um Senador;
- ✚ 16 partidos não possuem nenhuma representação no Senado Federal.

No caso do Senado Federal mantém-se a predominância do PMDB nas eleições após redemocratização, elegendo a maior bancada em cinco delas (uma delas empatada com o PFL – 1990). É seguido pelo PDS (1982), que se torna o PFL nos anos seguintes e elege a maior bancada em duas outras eleições (2002 e 2006).

2.3.1. Eleição para cargos majoritários

Analisando as eleições para governadores, senadores e deputados federais, temos o seguinte quadro sintético de maiores vitoriosos⁵:

Ano	Governador (maior nº de governadores)	Senador (maior bancada)	Deputado Federal (maior bancada)
1982	PDS	PDS	PDS
1986	PMDB	PMDB	PMDB
1990	PFL	PMDB / PFL	PMDB
1994	PMDB	PMDB	PMDB
1998	PSDB	PMDB	PFL
2002	PSDB	PFL	PT
2006	PMDB	PFL	PMDB
2010	PSDB	PMDB	PT

Diante do quadro vemos a predominância do PMDB no Congresso Nacional na maior parte das eleições, ocorrendo um empate com o PSDB em relação ao número de vezes que conquistou a maioria dos governadores, sem esquecer, no entanto, a eleição de 1986 quando, dos 23 governadores possíveis, elegeu 22 deles.

⁵ Tabela elaborada a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br>>. Acesso em 05 nov. 2013

Na análise cronológica das eleições percebe-se que as eleições de 1982 foram dominadas pelo PDS (basicamente pela vinculação de votos e fato de ainda estamos sob uma ditadura e ser o PDS o seu partido), nas seguintes ocorrendo a predominância do PMDB, elegendo a maioria nos três níveis ou em dois deles (1986, 1990, 1994 e 2006). Na eleição de 1998 ocorre o equilíbrio de forças entre o PSDB (elege a maioria de governadores), PMDB (maioria de Senadores) e PFL (maioria de Deputados Federais) e em outras duas eleições (2002 e 2010) entre os dois primeiros e o PT, que surge como a nova força política.

2.3.2 “Dança das cadeiras”

Após as eleições gerais de 2010 ocorreu a criação de cinco novos partidos:

- Partido Social Democrático – PSD e Partido Pátria Livre – PPL (2011);
- Partido Ecológico Nacional – PEN (2012)
- Partido Republicano da Ordem Social – PROS e Solidariedade – SDD (2013)

Desses cinco partidos, três provocaram nos últimos anos, especialmente no “apagar das luzes” do prazo para mudança de partido em função das eleições de 2014, uma significativa movimentação na Câmara dos Deputados⁶:

Troca de partidos – 2010-2013

Partido	Eleição 2010	Atual (nov2013)	Diferença
PSD	0	40	40
SDD	0	22	22
PROS	0	17	17
PT	86	88	2
PRB	8	10	2
PRP	2	2	0
PSOL	3	3	0
PT do B	3	3	0
PC do B	15	14	-1

⁶ Tabela elaborada a partir dos dados da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em 05 nov. 2013

Partido	Eleição 2010	Atual (nov2013)	Diferença
PMN	4	3	-1
PSL	1	0	-1
PTC	1	0	-1
PHS	2	0	-2
PMDB	78	76	-2
PRTB	2	0	-2
PV	13	9	-4
PSC	17	13	-4
PP	44	40	-4
PTB	22	17	-5
PPS	12	7	-5
PSDB	54	48	-6
PDT	27	18	-9
PR	41	32	-9
PSB	35	26	-9
DEM	43	25	-18
TOTAL	513	513	166

Dentre os partidos que mais perderam estão o DEM (com 19 deputados a menos), seguidos do PDT, PR e PSB (9 deputados a menos em cada partido). Os partidos com maior ganho na movimentação foram, inevitavelmente, os recém-criados PSD (40 novos integrantes), SDD (22) e PROS (17). Nos grandes partidos houve pouca movimentação, tendo o PMDB perdido dois deputados e o PT acrescentado dois às suas fileiras. O PSDB perdeu um pouco mais: seis deputados no total. Alguns partidos “nanicos” perderam toda a representatividade na Câmara, ficando sem nenhum deputado: PHS, PTC, PRTB e PSL.

2.3.3. Frentes Parlamentares no Congresso Nacional

A Frente Parlamentar, ou simplesmente “bancada” como é mais comumente denominada, “é uma associação suprapartidária de pelo menos 1/3 dos integrantes do Poder Legislativo Federal destinada a aprimorar a legislação referente a um tema específico”, conforme informa o site da Câmara dos Deputados.

Porém, dada a quantidade de Frentes Parlamentares (foram 43 registradas somente em 2013) e as características dos partidos brasileiros já apontadas, essa pode ser mais um forte indício da fragmentação partidária brasileira, na prática não caracterizando essas Frentes Parlamentares como ocorre em outros países de forma mais consolidada.

Ao menos duas Frentes podem ser destacadas: a Frente Parlamentar Agropecuária (mais conhecida como “Bancada Ruralista”) e a Frente Evangélica.

A Frente Parlamentar Agropecuária foi criada “sob a inspiração” da União Democrática Ruralista – UDR, “uma entidade de classe que se destina a reunir ruralistas e tem como princípio fundamental a preservação do direito de propriedade e a manutenção da ordem e respeito às leis do País”, segundo o seu site⁷. É uma Frente atuante e com grande quantidade de deputados filiados.

Já a Frente Evangélica ganhou notoriedade nos últimos anos, principalmente durante o exercício da presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias pelo Pastor Marco Feliciano (PSC/SP). Possui uma bancada significativa e tem como maiores representantes os Deputados Eduardo Cunha (PMDB/RJ) e Anthony Garotinho (PR/RJ).

2.3.4. Número de filiados aos partidos

No que se refere ao número de filiados, temos os dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, com levantamentos realizados em quatro momentos distintos: 2002 (ao final do segundo mandato do Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso), 2006 (ao término do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva), 2010 (fim do segundo mandato de Lula) e finalmente no início do presente ano, 2013 (na última etapa do governo da atual Presidente Dilma Rousseff). Os dados se referem aos três maiores partidos com representação no Congresso Nacional⁸.

⁷ UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA. Disponível em: <<http://www.udr.org.br/historico.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2014

⁸ Tabela elaborada a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br>>. Acesso em 05 nov. 2013

Partido	2002 – out (Fim FHC2)	2006 – dez (Fim Lula1)	2010 – dez (Fim Lula2)	2013 – mar (Fim Dilma1)	Diferença de nº de filiados
PMDB	2.217.027	2.039.334	2.315.193	2.231.476	14.449
PSDB	1.049.902	1.097.735	1.315.208	1.295.468	245.566
PT	828.781	1.047.851	1.394.039	1.481.154	652.373
Totais gerais	4.095.710	4.184.920	5.024.440	5.008.098	912.388

Através da tabela podemos perceber que o PMDB continua a ser o maior partido em número de filiados no país, mesmo tendo “altos e baixos” nos últimos anos e sendo o partido com menor aumento de filiados no período abordado. Já o PSDB mantém um crescimento desde 2002, com uma pequena queda entre 2010 e 2013. O PT, por sua vez, foi o partido que mais cresceu nesse período, quase dobrando o número de filiados e mantendo o aumento de adeptos a cada período, mas ainda distante do PMDB.

2.4. PMDB – Breve história

Segundo o site do partido na internet⁹, a história do PMDB se confunde com a história recente do Brasil, bem como a história de “praticamente todos os partidos, à sua esquerda, ou à sua direita”.

Sendo herdeiro do Movimento Democrático Brasileiro – MDB, sua história começa em 04 de dezembro de 1965, quando sua denominação é definida por Tancredo Neves, mas a oficialização perante a Justiça Eleitoral ocorre somente em 24 de março de 1966. Resultado direto do Ato Institucional Número Dois (AI-2), que extingue os partidos políticos e provoca logo depois a instauração do bipartidarismo na política brasileira, o MDB reuniu as mais diferentes lideranças da oposição ao regime militar.

Após décadas de lutas, de divisões internas, conflitos e conquistas o Regime Militar é obrigado a ceder e promover uma reforma política que permitia o retorno

⁹ PMDB. Disponível em: <<http://pmdb.org.br/institucional/historia/>>. Acesso em 05 nov. 2013

dos antigos partidos e a criação de novos, mas, ao mesmo tempo, criando um artifício visando o enfraquecimento da sigla MDB, obrigando que o termo “Partido” viesse antes das siglas propriamente ditas.

Diante dessa conjuntura, o PMDB perde quadros para novos partidos (inicialmente o PP criado por Tancredo Neves, posteriormente o PSDB, criado por um grupo de dissidentes), e também para partidos que retornam da ilegalidade (PCB, PC do B, PTB, PDT). Apesar disso o partido sai vitorioso nas eleições a partir da redemocratização, inclusive elegendo os governadores para o estado de São Paulo nos três primeiros mandatos pós-ditadura.

Na primeira eleição direta para presidente concorre com candidato próprio, não obtém bom desempenho, mas termina por participar do Governo Itamar Franco, com a queda de Collor ocorrido com o Impeachment. Lança novamente candidato próprio na eleição de 1994, novamente não consegue eleger o presidente, mas participa parcialmente do governo eleito. Já nas eleições presidenciais de 1998 termina por não lançar candidato, mas também não apoia a reeleição de FHC. Em 2002 define-se por uma coligação com o PSDB, tendo José Serra como candidato, mesmo com diversos quadros apoiando a candidatura de Lula, do PT, que sai vencedor da disputa. Em 2006 não apoia formalmente a reeleição de Lula e também não lança candidato próprio. Finalmente, em 2010, faz coligação com o PT e diversos outros partidos, indicando o vice-presidente Michel Temer e vencendo as eleições sobre o PSDB, com o candidato José Serra.

2.5. O PMDB em números

Ainda de acordo com o site oficial do partido¹⁰, o PMDB conta hoje com:

Vice-Presidente da República: **1**

Ministros: **5**

Governadores: **5**

Vice-Governadores: **6**

¹⁰ PMDB. Disponível em: <<http://pmdb.org.br/institucional/numeros-do-partido/>>. Acesso em 05 nov. 2013

Deputados Federais: **76 (atualizado em 21/10/2013)**
Senadores: **21 (atualizado em 21/10/2013)**
Deputados Estaduais: **146**
Diretórios Estaduais: **27**
Diretórios Municipais das Capitais: **27**
Diretórios Municipais no Brasil: **5.039 (TSE outubro/2011)**
Prefeitos: **1.007**
Prefeitos/Capitais: **2**
Vice-Prefeitos: **831**
Vereadores: **7.950**
Juventudes Estaduais: **25**
Delegados à Convenção Nacional: **477**
Simpatizantes: **12.681.654 (votos em outubro de 2010)**
Filiados: **2.420.327 (TSE-24/10/2011)**

2.6. PMDB – o partido e a proposta para a Educação

O Programa Partidário, que começou a ser elaborado em 1991, com a chegada de Orestes Quércia à presidência do partido, passando por vários períodos de discussão, foi aprovado com o nome de “Democracia com Desenvolvimento – Novo Programa Doutrinário do PMDB”, a 21 de maio de 1994, na Convenção Nacional do Partido e ratificado para publicação e registro na Convenção Nacional de 24 de março de 1996. Nessa publicação consta o seguinte quanto à educação:

[...]

3.12 - Educação, Ciência e Tecnologia

3.12.1 - A inserção do Brasil no mundo moderno pressupõe o avanço científico e tecnológico que se obtém com oferta de educação pública e gratuita de qualidade conquistada e efetivada em todos os níveis.

3.12.2 - Para o PMDB, a qualidade e a equidade necessárias ao sistema educacional pressupõem a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo, para que todos tenham satisfeitas suas necessidades de aprendizagem com vistas ao exercício pleno da cidadania, com garantia de atenção integral às crianças e aos jovens.

3.12.3 - O fortalecimento da educação será obtido mediante garantia dos recursos necessários a um desempenho escolar de qualidade, parcerias e compromissos entre a União, os Estados e Municípios, e as comunidades interessadas.

3.12.4 - As mudanças que se devem processar na educação exigem processo sistemático de avaliação do ensino em todos os níveis e uma solução estrutural para a questão universitária, visando à recuperação da qualidade do ensino, redirecionamento das áreas de formação e pesquisa e, sobretudo, à viabilidade institucional e à eficiência administrativa, onde se fazem necessárias.

3.12.5 - O acesso ao ensino universitário de graduação e de pós-graduação deve ser assegurado e todos que se mostrarem competentes para tal, independentemente de sua condição socioeconômica.

3.12.6 - Investimentos em educação são a grande responsabilidade do Estado para a obtenção de qualidade do ensino, financiamento à pesquisa, treinamento e elevação do nível de qualificação da força de trabalho. O PMDB resgatará os percentuais determinados pela Constituição para manutenção e desenvolvimento do ensino e confiscados pelo Fundo Social de Emergência, votado em dezembro de 1993.

3.12.7 - O PMDB propõe apoio especial aos cientistas e pesquisadores atuantes no País e à formação dos futuros, de modo a assegurar massa crítica necessária ao progresso científico e tecnológico do Brasil.

3.12.8 - No campo da pesquisa e tecnologia, os investimentos devem ser direcionados para os setores produtivos nos quais o País reúne vantagens competitivas, seja por pré-condições naturais, pela incorporação de técnicas gerenciais e de processos, ou por decisões estratégicas -- necessidade de reduzir dependência ou essencialidade de algum setor. O aproveitamento da biomassa, combustíveis de origem vegetal, biotecnologia, mecânica de precisão, alcoolquímica, química fina, fito-farmacologia, materiais básicos, novos materiais, informática e comunicações são prioridades que se impõem. [...] **PMDB. Programa Partidário**, disponível em: <<http://pmdb.org.br/institucional/programa-partidario/>>. Acesso em 05 nov. 2013

Considerando a generalidade das questões mencionadas acima e o fato do PMDB ter produzido em sua história partidária um documento referência na área, a denominada “Proposta Montoro” que, mesmo sendo pontual histórica e geograficamente (início da redemocratização e no âmbito do Estado de São Paulo) possui grande relevância na história do Partido, convém apresentar, mesmo que de forma sucinta, essa proposta.

2.7. PMDB – A “Proposta Montoro”

A “Proposta Montoro” foi o resultado de diversos grupos de trabalho e de estudos, “liderados” por professores do “Núcleo de Educadores do PMDB”, mas formado também por professores não filiados em toda parte do estado, contando com cinco versões principais. Segundo Borges “a Proposta Montoro interpretava e adaptava o programa do PMDB, esse com características e amplitudes nacionais,

transformando-o em uma proposta para o Governo do PMDB no Estado de São Paulo” (BORGES, 2002, p.35).

A importância da Proposta Montoro se justifica, para além da sua elaboração democrática e consistente com a participação dos profissionais da educação, pelo fato da mesma ter sido incorporada como programa de governo para a educação na gestão do PMDB, que governou o Estado de São Paulo por 12 anos contínuos.

A Proposta Montoro inicialmente realiza um diagnóstico da situação conjuntural da educação naquele momento, caracterizado, segundo Borges (2002, p.38), pelos baixos salários; pela política clientelista; pela inadequação ou insuficiência das vagas para as etapas de ensino atualmente denominadas Ensino Fundamental e Médio; predominância das desigualdades sociais também nas escolas, provocando a eliminação dos mais carentes; atendimento insuficiente da pré-escola, dentre outros itens.

Diante disso a proposta de trabalho se traduz em garantir que todas as crianças tenham acesso à escola do então primeiro grau (atual Ensino Fundamental) pública, gratuita e de qualidade, criando condições para a conclusão dessa etapa de ensino para o maior número possível de alunos; ampliar o atendimento das demais modalidades de ensino (na época pré-escola e segundo grau, hoje Educação Infantil e Ensino Médio); melhoria salarial para os professores e reconhecimento das escolas particulares comprometidas com uma educação de boa qualidade.

Finalmente, enquanto estratégia, definia-se a “descentralização e a participação como instrumentos da nova política educacional” (BORGES, 2002, p.39).

3. A Política Educacional em Valinhos

Concluído o estudo geral sobre a questão dos partidos políticos e antes da caracterização do município de Valinhos convém uma explanação geral sobre a Região Metropolitana de Campinas – RMC, onde ele está inserido.

3.1. Região Metropolitana de Campinas

Visão Geral

A Região Metropolitana de Campinas foi criada no governo Mario Covas, através da Lei Complementar Estadual nº 870, publicada em 19 de junho de 2000. Também naquele momento nascia o Sistema de Gestão Metropolitana – formado pelo Conselho de Desenvolvimento, Câmaras Temáticas, Fundo de Desenvolvimento (Fundocamp) e a Agência Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP).

A Agência Metropolitana de Campinas – Agemcamp é uma autarquia estadual, vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento, criada através da Lei Complementar Nº 946/2003 com sede e foro no município de Campinas. A Agemcamp tem por finalidade integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum na Região Metropolitana de Campinas.

Composta inicialmente por 19 municípios a RMC, no seu 14º ano de existência, é ampliada com a inclusão de Morungaba, após aprovação na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), no dia 25 de fevereiro de 2014, passando a ser constituída por 20 municípios, conforme mapa a seguir:



Fonte: Agemcamp.

Segundo a Agência Metropolitana de Campinas (Agemcamp) existem muitas iniciativas realizadas na RMC vistas como modelos de ação em outras regiões, citando o “Sistema Metropolitano de Videomonitoramento; Reforma, Ampliação e Informatização de Unidades Básicas de Saúde; Cursos para gestão na área de Saúde; Academias ao ar livre; Re-Virada Cultural e Implantação de Estação de Trabalho para Defesa Civil.” (AGEMCAMP, 2014)

Também no aspecto econômico a região se destaca nacionalmente, quer seja pelo polo de alta tecnologia e universidades, pela logística, setor de Turismo, agropecuária e estâncias, dentre outras. Importante mencionar também o “amplo sistema viário e a presença do Aeroporto Internacional de Viracopos, segundo

maior do País, com registro de expressivo fluxo anual de cargas”. (AGEMCAMP, 2014)

Os municípios da RMC também se destacam no âmbito nacional e internacional em diversos índices: no que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), nove das vinte cidades constam no ranking dos 100 municípios brasileiros com melhor pontuação; municípios da região são apontados pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) como exemplos de gestão fiscal; do mesmo modo o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia aponta a região como “conglomerado que oferece melhor condição de bem-estar” (AGEMCAMP, 2014); quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), a região possui um índice elevado, superior no PIB per capita ao do Estado de São Paulo e do país.

Em estudo realizado pelo FINEP/NEPP/NEPO/IE¹¹, denominado *Estudos Regionais – Região Metropolitana de Campinas*, dentro do Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais afirma-se que nas últimas duas décadas,

[...] a dinâmica socioeconômica paulista não mais se associa a dualidade região metropolitana – interior prevalecente até os anos 70. Novas regiões metropolitanas se consolidaram, outras se encontram em processo de formação e polos regionais com algum grau de integração econômica vêm sendo constituídos. Essa nova configuração impõe tanto um melhor conhecimento da dinâmica espacial como a construção de instrumentos de política pública adequados da estrutura socioeconômica do Estado de São Paulo. (FINEP/NEPP/NEPO/IE, 2009, p.4).

Com o objetivo de “produzir um mapa da dinâmica socioeconômica do Estado com foco nas regiões metropolitanas e em alguns polos econômicos, que possibilite acesso estruturado e rápido à informação básica para a elaboração e implementação das políticas públicas para o desenvolvimento estadual” (FINEP/NEPP/NEPO/IE, 2009, p.4), o estudo identifica a RMC como a segunda maior do Estado, ficando atrás somente da Região Metropolitana de São Paulo. Também aponta que a RMC possui aproximadamente 6,5% da população do Estado, registrando em 2005 o total de 2.578.033 habitantes, segundo dados da Fundação Seade, sendo Campinas o município mais populoso e apresentando uma

¹¹ FINEP – Financiamento de Estudos e Projetos; NEPP – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas; NEPO – Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”; IE – Instituto de Economia;

taxa de crescimento anual de 2,0%, superior ao verificado na Região Metropolitana de São Paulo e acima da média de outras regiões.

O estudo analisa também a dinâmica demográfica da região, constando que a “expansão da cultura do café, nas últimas décadas do século passado no Estado de São Paulo, possibilitou um acentuado desenvolvimento urbano e rural da região” (FINEP/NEPP/NEPO/IE, 2009, p.4), provocando, por sua vez, a ampliação das “vias de comunicação necessárias para o transporte do café através da Companhia Mogiana e Companhia Paulista de Estrada de Ferro o que, conseqüentemente, repercutiu no florescimento e na ampliação dos setores de serviços, comércio, educação e saúde” (FINEP/NEPP/NEPO/IE, 2009, p.4, *apud* SEMEGHINI, 1988).

Assim, já nos anos 20 a região de Campinas se mostrava estratégica para o Estado, contando com uma rede urbana estruturada e uma agricultura diversificada. Com a crise do café outras atividades econômicas foram buscadas, centrando-se no algodão e posteriormente, na década de 1950, na cana-de-açúcar. Na década seguinte foi a vez das indústrias de minerais não-metálicos, metalurgia e farmacêutica, além da crescente importância da indústria têxtil observada nas últimas décadas. Atualmente a região tem destaque pelo diversificado parque industrial mas também pelas atividades agrícolas.

A Educação na Região Metropolitana de Campinas

Para analisar a educação na Região Metropolitana foi utilizado o importante estudo realizado por José Roberto Rus Perez, intitulado “Diagnóstico da Educação Básica na Região Metropolitana de Campinas”, de julho de 2010, através do Observatório Metropolitano de Indicadores – OMI, este, por sua vez, um projeto da Agência Metropolitana de Campinas (Agemcamp).

O texto tem por objetivo “apresentar uma visão panorâmica da situação da Educação Básica na Região Metropolitana de Campinas – RMC – explorando os indicadores de contexto, evidenciando a evolução dos municípios com relação ao analfabetismo e as taxas de escolarização líquida da população” (PEREZ, 2010, p.5).

Inicia indicando que a região possui tradição de pioneirismo na educação, já que conta com diversas escolas fundadas ainda no século XIX e início do século XX, tal como a EE. “Culto à Ciência”, fundada em 1874 e o Primeiro Grupo Escolar de Campinas, atual EE. Francisco Glicério, em 1897.

Segundo o autor, em 2008 a Educação Básica na Região Metropolitana de Campinas se traduzia nos seguintes indicadores¹²:

Matrículas na educação regular: 606.393 alunos, sendo 114.378 na educação infantil (32.229 na creche e 82.149 na pré-escola), 378.832 no ensino fundamental e 113.183 no ensino médio.

Professores: 28.965

Prédios escolares: 1.817

No que se refere ao índice de analfabetismo da população com 15 anos ou mais anos de idade, temos os seguintes dados:

Mapa Georeferenciado – Taxa de Analfabetismo RMC, 1991



¹² Convém salientar que nesse momento a RMC era composta de 19 municípios, não estando ainda Morungaba incluída.

Mapa Georeferenciado – Taxa de Analfabetismo RMC, 2000



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo

Na Região Metropolitana de Campinas ocorreu a diminuição da taxa de 8,9% em 1991 para 6% em 2000, nos dois momentos inferiores à média estadual, de 9,7% e 6,1%, respectivamente. Como se percebe pelas figuras, na região a maior parte dos municípios demonstrou melhora no índice, sendo que Valinhos, objeto do presente estudo, passou do grupo que oscilava entre 7 e 10 pontos percentuais em 1991 para o grupo de 4 a 6 pontos em 2000.

Taxa de escolarização líquida da educação básica: esse indicador foi calculado através da razão do número de matrículas na faixa etária sobre a população na mesma idade e indica que na região houve um crescimento razoável em todos os segmentos, com aumento médio de 12% na faixa entre 0 e 3 anos (onde ocorre normalmente um problema maior do atendimento escolar, mas não existe matrícula obrigatória); quase 20% na faixa entre 4 e 5 anos; praticamente universalizado na faixa do Ensino Fundamental onde a matrícula é obrigatória e chegando ao atendimento de quase 70% do total de alunos na idade referente ao Ensino Médio, como pode ser visto na tabela abaixo:

Taxas de Escolarização Líquida da Educação Básica dos municípios da RMC, 1999 e 2008

município	0-3 anos		4-5*		6-14**		15-17	
	1999	2008	1999	2008	1999	2008	1999	2008
RMC	7,2	19,4	47,0	65,8	93,3	93,2	50,5	66,9

* Para o ano de 1999 a taxa calculada foi para 4 a 6 anos e, para 2008 para 4 a 5 anos

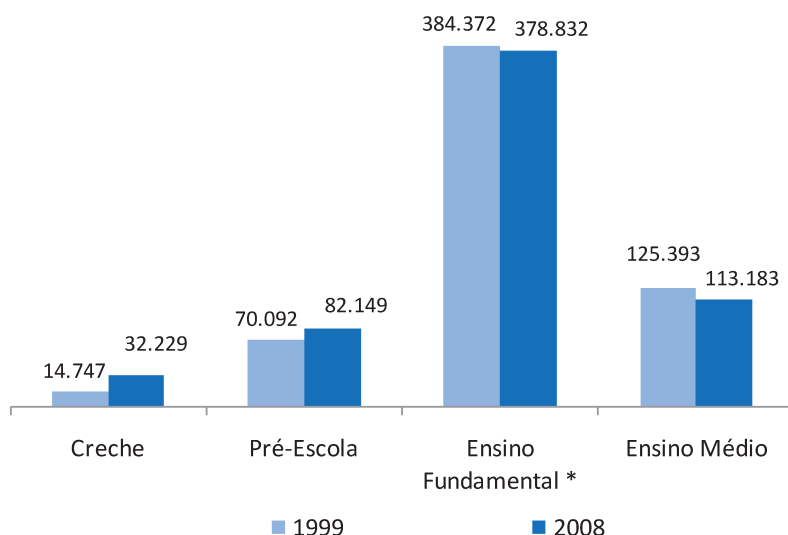
** Para o ano de 1999 a taxa calculada foi para 7 a 14 anos e, para 2008 para 6 a 14 anos

Fonte: Tabulações especiais a partir dos microdados do Censo Escolar, INEP/MEC e IBGE:

Estimativas elaboradas no âmbito do Projeto UNFPA/IBGE (BRA/4/P31A) - População e Desenvolvimento. Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Oferta da educação básica na Região Metropolitana de Campinas: o autor avalia que não houve alteração significativa nas matrículas da Educação Básica no período entre 1999 e 2008, passando de 595 mil para 606 mil (como indica a figura abaixo) e com presença predominante do setor público, chegando a 83% no atendimento das crianças e adolescentes.

Matrículas da Educação Básica na RMC, 1999 e 2008



Fonte: dados compilados por PEREZ (2010, p.12)

Ocorreram, porém, alterações significativas se consideradas as modalidades de ensino: um grande aumento percebido na *Educação Infantil*, principalmente em creches, como demonstrado na tabela abaixo. Do mesmo modo, pode ser percebido

o aumento da participação da área privada no atendimento da Educação Infantil (de 14,6% para 21,2%), sendo ainda mais acentuado nas creches (14,4% para 26,9%), mesmo que o atendimento nessa modalidade ainda seja concentrado na rede pública municipal.

Matrículas em creches e pré-escolas por dependência administrativa na RMC, 1999 -2008

Matrículas em creches e pré-escolas por dependência administrativa

Ano	Creche			Pré escola			Ensino Infantil		
	Mun.	Priv.	Total	Mun.	Priv.	Total	Mun.	Priv.	Total
1999	12.623	2.124	14.747	59.811	10.281	70.092	72.434	12.405	84.839
2008	23.559	8.670	32.229	66.630	15.519	82.149	90.189	24.189	114.378
Distribuição percentual por dependência administrativa									
1999	85,6	14,4	100,0	85,3	14,7	100,0	85,4	14,6	100,0
2008	73,1	26,9	100,0	81,1	18,9	100,0	78,9	21,2	100,0

Fonte: dados compilados por PEREZ (2010, p.35)

Já no *Ensino Fundamental* ocorreu uma certa estabilização das matrículas, com pequeno decréscimo de 1,5%, conforme evidencia a tabela abaixo, podendo ser explicado pela dinâmica demográfica.

Matrículas no Ensino Fundamental por dependência administrativa na RMC, 1999 -2008

Ensino Fundamental					Distribuição percentual (%)			
Ano	Estadual	Municipal	Privada	Total	Estadual	Municipal	Privada	Total
1999	240.806	96.425	47.141	384.372	62,6	25,1	12,3	100,0
2008	181.159	138.922	58.751	378.832	47,8	36,7	15,5	100,0

Fonte: dados compilados por PEREZ (2010, p.35)

Novamente o setor público (Rede Estadual e Municipal) é o predominante no atendimento, chegando a 85%, segundo o autor confirmando o preceito constitucional que define como dever essencial do Estado a garantia do Ensino Fundamental. Destaca também o papel da municipalização na ampliação do atendimento dessa etapa do ensino nos municípios da região e os divide em três grupos quanto à participação na oferta do Ensino Fundamental:

-  Participação superior a 50%: Santo Antonio de Posse, Itatiba, Jaguariúna, Holambra, Vinhedo, Cosmópolis, Paulínia e Monte Mor);

- ✚ Participação entre 30 a 50%: Artur Nogueira, Nova Odessa, Valinhos, Engenheiro Coelho, Pedreira, Hortolândia e Indaiatuba;
- ✚ Participação inferior a 30%: Sumaré, Santa Bárbara d'Oeste, Americana e Campinas.

Finalmente, no *Ensino Médio*, pode ser verificada uma queda no número de matrículas entre 1999 e 2008 de quase 10%, o que é preocupante pois ainda é uma etapa do ensino com atendimento não universalizado. Essa modalidade é predominantemente atendida pela Rede Estadual (82%).

Matrículas no Ensino Médio por dependência administrativa na RMC, 1999 -2008

Ano	Ensino Médio					Distribuição percentual (%)				
	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
1999		101.096	4.844	19.453	125.393	0,0	80,6	3,9	15,5	100,0
2008	473	92.833	2.085	17.792	113.183	0,4	82,0	1,8	15,7	100,0

Fonte: dados compilados por PEREZ (2010, p.35)

Condições de Infraestrutura da Educação Básica: o autor parte para a análise dos dados dos recursos humanos e dimensões físicas observadas na Região Metropolitana de Campinas.

Distribuição dos Docentes pela escolaridade e segundo nível em que lecionam – RMC, 2007

**Distribuição dos Docentes pela escolaridade e segundo nível de ensino em que lecionam
RMC em 2007 - Censo Escolar**

nível de ensino onde leciona	E. Médio	E. Médio Normal /Magistério	Fundamental completo e incompleto	Superior completo com licenciatura	Superior completo sem licenciatura	Total (%)	Total
creche	32,0	23,5	10,7	30,5	3,3	100,0	4.541
Pré-escola	8,4	20,3	1,1	67,1	3,2	100,0	4.243
EF1	7,9	9,8	0,1	77,1	5,1	100,0	8.450
EF2	0,9	0,4	0,1	94,6	4,0	100,0	8.804
EM	2,3	0,1	0,1	84,9	12,5	100,0	8.071
EJA/ESP	2,8	5,2	0,3	86,6	5,1	100,0	1.041
Total	1,9	9,3	9,0	73,5	6,3	100,0	28.965

Fonte: dados compilados por PEREZ (2010, p.36)

Na tabela anterior, referente ao ano de 2007, evidencia-se que a formação dos docentes era, em sua grande maioria (cerca de 80%), de nível superior; cerca de 11% com formação de Ensino Médio ou Magistério e ainda 9% com Ensino Fundamental completo ou incompleto. Essa realidade, porém, é predominante nos docentes que atuam na Pré-Escola (70%), Ensino Fundamental I (80%), Ensino Fundamental II (98%) e Ensino Médio (97%), não sendo a realidade dos que atuam nas Creches, onde a maioria dos docentes (66%) não possuía formação de nível superior. Porém, essa situação é “amparada” pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu artigo 62, onde define que, para a atuação no magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental é admitida a formação em nível médio, na modalidade Normal.

Docentes segundo a rede administrativa onde trabalha por municípios da RMC, 2007

Docentes segundo a rede administrativa onde trabalham. RMC, 2007 - Censo Escolar

	Em apenas uma rede					Em mais de uma rede					Total
	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Sub total	Municipal e Privada	Estadual e Privada	Estadual e Municipal	Estad, muni. e Privada	Sub total	
RMC	4	9.273	10.792	7.360	27.429	251	542	727	16	1.536	28.965
(%)	0,0	32,0	37,3	25,4	94,7	0,9	1,9	2,5	0,1	5,3	100,0

Fonte: dados compilados por PEREZ (2010, p.36)

A tabela acima por sua vez, indica que a maioria dos professores trabalha em rede somente (95%), sendo que a maioria na Rede Municipal (37,3%), seguido da Rede Estadual (32%) e da rede Privada (25,4%). Ainda quanto ao local de atuação dos docentes, destaca-se que em diversos municípios da RMC metade ou mais dos professores estão nas Redes Municipais de Ensino (Vinhedo, Paulínia, Holambra, Cosmópolis, Itatiba, Jaguariúna e Santo Antonio de Posse); já outros contam com um índice maior concentrado na Rede Estadual, passando dos 40% (Sumaré, Hortolândia e Santa Barbara D'Oeste) e, finalmente, em Valinhos é observado um índice percentual maior de professores alocados na Rede Privada.

Finalmente, ainda sobre o local de atuação dos docentes, destaca-se que a maioria (78%) trabalhava em apenas um nível de ensino, sendo 27% na Educação Infantil, 23% no Ensino Fundamental I, 14% no Fundamental II e 14% no Ensino Médio.

Quanto às dimensões físicas na RMC Perez (2010) aponta que existiam em 2008 um total de 1817 estabelecimentos de ensino, dos quais 61% pertenciam à rede pública dos municípios e 39% à rede privada. A maioria destinava-se ao atendimento da Educação Infantil (53%) e Ensino Fundamental (31%). Houve um crescimento do número de estabelecimentos em todos os níveis de ensino: 15,2% nas Creches, 1,6% nas Pré-Escolas, 26,2% no Ensino Fundamental e 70% no Ensino Médio. O autor finaliza citando que

[...] pode-se inferir que 42% dos estabelecimentos existentes na RCM ofereciam somente uma modalidade de ensino: 20% ofereciam exclusivamente o ensino fundamental, 11% atendiam apenas a pré-escola, 6% ofereciam somente o ensino médio e, 5% às creches. A outra metade das escolas da RMC, 47% atendiam a mais de uma modalidade de ensino, sendo que 21% delas ofereciam creche e pré-escola e outros 14%, tanto o ensino fundamental quanto o ensino médio. (PEREZ, 2010, p. 21)

Qualidade do Sistema Educacional: nesse aspecto o autor considera os dados de aprovados, reprovados e afastados por abandono. Nesse sentido aponta que as *taxas de aprovação* da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental na RMC permaneceram sem significativas alterações entre 1999 e 2008, com taxas acima de 90%, bem como as taxas da 5ª a 8ª série, sendo que no Ensino Médio ocorre uma pequena queda para 80% ou mais. Já quanto às taxas de abandono, o autor aponta que as mesmas apresentaram uma redução razoável e foram praticamente zeradas da 1ª à 4ª série, reduzidas pela metade e não passando de 2% da 5ª à 8ª série e reduzidas a menos de 8% no que se refere ao Ensino Médio.

Perez analisa também o Sistema de Avaliação da Educação Básica, composto basicamente pelas avaliações externas realizadas pelos governos federal e estadual.

Prova Brasil:

[...] é uma avaliação para diagnóstico, em larga escala, desenvolvida pelo Inep/MEC, que objetiva avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos, bem como informações sobre as características da escola, do diretor, do professor, da turma e dos alunos que participam da avaliação, que permitem relacionar o desempenho observado aos fatores associados à aprendizagem”. (Perez, 2010, p. 26)

Tem por objetivo analisar redes ou sistemas de ensino e não alunos individualmente, com base nos conteúdos que os alunos sabem ou são capazes de

fazer ao final de uma série ou ciclo. Avalia as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, numa escala de proficiência de 125 a 350 pontos e de 125 a 375 pontos, respectivamente.

O desempenho dos municípios da Região Metropolitana de Campinas em 2007 mostra que escolas municipais e estaduais obtiveram resultados semelhantes nas médias dos alunos da 4ª série, entre 200-225 pontos para proficiência em matemática e entre 175-200 para proficiência em língua portuguesa. Já entre os alunos da 8ª série, a maioria dos municípios pontuou entre 250-275 pontos para matemática e 225-250 para português, tanto na rede pública municipal quanto estadual.

Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP: seus resultados “permitem avaliar o ensino regular de todas as escolas da rede pública estadual que oferecem a 1ª, 2ª, 4ª, 6ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio.” (Perez, 2010, p. 28). Os alunos da RMC obtiveram notas nas duas disciplinas acima da média das notas estaduais, apesar disso a maioria dos municípios se manteve abaixo do nível básico de proficiência em matemática e mantendo um desempenho dentro do nível básico em língua portuguesa.

Exame Nacional do Ensino Médio:

[...] é um exame de caráter voluntário, que avalia o desempenho do aluno ao término da Educação Básica. Tem como objetivo principal possibilitar uma referência para a auto-avaliação, a partir das competências e habilidades que o estruturam. Além disso, serve como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção para o ensino superior e ao mercado de trabalho. Desde 2006, os resultados do ENEM servem como critério de atribuição de bolsa de estudo em universidades particulares. Em 2007, 3 milhões de alunos participaram do ENEM. (Perez, 2010, p. 30)

Analisando os dados de 2008 o autor identifica que diversos municípios da RMC estão acima das médias nacional e estadual.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB: o índice tem como principal objetivo

[...] balizar o estabelecimento de metas anuais e progressivas de melhoria da qualidade do ensino, que convergirão para uma meta comum de longo prazo, a todas as unidades da federação. Esse indicador sintetiza cinco dados objetivos sobre o desempenho escolar, entre eles as provas oficiais do MEC e a taxa de repetência. O índice, que varia numa escala entre zero e dez e considera dois critérios complementares e igualmente importantes para a progressão da qualidade: desempenho dos alunos em exames de proficiência e fluxo escolar, apurados pela Prova Brasil e pelo Censo Escolar. Escolas, estados e municípios recebem uma nota de zero a dez no Ideb a cada dois anos. Espera-se que a média nacional suba dos atuais 3,8 para 6, nota equivalente à média atual dos países desenvolvidos da OCDE até 2022, sendo que apenas 33 dos 4.350 municípios avaliados estavam nesse patamar, em 2007. (Perez, 2010, p.32)

O autor afirma que a maioria dos municípios da RMC alcançou e superou as metas definidas para 2009, sendo que Valinhos teve o melhor índice entre as escolas de 5^a à 8^a série da rede estadual.

3.2. O município de Valinhos

O município de Valinhos tem suas origens mais remotas na concessão de uma sesmaria a Alexandre Simões Vieira, em 2/12/1732, época em que Campinas ainda era um bairro pertencente ao município de Jundiaí. Depois ocorreu o desenvolvimento de fazendas na região, além da epidemia de febre amarela em Campinas que provocou a migração de diversos moradores para a região. Em 1893 é registrada a criação do Distrito Policial de Valinhos e com ampliação do setor ferroviário na região, bem como da agricultura na região, cria-se o Distrito de Paz em 28/05/1896. Outro motivo da expansão da região foi a produção do figo roxo, introduzido pelo imigrante italiano Lino Bussato, em 1901.

Em 30/12/1953 é promulgada a Lei que cria o Município de Valinhos, ocorrendo a primeira eleição em 03/10/1954, sendo eleito Jerônimo Alves Corrêa como primeiro prefeito e o município oficialmente instalado em 01/01/1955, com a posse do prefeito e dos 13 vereadores.

Localizada na Região Metropolitana de Campinas (RMC), é um polo de desenvolvimento econômico, contando com atividades produtivas de tecnologia em diversas áreas de atuação (plásticos, embalagens de papel e papelão, metalurgia, informática, etc.).

Ocupa uma área de 148,9 Km², é o 7º município mais populoso da RMC, é o 6º município em Densidade Demográfica, possuindo 106.968 habitantes (segundo censo do IBGE de 2010).

Conta com 57 escolas públicas (municipais e estaduais), 19 escolas privadas, 2 entidades assistenciais e 2 creches privadas conveniadas com a Prefeitura; também 2 escolas técnicas e uma faculdade.

3.3. Rede Municipal de Ensino de Valinhos – antecedentes

Para a caracterização da situação anterior ao governo Marcos será utilizada como referência principal a obra “A instituição da supervisão de ensino e a municipalização em Valinhos: tensões, conflitos e incertezas”, de Marina Quintanilha Macedo, atualmente Supervisora de Ensino da Rede Municipal de Valinhos.

Em 1997 inicia o mandato o prefeito Vitório Humberto Antoniazzi – PL, eleito em 1996, pela coligação PPB/PDT/PL e PFL, tendo Maria Cecília do Amaral, ex-diretora da Escola SESI 299 de Valinhos como Secretária de Educação. Nesse momento a rede municipal atende integralmente a educação infantil (totalizando 2.509 alunos), além de atender também alunos no Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos – EJA (533 alunos), segundo a autora (baseando-se nos dados do INEP, de 1997).

A Secretaria de Educação era organizada, segundo Macedo (2008) pelas normatizações do Estatuto do Magistério Municipal (Lei nº 2.693/93) e pelo Estatuto do Servidor Municipal (Lei nº 2.018/96). Era estabelecido que o ingresso do professor se daria por concurso público de provas e títulos, porém sendo considerado o tempo de serviço na rede para somar até cinco pontos, caso aprovado. Cargos como Diretor, Assistente de Diretor e Supervisor de Ensino se dariam por indicações, remoção ou acesso.

No que se refere aos projetos educacionais são feitas “propostas que promoveram tanto a descontinuidade como as mudanças de muitas atividades” (MACEDO, 2008, p.104). O Projeto (Re) Integrar, implantado desde 1993 na rede, com o objetivo de integrar à escola alunos com dificuldades de aprendizagem significativas, foi sendo substituído aos poucos por proposta da Professora Maria Teresa Egler Montoan, da Faculdade de Educação da UNICAMP, mas não durou mais que um ano. Por outro lado ocorreu também a implantação do Programa do Pré-escolar – PROEPRE, sob a responsabilidade da professora Orly Zucatto Mantovani, também da Faculdade de Educação da UNICAMP.

3.4. A municipalização

Porém, a grande mudança ocorrida nessa gestão é a municipalização do ensino que “apresentou-se cheio de fissuras, controvérsias, incertezas, demonstrando que estas mudanças no sistema educacional paulista teriam como finalidade a racionalização da estrutura administrativa, otimização na gestão de recursos materiais e humanos.” (MACEDO, 2008, p.105)

A municipalização ocorreu em duas fases, a primeira em 1998, na qual as escolas de 1ª a 4ª séries (atuais 2º ao 5º ano) foram as escolhidas para a fase inicial, e em 2001, no segundo semestre, sendo objeto as escolas da 5ª a 8ª séries (atuais 6º ao 9º ano). Essa estratégia de municipalização seguia a orientação da Secretaria de Estado da Educação, segundo documento citado por Macedo:

Eram números impressionantes e efetivamente causavam impacto nos prefeitos. Mas havia uma questão a ser resolvida: a empreitada de assumir de uma só vez todos os alunos de ensino fundamental parecia aos municípios uma aventura perigosa. (...) Aos (prefeitos) que chegavam pensando em começar a municipalização apenas com as escolas rurais, por exemplo, aconselhava-se que incluíssem em seu projeto um ou duas escolas urbanas, que agregavam números mais substantivos de matrículas, para que sua receita financeira global pudesse cobrir os custos das rurais, que tradicionalmente atendem a números reduzidos de alunos. (SÃO PAULO/SE, 2002, *apud* MACEDO, 2008, p.108)

A municipalização foi efetivada através do Termo de Convênio, instrumento administrativo entre Estado e Município, com base legal no artigo 211 da Constituição Federal de 1988, definindo para o município as seguintes obrigações:

- Criar ou adequar o Conselho Municipal de Educação.
- Elaborar o Plano Municipal de Educação, de forma integrada às políticas e planos educacionais do Estado, tendo em vista as diretrizes e planos nacionais de educação;
- Realizar processo seletivo ou concurso público para ingresso, em quadros próprios do município, de profissionais do magistério, pessoal técnico e administrativo, necessários à execução das ações previstas no Plano de Trabalho.
- Instituir ou adequar o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Municipal.

- Criar mecanismos de controle de frequência dos docentes e do pessoal técnico e administrativo, seus diferentes regimes. (MACEDO, 2008, p.110, citando o Termo de Convênio – Decreto nº 43.078 de 1998)

A primeira etapa da municipalização, em 1998, amplia a rede significativamente (dados do INEP, citados por MACEDO):

Ano	Rede Estadual – Ensino Fundamental	Rede Municipal – Ensino Fundamental e EJA
1997	9.052	533
1998	5.713	3.790

Fonte: INEP, Censo Escolar, 1998.

Nessa primeira etapa foram as seguintes as escolas municipalizadas:

Escolas Estaduais Transferidas para as Administrações Municipais - Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo¹³

DELEGACIA	MUNICÍPIO	CODIGO ESCOLA	NOME ESCOLA
CAMPINAS 1ª	VALINHOS	040373	ALICE SULLI NONATO PROFA
CAMPINAS 1ª	VALINHOS	047132	BAIRRO DA PONTE PRETA
CAMPINAS 1ª	VALINHOS	040393	BAIRRO PONTE ALTA
CAMPINAS 1ª	VALINHOS	900564	CARLOS DE CARVALHO VIEIRA BRAGA
CAMPINAS 1ª	VALINHOS	546173	FAZENDA ELDORADO
CAMPINAS 1ª	VALINHOS	900552	FAZENDA JOAPIRANGA
CAMPINAS 1ª	VALINHOS	917163	JORGE BIERRENBACH DE CASTRO
CAMPINAS 1ª	VALINHOS	900539	LEOPOLDO PETRUS VAN LIEMPT PADRE
CAMPINAS 1ª	VALINHOS	912943	LOTEAMENTO VALE VERDE

Juntamente com a ampliação de número de alunos, também ocorreu o início de funcionamento dos Conselhos da Educação e do FUNDEF.

O Conselho Municipal de Educação ficou organizado da seguinte forma:

- Secretária de Educação na condição de Presidente
- Docentes de Educação Infantil

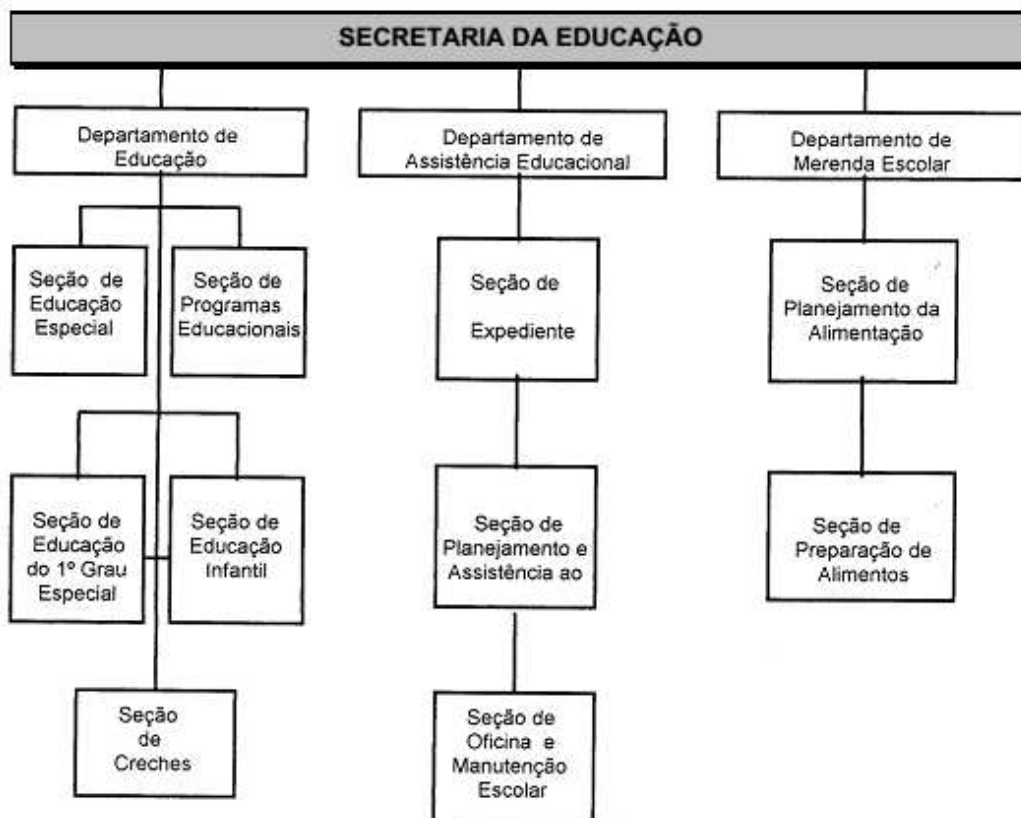
¹³ SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Resolução SE 123, de 13/11/98* - Disponível em: <<http://municipalizacao.edunet.sp.gov.br/>>. Acesso em 17 jan. 2014.

- Docentes de Ensino Fundamental
- Corpo administrativo da Secretaria da Educação do Município
- Entidades e associações de classes ligadas à Educação atuando no Município
- Pais de alunos de educação infantil
- Pais de alunos das escolas particulares
- Docentes da rede estadual de ensino
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente
- Pais de alunos do ensino fundamental
- Servidores municipais que atuam na área da educação
- Representantes dos alunos das escolas particulares
- Representantes dos alunos da rede pública

(MACEDO, 2008, p.112, citando a Lei nº 3.111/97, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação de Valinhos.

Outra medida visando a adequação aos “novos tempos” foi a promulgação da Lei Municipal nº 3182/98, alterando a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, sendo a Secretaria de Educação reorganizada de acordo com o seguinte organograma:

Organograma da Secretaria de Educação de Valinhos



Fonte: MACEDO, 2008, p.114.

Ainda nesse caminho foi aberto concurso público para preenchimento dos cargos de chefes de seções e para quase todas as carreiras do magistério, ressaltando-se que no Edital prevê-se que:

[...] seriam considerados títulos o tempo de serviço dos Servidores da Prefeitura do Município de Valinhos que foram considerados estáveis nos termos da Constituição Federal, somando-se 20 (vinte) pontos para quem se enquadrasse nessa situação. (MACEDO, 2008, p.114-115, *grifo da autora*)

Na segunda etapa da municipalização foi a vez do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), ampliando ainda mais a rede e tornando ainda mais complexa a realidade a ser administrada. De acordo com os dados do INEP, Macedo analisa que “o acréscimo deste nível do fundamental, fez com que a rede de Valinhos

aumentasse mais em 76,3% neste ano de 2001, totalizando 1.073% em quatro anos de municipalização.” (MACEDO, 2008, p.115)

Nesse segundo momento foram as seguintes as Unidades Escolares municipalizadas:

Escolas Estaduais transferidas para as Administrações Municipais - Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo/COGSP¹⁴

Municípios	Diretoria de Ensino	Código Escola	Escolas/Séries/Total-T/Parcial-P
Valinhos	Campinas Leste	049451	Adoniram Barbosa Dr. - 5ª a 8ª - T
Valinhos	Campinas Leste	905653	Antonio Manoni Vice Prefeito - 5ª a 8ª - T
Valinhos	Campinas Leste	907625	Jeronymo Alves Correa Prefeito - 5ª a 8ª - T
Valinhos	Campinas Leste	040381	Tomoharu Kimbara - 1ª a 8ª - T
Valinhos	Campinas Leste	912931	Clube de Campo Valinhos - 1ª a 8ª - T
Valinhos	Campinas Leste	018090	Edina Ap. Bampa da Fonseca Profª. - 5ª a 8ª - T
Valinhos	Campinas Leste	900540	Carolina de Oliveira Sigrist Dona - 5ª a 8ª - T

A organização efetiva do município como Sistema de Ensino ainda estava nos primeiros passos: no segundo mandato do Prefeito Vitório Antoniazzi o Plano Municipal de Educação ainda não havia sido elaborado e o

[...] Projeto Político Pedagógico, que as escolas deveriam elaborar junto com a comunidade local e escolar, correspondente a um dos aspectos da gestão democrática, foi proposto como uma tarefa burocrática, que resultou em projetos completamente desconexos com o contexto escolar”. (MACEDO, 2008, p.120)

Já o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, após mais de quatro anos de discussões e debates no âmbito do Conselho Municipal, foi concluído em 2002, mas a proposta formulada pelos seus integrantes foi “descartada e substituída por uma minuta apresentada pelo Departamento de Recursos Humanos” (MACEDO, 2008, p.122), efetivada e enviada à Câmara de Vereadores, onde também ocorreram modificações diversas.

¹⁴ SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO *Minuta de Resolução SE 85, de 31/05/2002 – DOE 01/06/02- Disponível em: <<http://municipalizacao.edunet.sp.gov.br/>>. Acesso em 17 jan. 2014.*

3.5. Marcos José da Silva

Marcos José da Silva, natural de Valinhos, é casado com Adriana Di Nardo Silva, com quem tem três filhos. Aniversaria em 16 de dezembro e é Bacharel em Direito e jornalista. Foi vereador na Câmara Municipal de Valinhos, de 1977 a 1982 e prefeito nos mandatos de 1989 a 1992, 2005 a 2008 e 2009 a 2012.

Dentre as inúmeras obras construiu o Ginásio de Esportes “Vereador Pedro Ezequiel da Silva”, o Jardim São Marcos e a iluminação da autoestrada Francisco Von Zuben – ligação Valinhos-Campinas e obteve os recursos para a realização da “Obra do Século”, a captação de água do Rio Atibaia para abastecimento da cidade. Teve como vice-prefeitos: Claudimir Kiko Ferreira e Moysés Antônio Moysés. (Fonte: O Legislativo Valinhense – 50 anos de história. Edição comemorativa 50 anos – Câmara Municipal de Valinhos. 2005)

Em entrevista concedida à TV Câmara¹⁵, da Câmara Municipal de Valinhos, em 04/06/2014, para a jornalista Denise Giunco, o ex-prefeito analisa as diferenças entre o primeiro mandato, no final da década de 1980, e os dois outros mandatos (entre 2005 e 2012), afirmando que havia uma “maior definição” dos partidos políticos e ainda um certo “romantismo” na política, que hoje não se vê mais.

Cita que a política sempre fez parte da sua vida, pois seu pai, Pedro Ezequiel da Silva, foi vereador por dois mandatos (1963 à 1966 e 1967 à 1969) e recebia os políticos em casa, convivendo com eles desde criança.

Marcos começou a carreira política no MDB, que passou a se denominar PMDB com a redemocratização, e que nunca mudou de partido desde então. Critica que hoje “se muda de partido como quem muda de camisa”.

Foi Vereador de 1977 a 1982, quando o governo Militar ampliou o mandato de 5 para 6 anos, dificultando seus planos de se candidatar a prefeito logo depois. Considera que foi um vereador ativo e uma oposição séria, “nunca tendo pisado na prefeitura para pedir nada” durante todos os anos como vereador. Em 1977 fez um discurso contra o governo na Câmara e foi levado pela polícia no dia seguinte para prestar depoimento, o que assustou o seu pai na ocasião.

Destaca que no primeiro mandato (1989-1992) governou com minoria na Câmara de Vereadores, que fez uma oposição difícil, intransigente, votando contra

¹⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS. Programa Sala de Visitas – 04/06/2014 – Ex-Prefeito Marcos José da Silva.

bons projetos porque era da autoria do prefeito ou porque havia sido conseguido por ele, como a parceria com o governo federal (na época o Fernando Collor de Mello) para trazer os CIACs (Centros Integrados de Atendimento à Criança), que foi negado pelos vereadores. Ainda assim conseguiu ser um dos poucos prefeitos a eleger seu sucessor (seu vice na época, Moyses Abujadi), já que a reeleição não era permitida. Relembra que no discurso de posse citou o fato de que, aos 15 anos de idade, afirmou que subiria na marquise da prefeitura para discursar como prefeito e se emocionava por haver conseguido alcançar seu objetivo.

Considera que a grande marca do seu governo foram as obras sociais: a criação do bairro São Marcos, conseguido com o apoio do Banco Santander e outros parceiros, além da negociação com o Governo Estadual (na época Orestes Quércia), disposto a “liberar” apenas 100 casas, mas terminando por conseguir trazer quase mil moradias para o local onde hoje se encontra o bairro, inaugurado a 19 de dezembro de 1982. Outra grande obra foi a chamada “Obra do Século”, a captação de água do Rio Atibaia para Valinhos, em 1990, que foi bastante criticada mas que, na avaliação do ex-prefeito, hoje torna a situação de racionamento menos ruim do que poderia ser. Além disso construiu o Ginásio de Esportes e o primeiro Pronto Socorro do município.

No segundo e terceiro mandatos (2005-2012) afirma que novamente se constituiu uma oposição perseguidora na Câmara dos Vereadores. Como principais feitos da gestão cita os cursos de informática e outras ações do Fundo Social de Solidariedade, criado por ele no primeiro mandato e conduzido pela sua esposa, Dra. Adriana Di Nardo Silva no seu retorno à frente do executivo. Criou o Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, com “atendimento de primeiro mundo”, reativou o Pronto Socorro e auxiliou a Santa Casa que passava por dificuldades financeiras. Também conseguiu a Unidade de Pronto Atendimento – UPA, “apesar da oposição”. Reformou a maioria das escolas do município e construiu outras em locais necessários, zerando o déficit das creches durante os seus mandatos. Conseguiu viabilizar o espaço para a área de logística no município, essencial para a melhoria da situação financeira, na avaliação do ex-prefeito, reforçando que

houve tentativas de embargo da oposição, apesar da importância do projeto para a melhoria do município, na visão de Marcos José da Silva.

Explica os problemas no segundo mandato citando a crise de 2010, que se aprofundou em 2011, chegando a situação limite em 2012, onde a previsão de arrecadação de 310 milhões se concretizou em apenas 290 milhões. Segundo o ex-prefeito, isso impediu o fechamento das contas e provocou a necessidade de explicações ao Ministério Público, como diversos outros governos da região. Avalia que isso fez com que não conseguisse eleger seu sucessor no município.

Hoje presta assessoria política e está apoiando a pré-candidatura de Paulo Skaf ao governo de São Paulo, pelo PMDB. Diz que a esposa continua a trabalhar normalmente na sua “profissão de origem” (dentista) e seu filho continua a administrar o Jornal de Valinhos e afirma que ninguém da família pretende participar diretamente das próximas eleições.

Finaliza a entrevista considerando que hoje existe uma descrença generalizada na política, mas que é preciso apostar na democracia.

Eleições em Valinhos, de 1988 à 2012¹⁶

Valinhos			
Prefeito			
Relação oficial dos candidatos que concorreram à eleição. O candidato eleito é o apresentado na primeira linha da tabela, sempre levando em conta a ocorrência de um ou dois turnos.			
1988			
Candidatos	Partido	No. de Votos	Percentual(*)
MARCOS JOSE DA SILVA	PMDB	11.697	33.87
ARILDO ANTUNES DOS SANTOS	PFL	10.803	31.28
WILSON SABRE VILELA	PL	5.258	15.22
TEREZINHA BARCHESE	PT	2.035	5.89

(*) % de Votos sobre o Comparecimento,
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral - TRE / Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade.

¹⁶ Resultados das eleições obtidos no site da SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em <<http://www.seade.gov.br/produtos/eleicoes/candidatos/>>. Acesso em 19 jan. 2014.

Essa foi a primeira eleição para Prefeito disputada por Marcos José da Silva, quando obteve a vitória sobre um candidato do PFL, reeditando a antiga dualidade entre o MDB e ARENA, agora com as novas denominações com o fim do Regime Militar.

Valinhos			
Prefeito			
Relação oficial dos candidatos que concorreram à eleição. O candidato eleito é o apresentado na primeira linha da tabela, sempre levando em conta a ocorrência de um ou dois turnos.			
1992			
Candidatos	Partido	No. de Votos	Percentual(*)
JOAO MOYSES ABUJADI	PMDB	16.644	39.4
ARILDO ANTUNES DOS SANTOS	PFL	15.767	37.33
JURACY CAETANO	PT	2.687	6.36
(*) % de Votos sobre o Comparecimento, Fonte: Tribunal Regional Eleitoral - TRE / Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade.			

Nessa eleição, sendo impedida a reeleição, Marcos lança seu sucessor e vice-prefeito no pleito anterior, João Moyses Abujadi, derrotando novamente o candidato do PFL.

Valinhos			
Prefeito			
Relação oficial dos candidatos que concorreram à eleição. O candidato eleito é o apresentado na primeira linha da tabela, sempre levando em conta a ocorrência de um ou dois turnos.			
1996			
Candidatos	Partido	No. de Votos	Percentual(*)
VITORIO HUMBERTO ANTONIAZZI	PL	21.916	48.61
MARCOS JOSE DA SILVA	PMDB	14.642	32.48
HERIBERTO POZZUTO	PT	4.073	9.03
BARTOLOMEU RAMOS DE ANDRADE	PTB	373	0.83
(*) % de Votos sobre o Comparecimento, Fonte: Tribunal Regional Eleitoral - TRE / Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade.			

Após o mandato do seu sucessor e sendo permitido concorrer novamente à prefeitura, Marcos José da Silva disputa a eleição de 1996, tendo como adversário mais relevante Vitório Humberto Antoniazzi, do PL, que termina por vencer as eleições com uma considerável margem de diferença.

Eleição 2000 - Prefeito - SP - Valinhos:

Candidatos	Votos	% dos válidos
<u>1º - Vitório Humberto Antoniazzi - PPB / PDT / PL / PFL</u>	19.909	41,64%
<u>2º - Marcos José da Silva - PMDB / PST</u>	19.138	40,03%
<u>3º - Lairton Martins de Oliveira - PT</u>	2.928	6,12%
<u>4º - Adriano Guilherme Mamprim Brunello - PSC / PV / PSDB</u>	2.804	5,86%
<u>5º - João Moysés Abujadi - PTB</u>	2.408	5,04%
<u>6º - Wilson Roberto Frata - PSL / PPS / PSB</u>	628	1,31%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE; Tribunal Regional Eleitoral - TRE; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade.

Nessa eleição, Marcos José da Silva busca novamente ocupar a prefeitura, mais uma vez contra Vitório Humberto Antoniazzi, do PL, que o vence por uma pequena margem de menos de 2%.

Eleição 2004 - Prefeito - SP - Valinhos:

Candidatos	Votos	% dos válidos
<u>1º - Marcos José da Silva - PTB / PMDB / PSL / PTN / PPS / PFL / PHS / PSB / PSDB / PC do B</u>	30.431	56,57%
<u>2º - Luiz Mayr Neto - PP / PDT / PSC / PL / PSDC / PV / PRP</u>	18.937	35,21%
<u>3º - Lourivaldo Messias de Oliveira - PT</u>	4.422	8,22%

Finalmente, em 2004, com uma ampla coligação de partidos políticos, Marcos José da Silva chega novamente à prefeitura de Valinhos, com grande diferença de votos em relação ao candidato do ex-prefeito Vitório Humberto Antoniazzi, Luiz Mayr Neto. A coligação chama atenção por congregar tanto os partidos considerados de esquerda (na época os aliados do PT recém tornados

governo, como o PC do B) quanto o grande partido da oposição – PSDB – e os demais considerados de direita, como o PFL).

Eleição 2008 - Prefeito - SP - Valinhos:

Candidatos	Votos	% dos válidos
<u>1º - Marcos José da Silva - PRB / PP / PDT / PMDB / PSL / PTN / DEM / PRTB / PTC / PSB / PSDB / PC do B</u>	37.403	71,76%
<u>2º - Atair do Prado Motta - PTB / PSC / PR / PV</u>	7.755	14,88%
<u>3º - Adriano dos Anjos Maçaira - PT / PRP</u>	6.291	12,07%
<u>4º - Nadir Francisco Calvi - PPS</u>	674	1,29%

Nesse pleito Marcos José da Silva mantém a ampla coligação e consegue uma vitória ainda maior sobre seu adversário. Deixam a coligação o PTB e o PPS, que lançam candidatos próprios, e o PDT passa a fazer parte dessa ampla frente partidária.

Eleição 2012 - Prefeito - SP - Valinhos:

Candidatos	Votos	% dos válidos
<u>1º - Clayton Roberto Machado - PV / PSDB / PSD / PHS / PMN / PRB / PSC / PT do B / PR</u>	27.389	46,84%
<u>2º - Alexandre Luiz Tonetti - PT / PSL / PSDC / PRTB</u>	16.303	27,88%
<u>3º - Moysés Antonio Moysés - PP / PDT / PTB / PMDB / PTN / PPS / DEM / PTC / PSB / PRP / PC do B</u>	14.787	25,29%

Nessa eleição, sendo impedida uma nova candidatura, Marcos José da Silva lança como seu sucessor o vice nos mandatos anteriores, Moysés Antônio Moysés, mantendo uma ampla coligação, porém sem o PSDB, que se retira do governo em meados do segundo mandato e lança candidato próprio. O candidato do PMDB é derrotado, ficando em terceiro lugar e perdendo inclusive para a candidatura do PT.

Breve análise das eleições em Valinhos

Tendo em vista o histórico das eleições das quais participou Marcos José da Silva e a galeria dos prefeitos do município, na tabela abaixo, podemos tecer algumas considerações:

MANDATOS	PREFEITOS
1955 a 1958	JERÔNIMO ALVES CORRÊA
1959 a 1962	JOSÉ SPADACCIA
1963 a 1966	JERÔNIMO ALVES CORRÊA
1967 e 1969	VICENTE JOSÉ MARCHIORI
1970 a 1972	LUIZ BISSOTO
1973 a 1976	ARILDO ANTUNES DOS SANTOS
1977 a 1982	LUIZ BISSOTO
1983 a 1988	VITÓRIO HUMBERTO ANTONIAZZI
1989 a 1992	MARCOS JOSÉ DA SILVA
1993 a 1996	JOÃO MOYSÉS ABUJADI
1997 a 2000	VITÓRIO HUMBERTO ANTONIAZZI
2001 a 2004	VITÓRIO HUMBERTO ANTONIAZZI
2005 a 2008	MARCOS JOSÉ DA SILVA
2009 a 2012	MARCOS JOSÉ DA SILVA
2013 a 2016	CLAYTON MACHADO

Tabela compilada a partir de dados do TSE

- ✚ Em um período de 60 anos Valinhos teve a frente do Executivo 9 prefeitos somente; sendo que 4 deles governaram o município em mais de um mandato: Jerônimo Alves Corrêa e Luiz Bissoto por dois mandatos e Vitório Humberto Antoniazzi e Marcos José da Silva por três mandatos; porém, Marcos José da Silva foi o único eleito diretamente pelo povo nos três mandatos, já que Vitório Humberto Antoniazzi foi prefeito de 1983 a 1988 através de indicação do governador do Estado (ainda no período do Regime Militar); convém salientar o mandato interrompido de Vicente José Marchiori (em 1969) e do mandato reduzido de Luiz Bissoto, ambos governando por 3 anos;
- ✚ Entre 1977 e até a atualidade (37 anos) Marcos José da Silva esteve à frente do Executivo por 12 anos e no Legislativo por mais 6 anos,

totalizando 18 anos de atuação direta na política valinhense, excluindo o período governado por seu sucessor;

- ✚ Quanto as eleições desde o retorno da democracia (1988), em um período de 25 anos (até o momento, 27 anos se considerarmos o fim do mandato do atual prefeito em 2016) foram eleitos apenas 4 prefeitos diferentes, sendo que durante a maior parte do tempo (até a última eleição), a disputa política se polarizou basicamente entre o PMDB e o PL (atual PR), somente na última eleição ingressando “um novo ator”, o PSDB, mesmo que em coligação com o PR;
- ✚ As alianças efetivadas no âmbito municipal não demonstram coerência com as majoritárias no âmbito nacional realizadas dois anos antes, o que pode demonstrar a já comentada inconsistência ideológica dos partidos, somada aos “personalismos” locais, onde o candidato é mais “forte” que o partido;
- ✚ Observa-se que o Partido dos Trabalhadores – PT, não consegue ainda se firmar como uma força política no município, seja por não possuir nenhum candidato mais expressivo, seja por não buscar coligações com os demais partidos (em cinco das sete eleições não fez nenhuma coligação). Porém convém ressaltar que conseguiu a sua melhor votação na última eleição, chegando a quase 28% dos votos válidos;

Após a caracterização geral da política educacional em Valinhos, faremos a seguir um breve estudo sobre a implementação das políticas públicas.

4. A implementação das políticas educacionais em Valinhos

Nesse capítulo abordaremos a problemática da implementação enquanto objeto de estudo, seguido da análise da proposta efetiva da política educacional para o município, através dos Programas de Governo. Na sequência serão analisadas as políticas efetivamente implementadas, identificadas através dos documentos de prestação de contas ao final dos dois mandatos, da análise dos boletins municipais e das entrevistas realizadas.

4.1. O estudo da Macro e Micro Implementação de Políticas Públicas

Considerando a necessária análise das políticas implementadas, buscou-se um suporte teórico para a temática no estudo de Berman (2007), onde o autor aborda as questões envolvendo a macro e micro implementação.

Inicia afirmando que nos anos de 1960, no auge das políticas e programas sociais da Administração Johnson, pouco se falava em implementação de políticas, se tornando objeto de estudo nos anos de 1970 com o fracasso dessas políticas. Na atualidade, por outro lado, ocorre o modismo do estudo da implementação, mas sem necessariamente entender e resolver as problemáticas envolvidas no assunto.

Destaca que uma grande parte dos estudos não se preocupava em oferecer recomendações ao governo responsável por sua elaboração; outros não viam relações entre o funcionamento do governo e os resultados da política e ainda outros se limitavam a comparar os insumos oferecidos pelas políticas com os resultados obtidos, sem investigar o funcionamento das instituições envolvidas.

O autor aponta dois grandes problemas a serem superados na atualidade:

- A literatura existente é na sua maioria baseada em estudos de casos não teóricos e de qualidades diversas, sendo inviável sua generalização. Assim, apesar desses estudos produzirem um novo

conhecimento produtivo, dificilmente poderão ser aplicáveis a outras áreas;

- A maior parte dos trabalhos analisa somente um nível do problema da implementação, quando muito enfocam dois níveis (Congresso e burocracia federal; agência estatal e sistema político local, etc.), reduzindo o problema a uma pequena parte e provavelmente não levando em conta o essencial na implementação;

Atualmente estão surgindo algumas linhas de trabalho no sentido da criação de um marco conceitual capaz de localizar os estudos particulares em um setor mais amplo, potencializando ainda mais esses estudos, que convergem para três áreas comuns:

- Consenso sobre o significado da implementação e o núcleo do problema;
- Negação das fórmulas simplistas, entendendo que a implementação de uma política envolve mais elementos do que somente o desenho de uma política, mas que também envolve a relação dessa política com seu entorno institucional e que essas características moldam de modo diferente a implementação em diferentes setores da política;
- Definição de que o estudo do processo de implementação é essencial para entender os mecanismos políticos que operam na arena política social;

O autor destaca uma importante “regra de fé” partilhadas pelos analistas da implementação: “a crença de que a aplicação de uma política, a instalação de uma tecnologia, a realização de um plano, a imposição de uma lei, não são automáticas e não tem um futuro assegurado”. (Berman, 2007, p.285, tradução nossa).

Identificando que a implementação consiste no cumprimento de uma decisão proveniente de uma autoridade, o autor analisa que essa decisão supõe a existência de uma teoria que relacione de alguma forma os objetivos com os fins esperados. Essa situação poderia ser simplificada no esquema seguinte:

- Uma política (P) é definida e os resultados (R) ocorrem naturalmente.

Entendida dessa forma, a análise da implementação se centrará na validade da teoria que pressupõe que (P) conduzirá à (R), não tratando da adequação ou pertinência dos objetivos da política (questão de ordem ética) ou da maneira como os objetivos foram formulados (objeto da formulação das políticas públicas).

Diversos casos de implementação na década de 1960 adotavam o modelo de Pesquisa e Desenvolvimento (“Investigació y Desarrollo” em espanhol e Research & Development, R&D, no original em inglês), onde existe uma sequência de passos preestabelecidos que devem ser seguidos, aplicados não somente nos casos de inovação tecnológica no sentido restrito (uma máquina ou equipamento), mas ampliada para a área dos serviços sociais:

- Invenção de um tipo de tecnologia e aplicação em laboratório;
- Realização de provas e demonstração em campo;
- Comunicação da tecnologia a usuários em potencial;
- Adoção da tecnologia por parte dos usuários;

Quando aplicado à área social o modelo citado, mesmo quando testado previamente em laboratórios, terminava por produzir resultados tão diferentes quanto fossem os locais de aplicação, já que essas organizações locais “traduziam” as políticas de acordo com suas necessidades e possibilidades.

Diante dessa nova variável, o esquema de entendimento da implementação passa a ser o seguinte:

- Eficácia da implementação: se P, então I (onde uma opção política – P – conduz a uma implementação de um programa particular – I);
- Validez técnica: se I, então R (onde o programa implementado – I – conduz a determinados resultados – R);

O autor afirma que “os analistas partem do pressuposto de que a política, especialmente quando se inscreve na arena social, existe unicamente na medida em que se implementa e que, por consequência, a ‘bondade’ da maioria das ideias não pode comprovar-se prescindindo da sua implementação”. (Berman, 2007, p.290-291, tradução nossa)

Berman (2007) credita a dificuldade do estudo da implementação das políticas sociais a característica de serem estes efetivados por organizações locais (hospitais, escolas, centros de cuidado da saúde, etc.) que possuem uma relativa autonomia em relação ao controle estatal, tendo, por sua vez, suas próprias dificuldades internas.

Quanto à implementação de políticas nacionais, identifica dois níveis distintos de análise:

- Macro implementação: diz respeito à problemática do governo federal executar suas políticas de tal modo que possa garantir que as organizações locais se comportem conforme planejado;
- Micro implementação: são as ações das organizações locais (planejamento e implementação de suas próprias políticas internas) diante das políticas encaminhadas pelo governo federal;

Outros conceitos importantes abordados por Berman (2007) são:

- Macro estrutura: padrões permanentes de comportamentos das instituições (regras de funcionamento internas, funções predefinidas, rotinas internas, etc.);
- Integração débil: conceito considerado importante para entender a macro estrutura e que diz respeito ao fato de que cada organização tem seus próprios problemas, perspectivas e propósitos e eles se refletem em sua estrutura e cultura particulares, bem como opera com maior ou menor autonomia dentro da macro estrutura geral do seu setor;

Na sequência Berman aponta que diversos autores analisam os quatro núcleos de fatores associados a incerteza e dificuldade que caracteriza a macro implementação:

- Discrepâncias em torno dos objetivos;
- Índices diferentes de influência e autoridade;
- Deficiências de recursos;

- Dificuldades de comunicação entre as organizações;

Avançando na análise o autor aponta uma sequência de quatro transições, correspondentes à macro implementação das políticas nos setores de prestação de serviços sociais (Berman, 2007, p.296):

- Administração: se P, então G (onde uma decisão política de autoridade – P – dá lugar a um programa governamental – G);
- Adoção: se G, então A (onde o programa governamental – G – conduz a adoção de um projeto local – A);
- Micro implementação: se A, então I (onde o projeto local – A – dá lugar a uma implementação de uma determinada prática – I);
- Validez técnica: se I, então R (onde a prática implementada – I – produz resultados – R);

É o estudo das “transições” entre essas etapas que se convém estudar, alterando o termo de transição para “passos no processo da política”, enfatizando seu caráter não automático, mas sim “uma série de passagens necessárias, cujos vínculos aleatórios definem e redefinem constantemente a política” (Berman, 2007, p. 296, tradução nossa)

Outro conceito relevante abordado é o da mutação, onde uma determinada política é implementada para todo um país, mas somente consegue atingir os objetivos em algumas comunidades onde a mesma foi “traduzida” em termos locais, com a adaptação e alteração necessária do nível local, provocando a chamada mutação. Nas palavras do autor: “a mutação consiste na adaptação de um projeto a seu contexto organizativo local durante a implementação”. (Berman, 2007, p.302, tradução nossa)

O autor passa então ao estudo da micro implementação, considerada essencial e dizendo respeito à necessidade de mudança nas organizações locais diante das políticas federais, mudança esta que também deve ocorrer nos próprios membros das organizações. Afirma que na implementação do projeto as organizações se adaptam à esse projeto, que é alterado para a realidade local; dessa forma, citando Berman y McLaughlin (1974): “a micro implementação efetiva se

caracteriza pela adaptação mútua que ocorre entre o projeto e o contexto organizacional”. (Berman, 2007, p.304-305, tradução nossa)

Traduzindo em termos simbólicos, se antes a micro implementação estava definida como uma prática implementada a nível local que depende da relação entre o projeto adotado e as características da organização responsável pela implementação, traduzidas no esquema: $I = f(A, Org.)$, agora essa relação mais simples deve ser substituída por uma relação simultânea:

- Adaptação do projeto (mutação): $I = f(A, Org.)$
- Adaptação organizativa: $Org. = f(A, I)$

Diante disso, Berman afirma que

[...] as formas simultâneas dessas equações representam a micro implementação é uma maneira de expressar que o que ocorre com um projeto depende não somente das características desse projeto e da organização que o executa, mas também do que ocorre com a própria organização como consequência desse projeto e da maneira como ele é implementado” (Berman, 2007, p.305)

Estudando as fases da micro implementação, o autor aponta a pertinência de adotar um modelo de três fases (Berman, 2007, p.311):

- Mobilização: os funcionários das organizações locais tomam as decisões em torno da adoção do projeto, seu planejamento e sua execução;
- Implementação por parte do prestador de serviços: esses planos são postos em funcionamento pelos prestadores diretos de serviços;
- Institucionalização: a prática implementada se torna parte dos procedimentos normais de operação da organização;

Como resultado dessas fases de implementação podem surgir quatro caminhos (Berman, 2007, p.313):

- Ausência total de implementação: nessa modalidade não se produz adaptação nem no planejamento do projeto nem no comportamento do prestador de serviço;
- Cooptação: quando implica que não há a adaptação do comportamento do prestador de serviço, mas pelo contrário, se modifica o projeto para ajustar às rotinas existentes;

- Aprendizagem tecnológica: significa que não se induz uma adaptação do plano ao projeto, mas sim que ocorre uma adaptação do comportamento rotineiro com o fim de ajustar ao plano;
- Adaptação mútua: que implica tanto na adaptação do projeto como do comportamento do prestador de serviço;

Berman encerra seu ensaio propondo três razões pelas quais os responsáveis pela elaboração das políticas federais deveriam ser sempre cautelosos (Berman, 2007, p.315):

- A macro implementação comporta inevitavelmente a política;
- Geralmente o governo federal tem influência limitada no comportamento dos responsáveis pela implementação em nível local, e são estes, por sua vez, que tem o poder efetivo no sistema;
- A micro implementação não resulta eficaz a menos que as organizações locais se submetam a um processo de adaptação que não pode ser previsto nunca em completa exatidão nem tampouco pode ser controlado externamente.

4.2. Programa de Governo – o Proposto

Enquanto documentos principais para analisar o que foi proposto em termos de política, temos os Programas de Governo do 1º e 2º mandatos.

No Programa do primeiro mandato (2005-2008), denominado “Por uma Valinhos melhor” afirma-se que o documento foi construído a partir de interlocuções diversas com a sociedade civil, reforça-se a importância de um prefeito experiente e capaz, que tenha condições de fazer Valinhos retomar seu papel de destaque na região.

O Programa é organizado em 14 tópicos, com destaque em termos quantitativos para as propostas na área de saúde e educação, mas também sendo reforçadas as áreas de cultura e esportes.

Na área educacional as propostas se referem aos seguintes tópicos:

- Melhoria do ensino: entendida como modernização da escola (com novas tecnologias, multimeios, salas de informática, etc.) e diversificação curricular (teatro, xadrez, cinema, esportes, etc.);
- Valorização do magistério e gestão democrática: traduzida em uma política salarial mais justa, apoio pedagógico, revisão do plano de carreira, participação maior dos pais e democratização do Conselho Municipal de Educação (com proposta de eleição para o presidente do Conselho);
- Educação Especial: ampliar centros de atendimento especializados e apoio a entidades como a APAE;
- Outras metas: diminuir índices de evasão e repetência, buscar a revitalização do Ensino Médio junto à Rede Estadual, reforma e construção de creches e escolas em regiões carentes, segurança nas escolas e destinação de verbas diretamente para as escolas.

O Programa do segundo mandato (2009-2012), denominado “Valinhos cada vez mais forte - Plano de Metas” analisa que no último período o município voltou

a crescer, melhorou os índices e voltou a ocupar um lugar de destaque na Região Metropolitana de Campinas.

Na área educacional afirma que houve muito investimento, com reforma de unidades, inauguração de prédios, doação de uniformes e material escolar, além de oferecer cursos para os servidores.

As metas específicas são as seguintes:

- Construção de salas de aula e reformas em cerca de 15 unidades escolares;
- Creches: construções e convênio com particulares para atendimento de demanda;
- Cobertura de quadras das escolas;
- Apoio para construção da escola do SENAI;
- Apoio para implantação da faculdade SENAI;
- Outras ações a serem continuadas: festa das crianças, parceria com governo estadual para implementar uma ETEC, sistema informatizado nas escolas, programa de entrega de uniformes, entrega de material didático apostilado, entrega do livro de inglês, atualização e valorização do magistério (incluindo o pagamento de cinco semanas mensais¹⁷);

Após a análise da maneira como são implementadas as políticas públicas no nível micro e macro passa-se a seguir para o estudo da implementação ocorrida no município de Valinhos.

¹⁷ Diz respeito ao “pagamento fechado” para o magistério do mês considerado como 5 semanas e não 4 semanas e meia, como anteriormente.

4.3. Políticas Implementadas – a Concretização

Para a análise do que foi efetivamente implementado foram utilizadas três fontes principais.

Uma primeira foram os documentos publicados pelo governo ao final dos dois mandatos, com uma função de “prestação de contas”, onde são explicitadas as realizações do governo em todas as áreas, incluindo, obviamente, a educação.

Outra fonte considerada foram as publicações nos boletins municipais, órgão de comunicação oficial do executivo. Nesse caso foram analisadas todas as publicações de dois anos do governo, visando uma primeira categorização de políticas traduzidas em decretos, leis e outros, sendo posteriormente analisada a quase totalidade dos boletins.

Finalmente foram realizadas entrevistas com profissionais da educação representativos nos diferentes segmentos nos quais a educação municipal é organizada.

Documentos Oficiais (“Prestação de Contas”)

Além dos documentos principais, tivemos três outros quase ao final de cada mandato, podendo ser considerados como uma prestação de contas (além de uma certa forma de propaganda para a reeleição ou eleição do seu sucessor):

Publicação denominada “Valinhos cada vez mais forte” e tendo como subtítulo: “Marcos: um homem de muitas realizações”, lançada quase ao final do primeiro mandato, cita que ele é responsável pela volta do crescimento da cidade, trazendo empresas para o município, mas sem descuidar da área social.

O documento tem 31 páginas e está dividido nas seguintes seções: saúde, educação, Fundo Social, obras, economia, Prodeval (Programa de Desenvolvimento Econômico de Valinhos), relações políticas, saneamento, trânsito, desenvolvimento social, habitação, segurança, cultura, esporte e lazer e vice-prefeito.

Na educação destaca os seguintes pontos:

- Reformas e construções (mais de 20 escolas reformadas);

- Creches (duas novas já entregues, mais duas em construção);
- Material escolar (apostilas da 1ª a 5ª série);
- Livros de inglês (para todos alunos da 5ª a 8ª série);
- Sorvete na merenda (melhoria do cardápio da merenda);
- Distribuição de uniformes (começando com Educação Infantil e 1ª série, depois expandindo para as demais séries até a 4ª série com o kit completo – duas camisetas, dois shorts e um agasalho; para todos da 5ª à 8ª série foram doadas duas camisetas);
- EJA (passando de 3 para 7 unidades; material apostilado gratuito para os alunos do 5º termo);
- Mais material (material para aulas de Educação Artística e Educação Física; instalados laboratórios em parceria com a iniciativa privada);
- Aprimoramento (cursos para professores, merendeiras, inspetores de alunos, agentes administrativos, coordenadores pedagógicos, auxiliares de desenvolvimento infantil e diretores);
- Outros projetos (ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente e Escola no Campo);

Na mesma época também é lançado um pequeno “panfleto”, centrado somente na Educação, destacando que a área em Valinhos nunca foi tão qualificada como neste governo, com destaques para a entrega de uniformes e material escolar e o material apostilado.

Pontos destacados no “panfleto”:

- Kit completo de uniformes escolares gratuitos para mais de 4 mil alunos;
- Material apostilado gratuito para alunos até o 5º ano;
- Apostilas gratuitas para os alunos da EJA;
- Livros de inglês gratuitos para alunos da 5ª à 8ª série;
- Cursinho pré-vestibular com 150 vagas;
- Material específico para aulas de Artes no Ensino Fundamental;
- Material esportivo para a área de Educação Física;

- Capacitação de profissionais da educação (funcionários, professores, especialistas);
- Projetos: referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Escola no Campo (sobre preservação ambiental), equipe de manutenção permanente para escolas;
- Inauguração e reformas de escolas: mais de 20 escolas reformadas e ampliadas; inauguração de duas CEMEIs e uma EMEF, além do lançamento de duas pedras fundamentais;
- Criação de novos núcleos de EJA (aumento de 3 para 6 em uma gestão);
- Mudança da sede da Secretaria de Educação;
- Laboratório de informática em três escolas em parceria com a iniciativa privada;

Documento intitulado “Prestando Contas”, datado de julho de 2011, portanto um ano antes do término do segundo mandato. Esse documento está organizado em diversos tópicos: segurança, educação, saúde, obras, manutenção, meio ambiente, cidadania e lazer, com ênfase para as áreas de educação, saúde e obras.

Na educação, já enfatizada desde a capa do documento (com o destaque para o gasto acima dos 25% regulamentar previsto para educação), destacando os seguintes pontos:

- Ampliação e reformas de prédios escolares, totalizando mais 48 salas de aula;
- Destaque da liderança na RMC de 5ª a 8ª série pelo IDEB de 2009;
- Merenda escolar mais nutritiva, com variação do cardápio;
- Ensino Médio assumido em duas unidades da rede;
- Realização da Conferência Municipal de Educação para a criação do Plano Municipal de Educação;
- Doação de kit de material escolar para todos os alunos da rede;
- Doação do uniforme escolar para todos os alunos da rede;
- Nova quadra poliesportiva coberta na reforma agrária;

Boletins municipais

A Prefeitura Municipal de Valinhos publica o periódico denominado “Boletim Municipal” à época do Governo Marcos (atualmente denominado “Imprensa Oficial”), semanalmente, com informações gerais e oficiais do governo.

Esse órgão informativo é composto basicamente por notícias gerais destacadas como artigos em uma parte inicial e uma segunda parte composta dos atos oficiais (editais, decretos, leis, etc.).

Os “tipos de publicação” utilizados foram os definidos no próprio periódico, conforme a nomenclatura utilizada pelo Boletim Municipal. Somente o termo “publicação” foi utilizado genericamente para itens para os quais não haviam títulos ou seções do Boletim que os denominassem adequadamente. Os “artigos” são as notícias gerais que antecedem à publicação dos chamados “Atos do Executivo”.

No período analisado foram 107 edições no total. Destas, uma não foi encontrada (não está disponível na internet e não foi encontrada em arquivo físico) e 23 delas não contavam com nenhuma informação relevante na área de educação. Foram consideradas todas as publicações que abordassem a área educacional, excluindo-se somente as publicações constantes de cargas horárias de professores (ampliações de jornadas e carga suplementar). Restaram então 83 edições analisadas e resultando nas seguintes informações:

Quadro síntese das informações dos Boletins Municipais, por tipo de publicação

Tipo de publicação	Quantidade	Descritivo
Artigo	74	Material didático, programa Educação para o trânsito, transporte escolar, questionário e alteração na merenda escolar, campanha de arrecadação de material escolar e entrega pela prefeitura, atividades pedagógicas nas escolas, inscrições e formatura da EJA, revisão dos estatutos, cursos de formação continuada, inscrições e matrículas para Educação Infantil e Ensino Fundamental, bolsas de estudo, construções e reformas de escolas, criações e denominações de escolas, mutirão de limpeza nas escolas, retorno às aulas, Ensino Médio municipal, Processo Seletivo Simplificado e Concursos, Classes de Aceleração, doação de uniformes para alunos, parceria SENAI e SESI, pagamento de licença prêmio, parcerias com outras secretarias, Conferência Municipal de Educação;

Tipo de publicação	Quantidade	Descritivo
Decreto	28	Responsabilidade do Depto. De Educação Escolar na Secretaria de Educação, uniforme escolar – padrão e doação, programa e comissão de bolsas de estudo, alteração de nomeados e definição da composição dos conselhos da educação, criação de escolas, comissão para revisão do estatuto, concessão de licença-prêmio, revisão de vencimentos, comissão para redução dos gastos com transporte escolar, Grupo de Trabalho para realização de concursos públicos, extinção de escola, utilização de ônibus escolar da Rede Estadual;
Edital	16	Resultados da concessão e bolsa de estudos, eleição do Conselho de Alimentação Escolar, Processo Seletivo Simplificado, Concurso de Remoção, vistoria do transporte escolar, Concurso Público, chamamento de interessados em convênio para atendimento de vagas nas creches;
Lei	15	Denominação de escolas, priorização de atendimento para deficientes físicos e ampliando para outras “deficiências e necessidades especiais”, alterando a estrutura administrativa da prefeitura, programa de valorização dos servidores, programa de repasse financeiro para escolas, convênio com ACESA, convênio com APAE, parceria com SENAI-SESI, institui o dia do trabalhador da educação, altera a Lei que dispõe sobre o Conselho de Alimentação Escolar;
Publicação	18	Remoção, Processos seletivos simplificados, requisitos e comissão para bolsas de estudo, eleição de delegados para a Conferência Municipal de Educação, lista dos delegados inscritos para a Conferência Municipal de Educação, convênio com ACESA, resultado da eleição para delegados da Conferência Municipal de Educação;
Resolução	1	Subvenção às creches particulares, homologada pelo Conselho Municipal de Educação;
Comunicado	4	Improcedência de recurso na concorrência quanto ao apostilamento na rede, matrícula da Educação Infantil, classificação de empresa prestadora de serviço de limpeza terceirizada, empresas habilitadas e não habilitadas para a licitação de material escolar;
Despacho	1	Autoriza a contratação de professores após processo seletivo simplificado;
Ata	3	Atas do Conselho Municipal de Educação;
Portaria	1	Nomeação de Grupo de Trabalho para a realização da Conferência Municipal de Educação;

As categorias provisórias definidas foram as seguintes, com a breve descrição e quantidade de ocorrências nas publicações observadas:

Categoria	Descrição	Quantidade de ocorrências
Alimentação Escolar	Itens referentes ao Departamento de Alimentação Escolar e a merenda propriamente dita;	3
Apostilamento	Referente à adoção de apostilas pela rede de ensino;	1
Assistência ao escolar	Doação de materiais escolares e de uniformes aos alunos da rede municipal;	7
Atividades pedagógicas nas escolas	Atividades diversas ocorridas nas escolas, sejam internas, sejam em parceria com outros órgãos da prefeitura ou ainda externos;	9
Bolsa de Estudos	Referente ao Programa Municipal de Bolsas de Estudo, que concede descontos para os alunos em instituições de qualquer nível ou natureza, mediante isenção de ISSQN para as instituições interessadas;	15
Classe de Aceleração	Projeto de trabalho com a questão da defasagem idade-série dos alunos da rede;	1
Concurso Público	Concursos realizados na área da educação	9
Conferência Municipal de Educação	Conferência Municipal de Educação visando a elaboração do Plano Municipal de Educação	6
Conselhos da Educação	Publicações referentes aos Conselhos de Educação, do FUNDEB e de Alimentação Escolar;	15
Construções e reformas de escola	Construções e reformas das escolas nos artigos, decretos e outros;	11
Convênios – Educação Especial	Convênios com ACESA e APAE	4
Convênios – “Sistema S”	Convênios com SESI e SENAI	2
Criação, nomeação e extinção de escolas	Criação, nomeação e extinção de escolas, noticiadas nos artigos e efetivadas nos atos oficiais;	7
Educação de Jovens e Adultos – EJA	Informações sobre a modalidade específica (formatura, inscrições, etc.)	3
Educação Especial	Tratam da Educação Especial, consideradas todas as denominadas necessidades especiais e questões de acessibilidade em geral;	2
Ensino Médio	Ensino Médio em escolas do município	2
Estatuto e Plano de Carreira	Criações, discussões, alterações e outros nos estatutos do servidor e específico do magistério;	3
Eventos gerais	Desfile do 7 de setembro e Festa das Crianças;	2
Formação Continuada	Cursos e outros oferecidos aos profissionais da educação da rede municipal;	4

Categoria	Descrição	Quantidade de ocorrências
Informatização	Questões referentes à informatização das escolas, sistemas informatizados, doações de micro-computadores e outros;	1
Inscrição e matrícula nas escolas	Chamadas para os períodos de inscrições e matrículas na rede para a Educação Infantil e Ensino Fundamental e Médio;	6
Dia do Trabalhador da Educação	Instituição do dia do trabalhador da educação, através de Lei	1
Jogos Escolares	Notícias e outros sobre os Jogos Escolares envolvendo todas as escolas da rede municipal;	2
Licença Prêmio	Publicações referentes ao benefício (concessão, alteração, etc.);	2
Limpeza de escolas	Mutirão para limpeza de escolas	1
Material Didático	Referente aos materiais adquiridos pela rede municipal para doação aos alunos e/ou escolas;	1
Processo Seletivo Simplificado na Educação	Artigos e atos oficiais sobre os processos seletivos simplificados para professores e outros funcionários da educação;	4
Parceria com o Estado	Utilização de ônibus escolar da Rede Estadual	1
Processo seletivo	Processos seletivos temporários para a educação	12
Programa Educação para o Trânsito	Notícias e regulamentações sobre a parceria da prefeitura com a Autoban na concretização do Programa;	1
Reestruturação de cargos	Atos oficiais e outros na reestruturação de cargos realizada no município;	3
Concurso de Remoção	Publicações referentes ao Concurso de Remoção anual para professores (editais e publicações);	8
Repasse financeiro para as escolas	Legislação referente ao Programa de repasse financeiro para as escolas;	1
Revisão dos vencimentos	Definição da revisão de vencimentos dos servidores municipais;	2
Subvenção às creches particulares	Atos oficiais sobre a subvenção às creches particulares;	2
Terceirização	Contratação de empresa especializada em limpeza para prestação de serviços para o município	1
Transporte Escolar	Notícias e atos oficiais sobre o Transporte Escolar (vistoria, inscrição para subsídio, regulamentação, etc.);	8

Entrevistas

As entrevistas, por sua vez, visam, de um lado, corroborar e aprofundar na análise das políticas implementadas e, por outro lado, resgatar políticas não traduzidas em documentos oficiais, mas mesmo assim efetivadas na rede municipal de ensino. A escolha dos entrevistados se deu basicamente pelo critério de maior tempo de trabalho na rede e participação mais efetiva nos governos – em Comissões, Conselhos e outros (não se restringindo ao simples exercício de suas funções).

As entrevistas foram realizadas com os seguintes profissionais¹⁸:

- Diretor de Divisão da Educação (Entrevistado 1): cargo originalmente criados como “Chefe de Seção de Suporte Pedagógico”, através do concurso público na época da municipalização da rede (1998), originalmente uma chefia responsável pela Educação Infantil e outra pelo Ensino Fundamental.

- Supervisão de Ensino (Entrevistado 2): responsável pela supervisão geral das unidades escolares no município, desde os Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs), passando pelas Escolas Municipais de Educação Básica (EMEBs), além das escolas de educação infantil da rede particular de ensino; acesso através de concurso público.

- Diretor de escola (Entrevistado 3): responsável pela gestão administrativa e pedagógica da escola; acesso também através de concurso público.

- Professor (Entrevistado 4): responsável pelo trabalho docente em sala de aula com alunos; acesso igualmente por concurso público.

- Funcionário (Entrevistado 5): “categoria” composta pelas seguintes funções – Agente Administrativo (secretário), Inspetor de Alunos, Merendeira e Ajudante Geral; cargos com acesso através de concurso público, no caso dos dois primeiros, e há anos basicamente através terceirização via contrato, no caso dos últimos.

¹⁸ As entrevistas foram realizadas em duas partes: uma primeira identificando o entrevistado e questionando-o sobre a visão geral do governo anterior e do Governo Marcos José da Silva e a segunda questionando o entrevistado sobre cada uma das categorias de análise definidas no estudo.

A seguir, a descrição resumida das entrevistas realizadas:

Entrevistado 1: Diretor de Divisão da Educação

Formação: possui Mestrado em Psicologia Escolar pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCC (1997). Atualmente cursando Administração de Empresas na Universidade São Francisco – USF e Doutorado em Educação (Área Planejamento Educacional, Gestão e Políticas Públicas), na Faculdade de Educação da UNICAMP.

Experiência anterior ao trabalho na rede de Valinhos: após concluir a formação básica (Pedagogia) foi professora da rede estadual e privada alternadamente por quinze anos, deixando a função para cursar o mestrado, sendo bolsista CAPES. Logo após prestou o concurso em Valinhos, ingressando na Rede. Também atuou em instituições de nível superior ao longo dos últimos anos, acumulando com a função em Valinhos.

Período anterior ao Governo Marcos José da Silva: ingressou na rede por concurso, no cargo de Chefe de Seção de Suporte Pedagógico, em novembro de 1998, logo após o início do processo de municipalização. Segundo a entrevistada, o cargo foi “bancado” pelo então Prefeito Vitório Humberto Antoniazzi enquanto função a ser ocupada por funcionário de carreira, via concurso, apesar de ser previsto normalmente dentro de um organograma de assessoramento (cargo em comissão). Relata que essa lógica não foi compreendida pelo Governo Marcos José da Silva, sendo a Chefia transformada em Diretor de Divisão e não havendo mais concursos para a função. Justificando a importância do cargo, afirma que

“[...] quem estava acima eram os dois assessores, os Diretores de Departamento e o Secretário, então na falta desses dois quem é que tinha o histórico da prefeitura, quem conseguia dentro da hierarquia manter uma evolução [...]”

Analisando o período governado pelo Prefeito Vitório Humberto Antoniazzi, a entrevistada cita que

“[...] eu peguei o final mesmo do primeiro governo e participei mais afetivamente nesse segundo. Um período bem conturbado, porque em território nacional essa descentralização [...]. No Estado de SP era algo mais conturbado, sempre foi um estado muito conturbado, então nós tínhamos decisões que poderiam ter sido pensadas de outra forma, com equipe e nós não tínhamos equipe, então a decisão vinha, certamente, de um governo, de um assessoramento, e nos era comunicado.”

Afirma que percebia a Secretária de Educação da época, Maria Cecília do Amaral, pressionada para efetivar a municipalização, quer seja pelo governo estadual, quer seja pelos secretários das demais pastas. Essa “pressão” levou Valinhos a fazer uma municipalização “exagerada”, assumindo todo o Ensino Fundamental I e uma boa parte do Fundamental II em pouco menos de 4 anos, ampliando a rede de maneira significativa, mas sem estrutura para tanto. Comenta a situação dos professores vinculados à Rede Estadual, que na maioria dos municípios vizinhos foram imediatamente desvinculados, mas em Valinhos foram mantidos ainda por muitos anos, causando diversos problemas.

Análise geral do Governo Marcos José da Silva:

[...] O que eu senti: como nós vínhamos de uma municipalização, um período conturbado nesse segundo mandato da Professora Cecília e do Dr. Vitório, a gente pensava numa continuidade de processos, de procedimentos que não puderam ser criados naquela outra gestão, por uma questão de tempo mesmo [...]

Relata que a maior preocupação era entender como a nova gestão pensava a educação, principalmente por não haver na rede diretrizes consolidadas a serem seguidas e a municipalização ainda ser recente. Em função disso diz que

[...] a gente pedia demais o plano de governo para a área da educação: o que a gente tem que fazer nesse primeiro, nesse segundo, nesse terceiro ano... isso não veio, então, quando não vem você fica sem diretriz, então você segue por onde? Bom, o que vínhamos fazendo e estava dando certo... tentamos uma organização assim, dos planos, dos nossos planejamentos que já tínhamos, essa condição do professor do fundamental II, fazer novo concurso, então a gente ficava com o foco em relação à isso [...]

Analisa que foi em função da falta de uma Proposta Pedagógica consolidada que a ideia do apostilamento “vingou”, sendo esta “uma vontade política, pura e especificamente política”, já que o processo foi muito conturbado, resultando inclusive em uma Comissão Especial de Inquérito instaurado pela Câmara Municipal de Valinhos na época. Segundo a entrevistada, “[...]isso deu até uma visibilidade negativa na mídia [...]”, e com isso ficou claro a

[...] a condição realmente política na manutenção desse sistema de apostilamento, porque não foi encerrado a questão da apostila [...] veio uma outra editora, e tomou conta desse nicho, quer dizer, se realmente a gente viu que estava inadequado, porque a gente não apostou no programa que envolve o livro didático, não foi feito isso... Então havia uma outra vontade, interferindo de novo na educação. [...]

Na continuidade reforça um importante aspecto positivo da gestão: a manutenção dos procedimentos que vinham sendo feitos, tais como encontros, formações, processo de remoção, etc.

[...] foi ouvido e tentou-se dar continuidade ou modificar, uma nova roupagem, uma nova marca, mas nada foi assim, cortado bruscamente, abruptamente. Então se tinha um projeto que estava caminhando bem, esse projeto nós vamos melhorar e ele vai continuar. É diferente de chegar: acaba com tudo.[...]

Entrevistado 2: Supervisor de Ensino

Formação: graduação na Pedagogia (FE-UNICAMP), Mestrado em Políticas Públicas na UFSCar.

Experiência anterior ao trabalho na rede de Valinhos: atuou como docente na rede estadual de ensino, na UNIVAP (Universidade do Vale do Paraíba) em São José dos Campos e na Educação de Jovens e Adultos no SESI, além de ter trabalhado com consultoria em psicopedagogia.

Período anterior ao Governo Marcos José da Silva: ingressou como Supervisora de Ensino através de concurso público na Rede Municipal de Valinhos em 2002, no final do segundo mandato do Governo Vitório. Avalia que havia uma falta de organização burocrática, não sendo compreendido o papel da supervisão na rede, demonstrada pelo fato de uma das supervisoras ter sido designada para oferecer cursos de formação e a outra como mero suporte de uma das Chefias da Educação. Avalia que o Governo Vitório foi “obrigado a implementar um modelo burocrático que era do governo do Estado de São Paulo num modelo pequeno, que era patrimonialista e disso vem todo o conflito nesse período”.

Análise geral do Governo Marcos José da Silva: com a entrada do Professor Zeno observou uma melhoria da organização, da estrutura da Secretaria de Educação, começando pela estrutura física, se referindo à mudança da sede da própria Secretaria de um local precário localizado acima da Agência de Correios para um prédio mais adequado e exclusivo da educação. Considera que a supervisão passou a ser compreendida de uma forma diferenciada, lembrando que o concurso para supervisão foi realizado para referendar a municipalização e assumir

as novas funções previstas, tais como supervisionar a Educação Infantil privada. Aponta que apesar desses avanços ainda a supervisão realizava funções que caberiam a outros setores, como o processo seletivo simplificado, por exemplo: “a supervisão que faz o edital, a supervisão que faz a inscrição, a supervisão que seleciona... algumas funções que não são nossas...”

Lembra também do aumento salarial diferenciado que o magistério alcançou durante o Governo Marcos, o que não ocorreu nos oito anos do governo anterior, bem como os diversos benefícios alcançados para a Supervisão somente na revisão do Estatuto ao longo do Governo Marcos: “algumas coisas foram reconsideradas. O supervisor conseguiu o adicional de função, que não tínhamos, e foi diferenciado o nosso combustível”, referindo-se à indenização de transporte.

Finaliza comentando que

[...] a gente vê a rede como uma coisa só. Se para cada situação você tem um tipo de definição, de ação, de decisão, você não governa. E a rede cresceu, antes era uma rede só de educação infantil. Agora você tem o ensino fundamental I, o ensino fundamental II... aumentou muito.

Entrevistado 3: Diretor de Escola

Formação: curso de magistério nas Escolas Padre Anchieta, Pedagogia e Pós Graduação Lato Sensu em Direito da Educação.

Experiência anterior ao trabalho na rede de Valinhos: docência na educação infantil durante 6 a 8 anos, concomitante com a docência na Rede Estadual, no ensino fundamental; administração de escola de educação infantil; coordenadora de Ciclo Básico na Rede Estadual.

Período anterior ao Governo Marcos José da Silva: teve seu primeiro vínculo com a rede de Valinhos através de contrato, regido pela CLT, em 1993. Fez o concurso em 1994 para professor e ingressou na rede onde somente haviam escolas de educação infantil (cerca de 18 escolas, todas “pulverizadas”). Não assumiu turma de alunos pois já havia por parte do governo na época uma tentativa de organizar a rede com especialistas, convidando aqueles que tivessem ao menos o curso de pedagogia, o que ainda não era comum. O nome dado na época era

“Professor Responsável” e a função era coordenar as escolas, que no caso da entrevistada eram quatro as quais deveria “visitar” semanalmente

[...] fazia a parte pedagógica e administrativa, desde a matrícula, inscrição para vagas, para você poder ter um número mínimo de alunos, para poder formar classes; contagem de professores, fazia toda essa parte. Não tinha nada, era eu e eu...

Avalia que foi uma época muito boa, onde a rede estava saindo da “linha montessoriana” para ingressar na “linha do construtivismo”, o que foi um período de muito aprendizagem para os que assumiram as funções de professores responsáveis. Lembra que houve uma secretária que na época ficou muitos anos à frente da Secretaria de Educação, cerca de quinze, vinte anos. Afirma que a história da educação municipal de Valinhos é muito antiga, pois na época já haviam professoras efetivas se aposentando.

Somente na metade do primeiro mandato da gestão do Prefeito Vitório Antoniazzi, em 1998, ocorre o primeiro concurso para especialistas, visando uma melhor organização da rede municipal, concurso este feito pela entrevistada que passa então a ser diretora efetiva da rede, exonerando do cargo de professora. Mas o concurso não supre as necessidades, já em crescimento avançado:

[...] os cargos que eles criaram para diretor e coordenador foram totalmente insuficientes. Então (ocorreram) várias situações: ou o diretor ficou sozinho, ou o coordenador ficou na escola sem o diretor... aí criou também o vice-diretor.

A entrevistada avalia que o foco do seu trabalho era da Educação Infantil, já que era a sua modalidade de atuação de 1993 à 2006, somente depois ampliando a visão geral da rede. Apesar disso, participou de comissões que estudaram e encaminharam dentre outros o Estatuto do Magistério na rede municipal.

Analisa que ocorreu uma grande ampliação de prédios e construções de salas de aula ao longo da gestão da Secretária de Educação Maria Cecília e que uma marca da gestão ainda foi a falta de uma profissionalização dos cargos e funções, com a prática de professores procurarem diretamente a Secretária para encaminhar as questões, em alguns casos se negando a aceitar os gestores como intermediadores desses processos.

Análise geral do Governo Marcos José da Silva: considera que um grande avanço foi o funcionamento das instituições e órgãos, incluindo o funcionamento

do Conselho Municipal de Educação. Destaca a questão das alterações dos especialistas (diretores, vices e coordenadores) ao longo do mandato, feitas de forma mais impositivas, arbitrárias pelo Secretário de Educação, nesse sentido destaca:

[...] alguns casos eu sentia que aquele profissional que não tinha um perfil, que não fazia um bom trabalho era privilegiado. Quer dizer, você faz um bom trabalho, então você vai lá e conserta... Ah, você não tem um bom trabalho, fica aqui quietinho, não me dá trabalho... fica privilegiado... isso me incomodava um pouco... Poxa, se não está dando certo, senta e conversa com ela... vai estudar, vai se fortalecer. Oferece para ela ferramentas para ela melhorar, mas não mexe com quem já está fazendo um trabalho legal, pois esse vínculo era importante.

Considera que o Secretário tinha uma visão de destacar o município perante outros da Região Metropolitana, levando os profissionais para congressos, eventos e outros. Havia o apoio para que os profissionais pudessem fazer cursos, atividades e outros, inclusive com dispensa de ponto.

Entrevistado 4: Professor

Formação: possui formação de nível médio no SENAI (contabilidade, técnico de ensaio mecânico com ultrassom) e Pedagogia.

Experiência anterior ao trabalho na rede de Valinhos: trabalhou por 21 anos na Ferrovia de Campinas, nas mais diferentes funções (ajustador mecânico, técnico de acompanhamento de controle, ensaio mecânico com ultrassom, chefe de seção, técnico de manutenção de controle, contabilidade de custo, manutenção e supervisor). Começou a trabalhar com educação ao alfabetizar os funcionários da Ferrovia, quando também foi fazer curso de didática no SENAI, buscando posteriormente a formação em nível superior (Pedagogia) para atuar na área. Participou de grupos de pesquisa na UNICAMP e de algumas disciplinas como aluno especial.

Período anterior ao Governo Marcos José da Silva: assumiu na rede via concurso público em 1999, como professor das séries iniciais, quando teve a experiência de formar um grupo de estudos com colegas para discutir questões gerais da educação. Devido a atuação política fora de sala de aula terminou por

“ser notado” pela então Secretária da Educação, Maria Cecília do Amaral, sendo convidado para assumir algumas funções naquele governo, tais como responsável por uma escola rural e coordenador pedagógico da Educação de Jovens e Adultos – EJA oferecido no SESI.

Considera que o governo avançou na questão da elaboração do Estatuto do Magistério:

[...] a dona Maria Cecília (Secretária da Educação) deu abertura para estudar o estatuto. A gente fazia depois do expediente, [...] era um grupo diversificado, tinha até um professor do Porto Seguro que participava com a gente.

Entende que o governo tentou encaminhar a questão da municipalização, mas aceitou realizar “a toque de caixa” e isso provocou muitos problemas na rede.

Lembrando a participação em comissões de estudo do estatuto e plano de carreira, afirma que

[...] dava para trocar ideias. O problema eram os grupos políticos que entram já com a posição fechada: cada agremiação diferente procura fazer coisas para mostrar resultado e não há uma continuidade nisso...

Análise geral do Governo Marcos José da Silva:

O entrevistado opina que “no Governo Vitório não tinha a questão de formação de professores: [...] pegou tudo a toque de caixa. Já no Governo Marcos havia uma visão, o Professor Zeno (Secretário da Educação) tinha uma outra visão, também em relação à valorização dos professores”. Aponta ainda como parte positiva “a valorização financeira que não pode negar que realmente ocorreu”.

Entrevistado 5: Funcionário

Formação: Curso Superior Tecnólogo em Gestão Pública e Pós Graduação *Latu Sensu* em Gerência e Administração de Cidades.

Experiência anterior ao trabalho na rede de Valinhos: foi funcionária da Rede Estadual Paulista, trabalhando em escolas por oito anos e antes trabalhando em empresas privadas.

Período anterior ao Governo Marcos José da Silva: ingressou na rede por concurso público em 1999, no final do primeiro mandato do então Prefeito Vitório

Humberto Antoniazzi. Comenta que estavam no processo de municipalização e que esse período foi muito complicado. Cita uma parceria da prefeitura com a Faculdade de Educação da UNICAMP, na área da inclusão, que foi conturbado em diversos sentidos, citando que “um bimestre não era igual ao outro” em termos de registros e orientações pedagógicas. Avalia que a segunda etapa da municipalização (da 5ª à 8ª série, ocorrida em 2001) foi ainda mais traumática, pois várias escolas não tinham gestores responsáveis (diretores e coordenadores), cabendo ao agente administrativo (equivalente ao cargo de secretário de escola) encaminhar a maioria dos problemas ocorridos na escola, inclusive a questão dos professores vinculados à Rede Estadual que continuaram trabalhando nas escolas municipalizadas. Exemplifica os dilemas vividos da seguinte forma:

[...] para você ter uma ideia, não tinha nem sala [...] a gente tinha um corredor e minha sala era no final do corredor. Não tinha banheiro, não tinha cozinha, não tinha nada... Então realmente caiu de paraquedas. Eu até entendo que para eles foi difícil, pois tinham uma realidade de EMEL... só trabalhavam com educação infantil [...]

Análise geral do Governo Marcos José da Silva: de modo geral considera que ocorreram vários avanços na gestão, no que se refere aos funcionários:

[...] eles tiveram um olhar maior para os funcionários, porque não parece, mas você dar um café da manhã, você fazer uma reunião, você chamar num grupo, numa formação, faz diferença lembrar que existe o funcionário dentro da escola. [...] na época do Professor Zeno (Secretário da Educação) a gente sentia que ele tinha essa preocupação.

Também analisa a melhoria quanto ao trabalho de secretaria propriamente dito, lembrando que com o Professor Zeno Ruedell como Secretário da Educação muita coisa melhorou, “começamos a ter um norte, pelo menos falar a mesma língua, até no que se refere aos documentos das escolas”, citando a padronização de documentação ocorrida ao longo do mandato.

Destaca ainda os cursos de formação continuada, tanto para professores (“foi o governo que mais se preocupou em capacitar professores”) como para funcionários em geral, quando cita um curso de redação oferecido especialmente aos diretores e agentes administrativos.

4.4. Categorias de análise das políticas

Diante da análise das três fontes citadas (Documentos oficiais do governo, boletins e entrevistas prévias), buscou-se organizar todas as políticas identificadas e chegar a categorias mais significativas, para permitir uma análise mais adequada.

A tabela a seguir mostra o resumo dos itens analisados, por origem (Programa de Governo no 1º e 2º mandato, Prestação de Contas do 1º e 2º mandato, Boletins Municipais e Entrevistas Prévias), item (descrição breve da política), palavras chaves (utilizadas para a uma primeira classificação geral) e as categorias de análise (definidas após os agrupamentos das políticas analisadas).

Origem	Item	Palavras chaves	Categoria de análise
Prog.Governo - 1º Mandato	Criação de espaços multidisciplinares (casa dos adolescentes, cidade da criança, brinquedoteca, etc.)	Apoio pedagógico	Melhoria da qualidade de ensino
Prog.Governo - 1º Mandato	Expansão do Supletivo (inclusive diurno)	Educação de Jovens e Adultos – EJA	Modalidades não regulares/obrigatórias
Prog.Governo - 1º Mandato	Implantação de cursos técnicos e profissionalizantes	Parceria com Rede Estadual	Parceria com setor público
Prog.Governo - 1º Mandato	Assistência ao escolar: merenda, transporte, material escolar, uniforme - principalmente para aluno carente	Assistência ao aluno	Assistência ao aluno
Prog.Governo - 1º Mandato	Melhoria do Ensino		
Prog.Governo - 1º Mandato	Modernizar escola: multimídia, informática, audio-visual, etc.;	Material pedagógico	Melhoria da qualidade de ensino
Prog.Governo - 1º Mandato	Modernizar escola: "enriquecimento curricular" (xadrez, cursos línguas, etc.)	Parceria com outras secretarias	Parceria com setor público
Prog.Governo - 1º Mandato	Cursos de capacitação para professores	Cursos de capacitação	Formação/Valorização dos Profissionais da Educação
Prog.Governo - 1º Mandato	Valorização do magistério e gestão democrática		
Prog.Governo - 1º Mandato	Política salarial mais justa	Melhoria salarial	Formação/Valorização dos Profissionais da Educação
Prog.Governo - 1º Mandato	Apoio pedagógico, recursos didáticos, aperfeiçoamento	Apoio pedagógico, aperfeiçoamento	Formação/Valorização dos Profissionais da Educação
Prog.Governo - 1º Mandato	Revisão do Plano de Carreira	Plano de Carreira	Formação/Valorização dos Profissionais da Educação
Prog.Governo - 1º Mandato	Participação de pais, alunos e professores nas decisões referentes à educação	Participação efetiva dos segmentos da educação	Gestão Democrática
Prog.Governo - 1º Mandato	Democratização do Conselho Municipal de Educação - Eleição da presidência	Conselho Municipal de Educação - presidência	Gestão Democrática

Origem	Item	Palavras chaves	Categoria de análise
Prog.Governo - 1º Mandato	Educação Especial		
Prog.Governo - 1º Mandato	Ampliar centros e atendimento especializados com especialistas	Educação Especial	Modalidades não regulares/obrigatórias
Prog.Governo - 1º Mandato	Apoio a entidades - APAE	Educação Especial	Modalidades não regulares/obrigatórias
Prog.Governo - 1º Mandato	Outras metas		
Prog.Governo - 1º Mandato	Diminuição da evasão/repetência com programas alternativos: recuperação, reforço, Recriação, assistência ao aluno;	Apoio pedagógico	Melhoria da qualidade de ensino
Prog.Governo - 1º Mandato	Buscar revitalização Ensino Médio; implantação cursos técnicos, apoio ao estudante na preparação para o trabalho	Parceria com Rede Estadual	Parceria com setor público
Prog.Governo - 1º Mandato	Segurança nas escolas: vigias, zeladorias, câmeras, ronda, prevenção;	Segurança nas escolas	Infraestrutura e Apoio Material
Prog.Governo - 1º Mandato	Descentralização de verbas para as escolas	Gestão democrática	Gestão Democrática
Prog.Governo - 1º Mandato	Equipe de manutenção específica da educação	Apoio às escolas	Infraestrutura e Apoio Material
Prest.Contas - 1º Mandato	Kit de uniforme para alunos	Assistência ao aluno	Assistência ao aluno
Prest.Contas - 1º Mandato	Sistema de apostilas até o 5º ano	Parceria Público-Privada	Parceria Público-Privada
Prest.Contas - 1º Mandato	Apostilas para a EJA	Produção de material pedagógico	Modalidades não regulares/obrigatórias
Prest.Contas - 1º Mandato	Livro de inglês - 5-8ª série	Material pedagógico	Melhoria da qualidade de ensino
Prest.Contas - 1º Mandato	Cursinho Pré-Vestibular	Projetos e atividades pedagógicas	Melhoria da qualidade de ensino
Prest.Contas - 1º Mandato	Material pedagógico de artes	Material pedagógico	Melhoria da qualidade de ensino
Prest.Contas - 1º Mandato	Material de Educação Física	Material pedagógico	Melhoria da qualidade de ensino
Prest.Contas - 1º Mandato	Capacitação para Profissionais da Educação	Formação Continuada	Formação/Valorização dos Profissionais da Educação
Prest.Contas - 1º Mandato	Projetos: ECA e Escola do Campo	Projetos e Atividades Pedagógicas	Melhoria da qualidade de ensino
Prest.Contas - 1º Mandato	Equipe de manutenção das escolas	Manutenção das escolas	Infraestrutura e Apoio Material
Prest.Contas - 1º Mandato	Reforma e ampliação de mais de 20 escolas	Reforma/ampliação de escolas	Infraestrutura e Apoio Material
Prest.Contas - 1º Mandato	Inauguração de 2 CEMEI e 1 EMEF	Inauguração de escolas	Infraestrutura e Apoio Material
Prest.Contas - 1º Mandato	Abertura de mais núcleos de EJA	EJA	Modalidades não regulares/obrigatórias

Origem	Item	Palavras chaves	Categoria de análise
Prest.Contas - 1º Mandato	Mudança da sede da Secretaria de Educação	Secretaria de Educação	Infraestrutura e Apoio Material
Prest.Contas - 1º Mandato	Laboratório de informática - doação de empresas	Parceria Público-Privada	Parceria Público-Privada
Prest.Contas - 1º Mandato	Construção de mais duas creches	Construção de creches	Infraestrutura e Apoio Material
Prest.Contas - 1º Mandato	Melhoria no cardápio da merenda	Assistência ao aluno	Assistência ao aluno
Prog.Governo - 2º Mandato	Construção de salas e reformas de 15 escolas	Construção de salas e reformas	Infraestrutura e Apoio Material
Prog.Governo - 2º Mandato	Creches: construções	Construções de creches	Infraestrutura e Apoio Material
Prog.Governo - 2º Mandato	Creches: convênios	Convênios	Parceria Público-Privada
Prog.Governo - 2º Mandato	Cobertura das quadras das escola	Cobertura de quadra	Infraestrutura e Apoio Material
Prog.Governo - 2º Mandato	Apoio para construção de escola do SENAI	Parceria Público-Privada	Parceria Público-Privada
Prog.Governo - 2º Mandato	Apoio para implantar Faculdade do SENAI	Parceria Público-Privada	Parceria Público-Privada
Prog.Governo - 2º Mandato	Continuidade da realização da Festa das Crianças	Eventos e atividades diversas	Eventos e atividades diversas
Prog.Governo - 2º Mandato	Parceria com governo do Estado para ETEC	Parceria com Rede Estadual	Parceria com setor público
Prog.Governo - 2º Mandato	Interligação das escolas através de sistema de informática	Otimização administrativa e organizacional	Otimização administrativa e organizacional
Prog.Governo - 2º Mandato	Entrega de uniformes - continuidade	Assistência ao alunos	Assistência ao aluno
Prog.Governo - 2º Mandato	Entrega das apostilas para todos alunos	Parceria Público-Privada	Parceria Público-Privada
Prog.Governo - 2º Mandato	Material de inglês para 5-8ª série	Material pedagógico	Melhoria da qualidade de ensino
Prog.Governo - 2º Mandato	Atualização e valorização de profissionais da educação - continuidade / pagamento de 5 semanas mensais para professores	Valorização dos professores	Formação/Valorização dos Profissionais da Educação
Prest.Contas - 2º Mandato	Ampliação e reforma de mais de 48 salas	Ampliação e reforma de escolas	Infraestrutura e Apoio Material
Prest.Contas - 2º Mandato	Liderança na RMC = IDEB - 5-8ª série	Avaliações externas	Avaliações externas
Prest.Contas - 2º Mandato	Aperfeiçoamento da merenda	Assistência ao alunos	Assistência ao aluno
Prest.Contas - 2º Mandato	Ensino Médio em duas escolas	Ensino Médio municipal	Modalidades não regulares/obrigatórias
Prest.Contas - 2º Mandato	Conferência Municipal de Educação para elaboração do Plano Municipal de Educação	Gestão democrática	Gestão Democrática

Origem	Item	Palavras chaves	Categoria de análise
Prest.Contas - 2º Mandato	Doação dos kits de material escolar para todos os alunos	Assistência ao alunos	Assistência ao aluno
Prest.Contas - 2º Mandato	Uniformes para todos os alunos	Assistência ao alunos	Assistência ao aluno
Prest.Contas - 2º Mandato	Quadra esportiva coberta para Reforma Agrária	Cobertura de quadra	Infraestrutura e Apoio Material
Boletins Municipais	Departamento de Alimentação Escolar e a merenda propriamente dita;	Assistência ao aluno	Assistência ao aluno
Boletins Municipais	Adoção de apostilas pela rede de ensino;	Parceria Público-Privada	Parceria Público-Privada
Boletins Municipais	Doação de materiais escolares e de uniformes aos alunos da rede municipal;	Assistência ao aluno	Assistência ao aluno
Boletins Municipais	Atividades diversas ocorridas nas escolas, sejam internas, em parceria com outros órgãos da prefeitura ou ainda externos;	Projetos e Atividades Pedagógicas	Melhoria da qualidade de ensino
Boletins Municipais	Programa Municipal de Bolsas de Estudo, que concede descontos para os alunos em instituições de qualquer nível ou natureza, mediante isenção de ISSQN para as instituições interessadas;	Parceria Público-Privada	Parceria Público-Privada
Boletins Municipais	Publicações referentes aos Conselhos de Educação, do FUNDEB e de Alimentação Escolar;	Gestão democrática	Gestão Democrática
Boletins Municipais	Construções e reformas das escolas nos artigos, decretos e outros;	Construção e reformas de escolas	Infraestrutura e Apoio Material
Boletins Municipais	Informações sobre a modalidade específica (formatura, inscrições, etc.)	Educação de Jovens e Adultos – EJA	Modalidades não regulares/obrigatórias
Boletins Municipais	Educação inclusiva, consideradas todas as denominadas necessidades especiais e questões de acessibilidade em geral;	Educação Especial	Modalidades não regulares/obrigatórias
Boletins Municipais	Discussões, alterações e outros nos estatutos do servidor e específico do magistério;	Estatuto do Servidor e do Magistério	Formação/Valorização dos Profissionais da Educação
Boletins Municipais	Cursos e outros oferecidos aos profissionais da educação da rede municipal;	Aperfeiçoamento	Formação/Valorização dos Profissionais da Educação
Boletins Municipais	Questões referentes à informatização das escolas, sistemas informatizados, doações de micro-computadores e outros;	Informática, doação de micros	Otimização administrativa e organizacional
Boletins Municipais	Notícias e outros sobre os Jogos Escolares envolvendo todas as escolas da rede municipal;	Jogos Escolares	Parceria com setor público
Boletins Municipais	Licença Prêmio: publicações referentes ao benefício (concessão, alteração, etc.);	Licença Prêmio	Formação/Valorização dos Profissionais da Educação

Origem	Item	Palavras chaves	Categoria de análise
Boletins Municipais	Materiais adquiridos pela rede municipal para doação aos alunos e/ou escolas;	Assistência ao aluno	Assistência ao aluno
Boletins Municipais	Artigos e atos oficiais sobre os processos seletivos simplificados para professores e outros funcionários da educação;	Recursos Humanos	Melhoria da qualidade de ensino
Boletins Municipais	Notícias e regulamentações sobre a parceria da prefeitura com a Autoban na concretização do Programa;	Autoban	Parceria Público-Privada
Boletins Municipais	Atos oficiais e outros na reestruturação de cargos realizada no município;	Reestruturação de cargos	Otimização administrativa e organizacional
Boletins Municipais	Legislação referente ao Programa de repasse financeiro para as escolas;	Gestão democrática	Gestão Democrática
Boletins Municipais	Definição da revisão de vencimentos dos servidores municipais;	Revisão de vencimentos dos Servidores	Formação/Valorização dos Profissionais da Educação
Boletins Municipais	Atos oficiais sobre a subvenção às creches particulares;	Subvenção às creches	Parceria Público-Privada
Boletins Municipais	Notícias e atos oficiais sobre o Transporte Escolar (vistoria, inscrição para subsídio, regulamentação, etc.);	Transporte escolar	Assistência ao aluno
Entrevistas prévias	Unificação dos Regimentos Escolares	Otimiz.org.func.edu ca	Melhoria da qualidade de ensino
Entrevistas prévias	Unificação das Unidades Escolares - EMEI-EMEF	Otimiz.org.func.edu ca	Melhoria da qualidade de ensino
Entrevistas prévias	Sistema de cópias repográficas para escolas	Otimiz.org.func.edu ca	Otimização administrativa e organizacional
Entrevistas prévias	Psicopedagogas: apoio para escolas	Educação Especial	Modalidades não regulares/obrigatórias
Entrevistas prévias	Professores coordenadores de áreas	Recursos Humanos	Melhoria da qualidade de ensino
Entrevistas prévias	Revisão do Estatuto do Magistério	Estatuto do Magistério	Gestão Democrática
Entrevistas prévias	Reformulação dos Planos de Curso da Rede	Otimiz.org.func.edu ca	Melhoria da qualidade de ensino
Entrevistas prévias	Reforma do Playground	Reformas	Infraestrutura e Apoio Material
Entrevistas prévias	Sistema de malotes entre a Secretaria de Educação e as escolas	Otimização administrativa e organizacional	Otimização administrativa e organizacional
Entrevistas prévias	Casa dos brinquedos	Apoio pedagógico	Melhoria da qualidade de ensino
Entrevistas prévias	Atendimento odontológico nas escolas	Parcerias com outras secretarias	Parceria com setor público
Entrevistas prévias	Instituição de data-base através de Lei	Data Base	Formação/Valorização dos Profissionais da Educação

Origem	Item	Palavras chaves	Categoria de análise
Entrevistas prévias	UNIMED	Plano de Saúde	Formação/Valorização dos Profissionais da Educação
Entrevistas prévias	Ensino Fundamental de 9 anos	Otimiz.org.func.educa	Melhoria da qualidade de ensino
Entrevistas prévias	Cursos para EJA (1-8º - 80h; Alfabetização - 180h)	Cursos de capacitação	Formação/Valorização dos Profissionais da Educação
Entrevistas prévias	Capacitação das ADIs	Cursos de capacitação	Formação/Valorização dos Profissionais da Educação
Entrevistas prévias	Capacitação das Merendeiras	Cursos de capacitação	Formação/Valorização dos Profissionais da Educação
Entrevistas prévias	Capacitação dos Agentes Administrativos	Cursos de capacitação	Formação/Valorização dos Profissionais da Educação
Entrevistas prévias	Capacitação dos Inspectores de Alunos	Cursos de capacitação	Formação/Valorização dos Profissionais da Educação
Entrevistas prévias	Cursos para Gestores	Cursos de capacitação	Formação/Valorização dos Profissionais da Educação
Entrevistas prévias	Convênio APAE, ACESA e Escola de Educação Especial "Anne Sullivan"	Educação Especial	Modalidades não regulares/obrigatórias
Entrevistas prévias	Processo seletivo para professores séries iniciais	Recursos Humanos	Melhoria da qualidade de ensino
Entrevistas prévias	Processo seletivo para professores EF II	Recursos Humanos	Melhoria da qualidade de ensino
Entrevistas prévias	Processo seletivo para Inspectores de Alunos	Recursos Humanos	Melhoria da qualidade de ensino
Entrevistas prévias	Terceirizações das merendeiras e ajudantes gerais - Única e Nutriplus	Parceria Público-Privada	Parceria Público-Privada
Entrevistas prévias	Eventos comemorativos do 7 de setembro	Eventos e atividades diversas	Eventos e atividades diversas
Entrevistas prévias	Formaturas EJA	Eventos e atividades diversas	Eventos e atividades diversas
Entrevistas prévias	Atos Cívicos	Eventos e atividades diversas	Eventos e atividades diversas

Após a análise das políticas definidas na tabela acima chegou-se às seguintes categorias:

1. **Assistência ao aluno:** entrega de kit de uniforme, entrega de kit de material escolar, transporte escolar e merenda escolar;
2. **Avaliações e indicadores externos:** SARESP; IDEB;

3. **Eventos e atividades diversas:** 7 de setembro; atos cívicos; formaturas da EJA e festas das crianças;
4. **Formação e Valorização dos Profissionais da Educação:** cursos de formação continuada; política salarial e benefícios diversos (licença-prêmio, UNIMED); estatuto e plano de carreira;
5. **Gestão democrática:** participação geral dos pais e alunos; participação dos profissionais da educação nos conselhos municipais e Conferência Municipal de Educação; descentralização de verbas para as escolas;
6. **Infraestrutura e Apoio Material:** segurança; apoio material; reformas e construções;
7. **Melhoria da estrutura pedagógica:** apoio pedagógico (criação de espaços diversos); material pedagógico (multimídia, informática, etc.; apostilas EJA; material de educação física e artes); otimização da organização e funcionamento das escolas (unificação EMEI-EMEF; unificação dos regimentos); aperfeiçoamento da proposta pedagógica (reformulação dos planos de curso, implementação do ensino de 9 anos, professores coordenadores de área); projetos e atividades pedagógicas (projetos ECA e escola no campo; atividades diversas ocorridas nas escolas); recursos humanos (concursos; processos seletivos simplificados);
8. **Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio:** Educação Especial (apoio e programa de atendimento psicopedagógico; apoio e convênio com entidades de Educação Especial); EJA (ampliação dos núcleos, formação continuada e destaque na rede); Ensino Médio (criação e manutenção de duas unidades; cursinho pré-vestibular);
9. **Otimização administrativa e organizacional:** reestruturação de cargos e carreiras no município; informatização da rede; otimizações diversas (terceirização do xerox e sistema de malotes);

10. Parceria com setor público: Rede Estadual (implantação de cursos técnicos e profissionalizantes); Outras secretarias (cursos de outras áreas – teatro, xadrez, etc.; Saúde: atendimento odontológico, saúde bucal, oftalmo, etc.);

11. Parceria Público-Privada: sistema de apostilas e livro de inglês; convênio com creches; laboratórios de informática; Autoban; SENAI/SESI; bolsas de estudos; terceirizações dos ajudantes gerais e merendeiras;

A seguir, portanto, as devidas considerações sobre as categorias definidas.

Assistência ao aluno, englobando os itens: entrega de kit de uniforme, entrega de kit de material escolar, alimentação escolar e transporte escolar. Foram agrupadas nessa categoria as propostas e programas que visem o apoio ao aluno, mas que não se refiram diretamente ao processo de ensino e aprendizagem. Conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é o dever do Estado caracterizado no inciso VIII do artigo 4º: “*VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)*”

A alimentação escolar no município foi regulamentada, logo no início do governo, como competência da Secretaria de Educação, com definição precisa das competências e organizações necessárias ao setor, através do Decreto nº 6.517, de 27 de março de 2006.

O citado Decreto trata da atribuição de “responsabilidade pelo recebimento, guarda, controle e distribuição dos bens e produtos destinados à alimentação escolar”. No Decreto, dentre outras normatizações, temos a principal a que define a Secretaria da Educação como

[...] o órgão administrativo com competência legal para formular, elaborar e promover a política educacional do Município, bem como o programa de alimentação escolar, sendo, portanto, o mais adequado para executar os atos administrativos referentes ao recebimento, guarda, distribuição, manutenção e controle de tais produtos.

Nos seus oito artigos definem-se todas as sistemáticas de guarda e manutenção da alimentação escolar, bem como as necessárias sistemáticas de registros e armazenamento desses alimentos, prestação de contas ao órgão competente, dentre outros.

No que se refere ao transporte escolar, temos em Valinhos duas vertentes: a primeira, mais comum, diz respeito à *vistoria semestral do transporte escolar* que atua no município, através da Secretaria de Transporte e Trânsito, definida em Lei Orgânica no seu artigo 5º, que trata das competências privativas do município, no que se refere a utilização dos logradouros públicos e em especial quanto ao trânsito e tráfego (Inciso V), provendo sobre: “os serviços de transporte particular coletivo, tais como transportes escolares, turismo, fretamento e autorização, controle e fiscalização destes serviços, visando mantê-los adequados e seguros”, conforme mencionado na alínea d). Essa responsabilidade também é reforçada no capítulo que trata da Seguridade Social, na Seção III (Promoção Social), onde prevê, no seu artigo 232, que na promoção do menor a lei disporá quanto “à fiscalização, através de órgão competente, de transporte de escolares, observando a segurança e o estado de conservação dos veículos” (inciso IV).

A segunda modalidade trata de um *subsídio para os alunos universitários e de cursos técnico profissionalizantes*, também constante na Lei Orgânica do Município, onde um “sistema de transporte em ônibus especiais é mantido pela Prefeitura, que subsidia 50%, cabendo aos estudantes usuários do serviço o pagamento dos 50% restantes, conforme lei municipal” (conforme noticiado no Boletim Municipal, nº 950, de 11/01/2006). Esse subsídio é fundamentado pelo artigo 251 da Lei Orgânica, onde se lê:

A Municipalidade subsidiará as despesas com transporte coletivo ou fretado do estudante residente no Município que esteja matriculado em Faculdade ou Escola Técnica, distantes até 100 km de Valinhos, cursando nível superior (graduação) ou nível técnico.

Parágrafo único. O subsídio das despesas referidas no caput destina-se exclusivamente ao traslado (ida e volta) do estudante de Valinhos até a respectiva unidade educacional e será de, no mínimo, cinquenta por cento, e poderá atingir até cem por cento dos valores gastos, atendidos os critérios sócio-econômicos estabelecidos na forma da lei. (Lei Orgânica do Município de Valinhos, Emenda à Lei Orgânica do Município nº 50, de 28 de maio de 2013)

Documentos oficiais: analisando os Programas de Governo e as prestações de contas, podemos perceber que a proposta inicial (primeiro mandato) é bem tímida nesse aspecto, inclusive direcionando as doações de material escolar e uniforme prioritariamente aos alunos carentes. Ao final do primeiro mandato, no documento de prestação de contas, já se percebe uma alteração na proposta, provavelmente ganhando força com a implantação desse tipo de política na Região Metropolitana de Campinas, tornando-se um elemento dos mais destacados tanto nessa prestação de contas como no Plano de Governo para o segundo mandato, sendo basicamente o teor do “panfleto” tratando somente da educação e divulgado ao final do primeiro mandato, onde se destaca a lógica das doações de itens para os alunos, citando o uniforme e material escolar, mas também as apostilas e todo o material pedagógico (livros de inglês, material esportivo, material para artes, etc.). Finalmente, na prestação de contas do segundo mandato, a questão das doações de uniformes e material escolar são o grande destaque novamente.

O item merenda escolar é citado genericamente no primeiro Programa de Governo, sendo reforçado na Prestação de Contas tanto do primeiro mandato quanto do segundo: no primeiro enfatizando o sucesso do cachorro-quente logo no início do governo e a novidade do picolé/sorvete ao final desse mandato; no segundo centra maiores explicações na qualidade nutritiva da merenda escolar, contando com atum e filé de cação, além de barras de cereais.

O transporte escolar é mencionado apenas genericamente no Programa de Governo para o período 2005-2009.

Boletins municipais: no órgão oficial de comunicação do executivo temos, no que se refere à *entrega de material escolar*, dois artigos em 2006 (fevereiro e março) com a campanha de arrecadação com o comércio local, o que seria assumido pela prefeitura nos anos seguintes gradativamente até chegar à doação dos kits de material para todos os alunos da rede em 2010, verificada no Comunicado de Processo de Compras nº 0042, de março, e da notícia da distribuição para todos os alunos da rede (junho do mesmo ano). Já quanto ao *uniforme escolar* temos o Decreto nº 6.674 (28/11/2006), estabelecendo o uniforme oficial da rede e seu “fornecimento gradual e gratuito” para os alunos da Educação

Infantil e Ensino Fundamental, ampliando para toda a rede em 2010 (passando a entregar o kit completo para os alunos de creches e o kit de camisetas para os alunos da Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio).

A alimentação escolar é citada em dois artigos: um primeiro que trata de questionário de aceitação da merenda (pesquisa conduzida pela PUCC) e citando a novidade do ano letivo de 2010 com bombom e barra de cereais sendo servido aos alunos. Temos também a reorganização do Departamento de Alimentação Escolar no Decreto já citado.

Já o transporte escolar é objeto de diversas publicações, a maioria sobre as vistorias a serem realizadas semestralmente pela Secretaria de Transporte e Trânsito. Nesse item temos também a notícia da inscrição para o transporte subsidiado em 50% para universidades/faculdades e colégios técnicos profissionalizantes, com suas respectivas datas e critérios, bem como um Decreto (nº 6.539, de 18/04/2006) instituindo comissão com atribuição de realizar estudos visando a redução de gastos com transporte escolar.

Entrevistas: a entrevistada 1 considera que a questão da alimentação escolar no governo anterior era mais “caseira”, contando com uma padaria do município, inclusive, mas que era fruto de uma rede menor, entendendo que:

[...] a partir do momento que ela inchou, a gente também já não tem essa estrutura local e estrutura humana para dar conta. Então já começou, já começava a ouvir de terceirização, viagens do grupo maior para procurar empresas que terceirizassem a merenda, então já começou a ter essa discussão. Se houve uma qualidade aqui, eu não ponho minha mão no fogo [...]

A entrevistada 3 pondera as diversas questões envolvidas nessa categoria:

Eu entendo que alguns direitos aos alunos são garantidos por lei maior, assim como obrigações das instituições educacionais. Porém, ainda vejo que muito do que se oferece não pode ser chamado de política pública educacional e sim assistencialismo desnecessário. Assim como se prevê que legalmente nossas crianças/adolescentes e jovens tem direito a Educação de qualidade, se prevê responsabilidades às famílias. Minimizar essa responsabilidade com crianças/adolescentes e jovens faz desenvolver a cultura da acomodação e transferência de competências e responsabilidades. O que vejo como necessário: merenda de boa qualidade, devido ao tempo de permanência nas escolas; livros didáticos, com verba federal; transporte, também com verba federal. Os demais - doação de kit de material escolar / doação de uniforme: totalmente descontextualizados.

A entrevistada 5 pondera as tentativas de avanço e os diversos problemas enfrentados com a merenda escolar:

[...] Ele (o prefeito Marcos José da Silva) deixou as crianças muito felizes quando introduziu cachorro-quente e sorvete... e isso no meu ponto de vista não representa melhora nutricional... [...] seria se tivesse uma arroz, um feijão, legumes... teve peixe mas vinha um quilo e quando descongelava ficava um negocinho assim (indicando que diminuía muito), para fazer com pimentão e cebola e as crianças não gostavam... jogava fora... então realmente era uma coisa excelente mas não deu certo... a fruta era uma vez por semana [...]

A mesma entrevistada pondera a questão do transporte escolar, que, no seu ponto de vista, na época do Governo Marcos José da Silva “foi muito mais aberto, os critérios foram mínimos...”

O proposto e o concretizado: tendo em vista o que consta nos documentos oficiais, nos boletins e nas entrevistas e ainda analisando o que foi proposto e o que realmente se concretizou enquanto política ou prática efetiva na rede, temos as seguintes observações:

Doações de uniforme e materiais escolares: essa política não possui nenhum destaque na proposta inicial, nem chegando a configurar um dos itens do Programa de Governo, além da ressalva da priorização dos alunos tidos como carentes. Percebe-se que ao longo do governo essa política ganha força e se torna central, quer seja pela percepção e desejo do próprio Prefeito, quer seja pela conjuntura na RMC onde a maioria dos municípios passou a adotar essa política, com ganhos visíveis para os prefeitos. No caso do Prefeito Marcos José da Silva essas doações (incluindo no “pacote” os materiais didáticos diversos doados pela prefeitura diretamente para os alunos) se configuraram como um dos maiores, senão a maior “bandeira política” da sua reeleição, conseguindo inclusive uma votação expressiva na história de Valinhos e na RMC recente.

Alimentação escolar: do mesmo modo que a doação de materiais escolares e uniformes para os alunos, a merenda tem pouca expressividade no Plano de Governo do primeiro mandato, sendo potencializado a partir do início do governo, com a reorganização do Departamento de Alimentação Escolar e com um cardápio especialmente voltado para as preferências dos alunos, com inclusão

de itens como cachorro-quente, picolé e bombom. Essa situação termina por provocar críticas diversas quanto à carência vitamínica do cardápio da merenda, com embates no Conselho de Alimentação Escolar sobre a questão, provocando uma nova postura do governo no segundo mandato, com inclusão de itens mais “naturais” e “nutritivos”.

Transporte escolar: esse item não foi objeto de propostas políticas nem no primeiro, nem no segundo governo, mas, apesar disso, foram encaminhadas e efetivadas algumas normatizações e alterações de procedimentos nesses pontos. No quesito vistoria do transporte escolar houve um rigor maior nos procedimentos desde o início do governo. Já na questão do subsídio aos estudantes de nível superior e cursos técnicos profissionalizantes ocorreu uma tentativa de alterar o procedimento, o que foi prontamente “combatido” por outros setores e pelos estudantes (inclusive com manifesto), visando manter o benefício concedido na Lei Orgânica.

Avaliações e indicadores externos, incluídas aí basicamente o SARESP e o IDEB. O Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP)

é uma avaliação externa da Educação Básica, realizada desde 1996 pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – SEE/SP. O SARESP tem como finalidade produzir informações consistentes, periódicas e comparáveis sobre a situação da escolaridade básica na rede pública de ensino paulista, visando orientar os gestores do ensino no monitoramento das políticas voltadas para a melhoria da qualidade educacional. (SARESP 2013, disponível em: <http://saresp.fde.sp.gov.br/2013/> Acesso em 04 jul. 2014)

Já o IDEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, foi “criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino”, funcionando “como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de

dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias”.

O IDEB é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, realizados a cada dois anos. As metas estabelecidas pelo Ideb são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos. (PORTAL MEC, disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 04 jul. 2014)

O IDEB observado de Valinhos é o seguinte:

	2005	2007	2009	2011
4ª série / 5º ano	---	4.6	5.4	5.8
8ª série / 9º ano	2.2	4.4	4.9	4.9

Fonte: Portal do INEP

Nos dois casos já foram alcançadas e superadas as metas projetadas para os próximos anos: para a 4ª série / 5º ano já foi superada a meta para 2015(5.6), estando próxima à meta para 2017 (5.9). Já para a 8ª série / 9º ano o índice alcançado supera a meta prevista para 2021 (4.1). Nesse caso um fator negativo terminou por “favorecer” que a rede ultrapassasse esse índice estipulado: em 2005 a Secretaria de Educação definiu pela não participação na Prova Brasil, alegando falta de tempo para se preparar para tal avaliação, também por ser o primeiro ano do novo governo. Ocorreu que o município ficou com nota zero, apesar dos protestos e pedidos de desconsideração da Secretaria de Educação, o que resultou no IDEB baixo, já que é resultado somente das mensurações de aprovações na rede. Nas palavras da entrevistada 1:

[...] o município não participou por falta de conhecimento, comunicação, contato. Isso trouxe até um pouco de problema pra gente. [...] então no ano seguinte aparece a nota do município como zero, então isso chocou demais, isso fez o município correr atrás da diferença [...] deu uma abalada, tanto é que se pedia que não se publicasse esse zero e o MEC não queria levar nada disso em consideração.

Documentos oficiais: a questão das avaliações e indicadores externos não é mencionada em nenhum dos dois Planos de Governo, somente sendo citado, com

destaque razoável, na Prestação de Contas do segundo mandato, quando Valinhos fica na liderança da RMC no IDEB da 5ª à 8ª série.

Boletins municipais: estranhamente essa liderança do município no IDEB de 2009, publicado em 2010, não foi objeto de maiores divulgações no Boletim Municipal daquele ano. Somente em 2011, na edição de número 1226, divulgou-se uma notícia correlata: “Valinhos é o 2º colocado na RMC e o 8º no Estado no indicador de escolaridade do IPRS”. O artigo esclarece que o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) tem por base os dados de 2008, referindo-se aos alunos das redes municipal e estadual e tratando da taxa de atendimento escolar de crianças de 4 e 5 anos, a proporção de alunos que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (Prova Brasil) e o atraso escolar no Ensino Médio. O secretário de Educação Zeno Ruedell afirma que “o destaque do município no indicador de escolaridade na RMC e no Estado reflete os investimentos que a administração municipal vem fazendo na área”, analisando que “os resultados somam-se a outros indicadores em que Valinhos também se sobressaiu”, citando que em 2010 a cidade “obteve o melhor índice de desempenho escolar entre as escolas de 5ª a 8ª séries da rede municipal e estadual na RMC, de acordo com o resultado nacional do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) 2009”. Somente na edição 1304, de 17/08/2012, é destacado o resultado do IDEB, agora referente ao ano de 2011, afirmando que as “escolas municipais deram um grande salto de qualidade, superando em 88% a meta fixada pelo Ministério da Educação para o 9º ano do Ensino Fundamental no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) de 2011”.

Entrevistas: A entrevistada 1 destaca o impacto da não participação na primeira Prova Brasil e as medidas posteriores para sanar o problema:

[...] então em um momento, vamos dizer assim, de rebeldia: “nós não vamos participar, não fomos comunicados a tempo, está muito em cima”... porque acontece isso mesmo, chega em cima [...] A partir daí a gente participou de reuniões, encontros também com os dirigentes do estado, para aderir ao SARESP...

Também analisa a questão das avaliações e indicadores como uma nova tendência duradoura nas políticas educacionais:

[...] então foi uma marca realmente, e a tendência agora, que a gente observa das avaliações é um crescendo. Se antes a gente tinha a prova Brasil (como indicador do IDEB), o SARESP, agora a gente já tem o ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização), a provinha Brasil que antes ficava só no âmbito local, municipal, já deixa de ser só local, vai compor o IDEB também... Então a avaliação externa está sendo, me parece, uma condição de monitoramento dos municípios...

A entrevistada 3 opina sobre a questão:

[...] Quanto as avaliações externas, como vinculam verbas para futuros investimentos, não sou contra. Só entendo que a opção e fiscalização desses investimentos sejam bem feitos, com a participação direta dos maiores interessados, ou seja, professores e especialistas.

Já a entrevistada 5 comenta sobre o SARESP:

[...] todo mundo se envolvia muito, principalmente com o Saresp, que vinha gente de fora e mexia com todo mundo... todo mundo se dedicava... realmente trabalhava... a gente imprimia as provinhas antigas... não que fosse feita só para o Saresp. Não, o Saresp fazia parte do conteúdo, mas era uma coisa que realmente todo mundo trabalhava em cima...

O proposto e o concretizado: nada foi proposto quanto ao tópico, até porque o primeiro mandato coincide com o início do próprio IDEB, além do peso das avaliações e indicadores externos ainda não ser determinante como nos dias atuais. O governo então resolve investir nessa questão, aparentemente mais por pressão do que por “escolha” e consegue bons rendimentos, utilizando isso como propaganda favorável posteriormente.

Eventos e atividades diversas, categoria definida para englobar os eventos “de grande porte” que também foram uma marca importante da gestão do Prefeito Marcos José da Silva, representados basicamente pelo 7 de setembro, Atos Cívicos, formaturas da EJA e Festa das Crianças.

Os desfiles de 7 de setembro deixam de ser um “desfile carnavalesco” como definido pela entrevistada 5 e passam a ser “desfiles cívicos”: nos anos anteriores a Secretaria de Educação definia uma temática para o desfile e as escolas se caracterizavam a partir daí, criando adereços (fantasias, indumentárias, mini-apresentações, etc.), caracterizando uma competição entre as escolas, muitas vezes não muito saudável.

Os atos cívicos eram realizados em frente ao Paço Municipal, sendo escolhida uma escola a cada mês para fazer uma apresentação. No Governo Marcos esse ato passa a ocorrer nas escolas, caracterizados por apresentações específicas de grupos de alunos para o evento (coral, dança, etc.).

As formaturas da EJA, por sua vez, passam a se concentrar em um só local a partir do fim do primeiro mandato, contando já com uma quantidade de núcleos no município (em 2008 já eram 7 escolas oferecendo a modalidade). Anteriormente as formaturas ocorriam nas respectivas unidades escolares.

Já a Festa das Crianças (em comemoração ao dia da criança) é realizada no Parque Municipal "Monsenhor Bruno Nardini" em 2007 e 2008, não sendo realizada em 2009 (em função do problemático surto de H1N1 ocorrido naquele ano) e a partir de 2010 passa a acontecer nas escolas, com brinquedos infláveis e merenda diferenciada sendo enviada pela prefeitura. Nas palavras do Secretário da Educação, Zeno Ruedell: “apesar do sucesso das duas edições, este ano, seguindo sugestão dos educadores e dos pais, optamos por promover a festa na própria escola com o objetivo de atender melhor as crianças, pois com um número menor de participantes elas podem aproveitar mais os brinquedos e a festa” (Boletim nº 1204, 13/10/2010)

Documentos oficiais: item com pouco destaque nas Propostas Oficiais, sendo mencionado no Programa de Governo do segundo mandato, onde consta a continuidade da realização da festa das crianças, tal como ocorrida desde o início do governo.

Boletins municipais: as menções à categoria dizem respeito às formaturas da Educação de Jovens e Adultos – EJA (que passam a ser integradas ao longo da gestão do Prefeito Marcos José da Silva), os desfiles do 7 de setembro (reunindo todas as escolas do município) e as festas das crianças, realizadas nas unidades escolares a partir de 2010.

Entrevistas: a entrevistada 1 analisa a presente categoria afirmando que o Governo Marcos José da Silva teve o discernimento de manter diversas práticas da gestão anterior, aperfeiçoando aquilo que considerava necessário e de acordo com a nova visão política:

O Ato Cívico é aquela coisa: na gestão do Doutor Vitório era na frente do Paço, tinha um formato... a gestão que entrou em seguida foi cuidadosa nesse sentido, não saiu cortando, foi adaptando [...] se manteve com uma outra roupagem de gestão.

Por outro lado, destaca a “marca populista” do Governo Marcos José da Silva, partilhada por outros entrevistados: “[...] a festa das crianças foi mais uma característica do Marcos... Algo que envolve a subsistência deles, que envolve o ego... Pra eles uma reportagem, uma foto, faz toda a diferença...”

Já a entrevistada 3 considera o seguinte:

Quanto aos eventos, alguns vejo com bons olhos, principalmente os que desenvolvem o conceito de civismos e cidadania. Porém, os que buscam promoção/projeção política sou totalmente contrária. Mesmo quando o argumento é de que algumas comunidades não teriam acesso por si própria a tais oportunidades. Se oferecidos solidariamente, são bem vindos, caso contrário, totalmente dispensáveis...E sabemos que estes eventos têm sempre como pano de fundo a autopromoção.

O proposto e o concretizado: não sendo objeto de proposta nem de prestação de contas no primeiro mandato, esses eventos de grande porte são citados – no caso da festa das crianças – somente para o segundo mandato, mas evidenciam uma característica do governo Marcos da realização de eventos desse tipo e da presença constante do próprio prefeito, se convertendo no centro das atenções, muitas vezes extrapolando e “fugindo ao protocolo”, principalmente ao pedir para que se tocasse o hino do seu time, o Corinthians. Uma das entrevistadas critica essa postura do prefeito:

[...] eu achava muita festa aqueles atos cívicos e aquilo era circo, não era ato cívico. Então você tinha todo o trabalho com as crianças de não deixar pôr o pé na mesa e de repente chega ele (o prefeito) e quando vê está em cima da mesa... é colocar todo seu trabalho lá no chão... O Doutor Vitório tinha uma postura diferente... (Entrevistada 5)

Formação e Valorização dos Profissionais da Educação é a categoria que engloba desde os diversos cursos de formação continuada, passando pela política salarial e benefícios diversos (UNIMED, licença-prêmio), até a questão do Estatuto e Plano de Carreira do Magistério.

A formação continuada é prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu artigo 62, parágrafo primeiro: “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério”.

A política salarial e benefícios diversos se referem basicamente à gradativa recomposição salarial efetivada através do Programa de Valorização do Servidor Público Municipal, instituído através da Lei nº 3.957 de 26/12/2005, que tem por objetivo “resgatar a dignidade salarial e funcional do servidor municipal”, através do desenvolvimento de diversas ações, dentre elas:

- I. recomposição gradual da perda do poder aquisitivo dos vencimentos;
- II. implantação de cursos de capacitação profissional;
- III. edição atualizada e modernizada do regime jurídico;
- IV. inauguração de carreiras funcionais;
- V. adoção de controles e critérios objetivos de avaliação periódica de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidades;
- VI. adoção do regime próprio de previdência social;
- VII. desenvolvimento de medidas de prevenção de acidentes;
- VIII. fomento e desenvolvimento de medidas de atenção à saúde ocupacional.

(Fonte: Lei nº 3.957, de 26/12/2005)

Quanto à melhoria salarial direta e propriamente dita, temos a comparação entre os vencimentos de 2005 (início do governo) e 2008 (final do primeiro mandato) de algumas das categorias da educação:

Cargo (Ref. 01, Nível 1)	2005	2008	Diferença em %
Professor de Educação Básica I (hora-aula)	R\$ 6,50	R\$ 9,87	66%
Professor de Educação Básica II (hora-aula)	R\$ 7,29	R\$ 11,06	66%
Coordenador Pedagógico (40h/semanais)	R\$ 1.251,60	R\$ 2.587,23	48%
Vice-Diretor de Unidade Educacional (40h/semanais)	R\$ 1.288,00	R\$ 2.607,69	49%
Diretor de Unidade Educacional (40h/semanais)	R\$ 1.400,00	R\$ 2.630,26	53%
Supervisor de Ensino (40h/semanais)	R\$ 1.750,00	R\$ 3.775,04	46%

Além da recomposição salarial ocorreu a instituição da data-base a partir da Lei nº 4.395 (que trata da estrutura administrativa e de cargos da prefeitura), no seu artigo 9º, onde se lê:

É mantido o dia primeiro de maio de cada exercício como data-base para a revisão geral anual dos vencimentos, proventos, subsídios e funções gratificadas dos agentes públicos, ficando a Administração Municipal desde já autorizada a repor por Decreto o valor referente à efetiva perda do poder aquisitivo em função da inflação cumulada no período dos doze meses antecedentes, apurada esta pelo INPC, sem distinção de índices.

Da mesma forma foi regulamentado o pagamento da licença-prêmio e a manutenção do convênio de saúde com a UNIMED para os Servidores, mediante pagamento de taxas.

Finalmente temos a revisão do Estatuto do Magistério, criado no governo anterior (Lei nº 3.759, de 22/12/2003), revisado pela Comissão de Gestão, mas principalmente pelo Grupo de Trabalho instituído para tal fim, que resultou no novo Estatuto (Lei nº 4.372, de 08/12/2008). Uma nova Comissão de Gestão é definida para a revisão do Estatuto no final de 2010, mas não chega efetivar mudanças.

Documentos oficiais: item com um grande espaço no Programa de Governo do primeiro mandato, citando cursos de capacitação para professores, “política salarial mais justa”, apoio pedagógico e revisão do plano de carreira. Na prestação de contas desse mandato são citadas as capacitações realizadas para profissionais da educação (não somente para professores, mas também para todos os demais segmentos dentro da educação). No Plano de Governo para o segundo mandato temos a proposta de “continuidade da atualização e valorização dos profissionais da educação”, incluindo aí uma alteração na remuneração dos docentes do Quadro do Magistério, passando a considerar o mês como constituído de cinco semanas, ao invés de quatro semanas e meia, como anteriormente definido.

Boletins municipais: quanto ao item formação continuada temos os diversos momentos de cursos que vão desde os “oficiais” como o Programa de Formação para Professores Alfabetizadores – PROFA e o Programa de Alfabetização e Formação – PAF (ambos oferecidos através de parceria com o governo federal), passando por cursos diversos para os professores (matemática, geografia, gestão,

artes, inclusão, planejamento, sexualidade, música nas escolas, motricidade, dentre outros), até palestras diversas para os demais profissionais da educação (merendeiras, ajudantes gerais, inspetores de alunos, agentes administrativos).

Temos também, no que se refere aos vencimentos propriamente ditos, a instituição da data-base (parte integrante da Lei nº 4.395, de 29/12/2008, que “Estabelece a estrutura administrativa e de cargos da Prefeitura do Município de Valinhos”), sua suspensão (“em decorrência dos efeitos negativos da grave crise mundial, trazendo redução na receita e a necessidade de readequação das despesas da Administração Municipal”, como considerado no Decreto nº 7.428, de 1/12/2009), sua “volta à validade” e as publicações anuais posteriores de revisão de vencimentos baseada na reposição da perda inflacionária.

Ocorre também a regulamentação, através de Decreto, da concessão da licença-prêmio, benefício definido da seguinte forma:

Art. 2º. Conceder-se-á licença-prêmio de 120 dias consecutivos ao servidor público municipal que a requerer, após cada quadriênio de exercício efetivo no serviço público municipal, com todos os direitos e vantagens pecuniárias do cargo ocupado pelo requerente.

No que se refere ao Estatuto do Magistério, ocorrem as seguintes publicações nos boletins municipais:

Alteração da Comissão de Gestão do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal (criada pelo Decreto nº 6.111, de 14/06/2004), através do Decreto nº 6.347 de 24/05/2005 (atualização dos integrantes indicados pelo executivo – Secretário de Educação, representante da área fazendária, dos negócios jurídicos e recursos humanos) e do Decreto nº 6.369, de 19/07/2005 (alterando a representação na área dos negócios jurídicos);

Grupo de Trabalho para promoção dos estudos visando à revisão do estatuto dos servidores do magistério público – Decreto nº 6.438, de 9/11/2005 (composto por representantes de todos os segmentos de profissionais da educação);

Comissão Especial com atribuição de revisão das Leis do Magistério e das estáveis – Decreto nº 6.607, de 15/08/2006;

Novo Estatuto do Magistério – Lei nº 4.372, de 08/12/2008;

Comissão de Gestão do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal – Decreto nº 7.643, de 14/09/2010;

Entrevistas: Na opinião da entrevistada 5, a recomposição salarial não atingiu a todos os funcionários da educação:

[...] Só para o pessoal do magistério: parou aí. Porque depois nós do nível médio estagnamos, porque ele aumentou para o pessoal da base (cargos que exigem somente formação do Ensino Fundamental – ajudantes gerais, merendeiras) e elevou muito o pessoal de cima (com nível superior e em cargos de professor e especialistas). Então achatou os de nível médio e isso está até hoje...

Também criticou a concessão do benefício de licença-prêmio para os comissionados, pois “eles são celetistas e quando são dispensados tem fundo de garantia e nós não temos... e eles têm direito às duas coisas”.

A entrevistada 3, por sua vez, comenta:

Infelizmente não vejo com bons olhos a forma como se desenvolveram as atividades de Formação continuada, se observarmos que a mesma não se estendeu para todos os profissionais da rede, em especial para os professores do segmento da Educação Infantil. Por 8 anos, nenhum curso foi oferecido, com exceção da formação do curso de música, determinação do governo federal. Em relação aos especialistas a situação é ainda mais crítica: os trabalhos iniciados sobre avaliação com as coordenadoras pedagógicas nunca se concluíram e nem foi suficiente para subsidiá-las em dar continuidade com autonomia ao que estudavam... Aos Gestores absolutamente nada foi oferecido, ainda que solicitações e sugestões de nomes e possibilidades de convênios fossem apontados. Com relação a política salarial, do período de defasagem que tínhamos, qualquer coisa, por menor que fosse acalentaria nossos anseios e foi exatamente o que aconteceu. Passamos por um período de complicações no prazo para pagamento da licença prêmio, mas foi menos sofrido que na administração anterior! Porém quando tratou-se da revisão do nosso estatuto, não há como comparar a agilidade que foi imprimido à esta atividade na administração anterior e a morosidade para conseguirmos alguma coisa nessa administração. Foi instituída por lei a data base, o que também se faz necessário o reconhecimento desse benefício que até então não havia ou não se cumpria.

O proposto e o concretizado: categoria onde ocorreu uma certa coerência de propostas e concretizações, configurando como central quando das propostas e também nas efetivações das políticas. Os cursos de formação continuada ocorreram ao longo de todo o governo, em quantidade e diversidade (diferentes temas e para os diferentes segmentos profissionais da educação). A “melhoria” da política salarial foi proposta e implementada, mas não chegou com a mesma intensidade

aos funcionários “da base” da prefeitura (ajudantes gerais, merendeiras, inspetores de alunos, agentes administrativos), sendo o reajuste maior no “topo da hierarquia” (secretários das pastas, diretores de departamentos, etc.). A instituição da data-base por Lei foi algo que ocorria em poucos municípios da região, garantindo ao menos a reposição da perda inflacionária (mesmo que tenha sido suspensa durante alguns meses com a justificativa da crise econômica). A manutenção do plano de saúde da UNIMED também foi um diferencial do governo, mesmo fazendo a cobrança de uma pequena taxa para tanto. Finalmente, no que se refere ao Estatuto do Magistério, efetiva uma primeira revisão geral, mas não dá continuidade no segundo mandato.

A Gestão democrática é a categoria que compreende a participação geral de pais e alunos na definição dos rumos da educação no município; a participação dos profissionais da educação, basicamente em relação aos conselhos da educação; a Conferência Municipal de Educação e, finalmente, a descentralização de verbas para as escolas.

As instâncias de participação previstas nas unidades escolares são o Conselho de Escola e a Associação de Pais e Mestres – APM, ambas regulamentadas por legislação estadual. Já no âmbito municipal temos o Conselho Municipal da Educação – CME, Conselho de Alimentação Escolar – CAE e o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – Conselho do FUNDEB.

A Conferência Municipal de Educação, por sua vez, foi realizada para a elaboração do Plano Municipal da Educação, que teve como parâmetro o plano Estadual e Nacional, cumprindo determinação do Ministério da Educação. O documento redigido ao longo da realização da Conferência e apresentado em seu momento final para aprovação dos Delegados

[...] foi elaborado por uma comissão de educadores, nomeada por decreto, e 60 delegados (profissionais e representantes de instituições ligadas às áreas de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, ensino profissionalizante, ensino superior, educação especial, conselhos

municipais, secretarias municipais e outras entidades). *Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Valinhos.*

Finalmente, a descentralização de verbas para as escolas diz respeito à tentativa de tornar as escolas mais autônomas no seu funcionamento, através do repasse de parte dos recursos da educação para que pudessem ser utilizados diretamente pelos profissionais da educação nas respectivas unidades escolares.

Documentos oficiais: questão de destaque no Programa de Governo do primeiro mandato, menciona de forma genérica a proposta de democratização da participação dos diversos segmentos (professores, pais e alunos) “nas decisões no plano educacional”, citando pontualmente dois itens: a democratização do Conselho Municipal de Educação, através da eleição do seu presidente (já que a presidência nata era do Secretário de Educação) e descentralização de verbas para as escolas. A questão é “esquecida” nos documentos seguintes e somente é retomada na Prestação de Contas do segundo mandato, divulgando a realização da Conferência Municipal de Educação para a elaboração do Plano Municipal de Educação.

Boletins municipais: a Conferência Municipal de Educação tem grande destaque nas publicações, com a definição da Comissão Organizadora (Portaria nº 103/2010), divulgação das datas, inscrição e eleição de delegados; os conselhos da educação (Conselho de Educação, Conselho de Alimentação Escolar e Conselho do FUNDEF/FUNDEB) também são objeto de publicações diversas com as alterações em suas composições, bem como a própria alteração da Lei que criou o Conselho Municipal de Educação (Lei nº 4.676, de 12/05/2011, publicada no Boletim Municipal nº 1.235, de 13/05/2011). Um último item objeto de publicação foi o “Programa de Repasse de Recursos Financeiros às Unidades Educacionais da rede pública municipal”, Lei nº 4.036, de 06/09/2006, que nunca foi implementado.

Entrevistas: analisando a questão da gestão democrática, mas na relação do governo federal com os municípios, a entrevistada 1 afirma:

[...] outra coisa que eu percebi, da parte das formações (cursos de formações oferecidos pelo governo federal), na época do Dr. Vitório, era o Fernando Henrique Cardoso... então todo o material que vinha de formação chegava primeiro na Secretaria de Educação, depois vinham os kits para serem distribuídos às escolas... depois acho que vem o Lula (Luis Inácio Lula da

Silva), já é diferente: vai primeiro para a escola, às vezes a Secretaria de Educação até nem sabia... ainda faço isso, ligo na escola e falo “preciso do material”...

E opina que isso pode ter mudado em função de uma percepção de como as políticas nacionais chegavam e eram traduzidas no âmbito dos municípios:

[...] porque havia muito artifício de não fazer a coisa acontecer... então se desprendia uma verba enorme, com material para formação e ficava lá... nem chegava nas escolas. E não fazia porque havia alguma condição política ou partidária. Então não chega mais na Secretaria de Educação, chega nas escolas obrigatoriamente você está sabendo que vai acontecer.

Quanto ao tópico em questão, a entrevistada 3 pondera:

Apesar de legalmente garantir-se a possibilidade da presidência do CME não ficar centralizado no Secretário da Educação, isso só foi possível colocar em prática, de forma efetiva, a partir de movimento e pressão dentro do próprio CME através dos conselheiros. Isso podemos considerar um grande avanço, uma vez que este conselho tem cunho fiscalizador e muito tem se questionado.

O proposto e o concretizado: a categoria é evidenciada no Programa de Governo do primeiro mandato de forma genérica, citando a participação dos pais e alunos, mas sem elencar ações objetivas que pudessem efetivamente ser implementadas posteriormente, além da previsão já legal da participação de pais e alunos nas instâncias da escola (Conselho de Escola, Associação de Pais e Mestres e Grêmio Estudantil) e dos Profissionais da Educação nos conselhos da educação. A única proposta concreta quanto à gestão democrática – o fim da presidência nata do Conselho Municipal de Educação pelo Secretário da Educação – não foi efetivada pelo governo e somente foi garantida após pressão significativa dos profissionais da educação do município quase no final do segundo mandato.

Com a consolidação da municipalização e da rede educacional como sistema autônomo, incluindo aí o funcionamento das instituições, a observância de norma e procedimentos legais, dentre outros, paralelamente ocorre uma maior atuação efetiva e organizada dos profissionais da educação. Com isso, além da maior democratização do Conselho Municipal de Educação com a eleição do seu presidente (que deixa de ser o Secretário da Educação, o que ocorria desde a sua criação), questionamentos diversos são feitos nos conselhos junto ao poder executivo, seja pela inclusão de assessores na prestação de contas do FUNDEB,

seja pela questão da merenda escolar avaliada como altamente calórica pelos conselheiros, seja por outras questões mais pontuais.

Do mesmo modo, a Conferência Municipal da Educação, utilizada como propaganda na prestação de contas do segundo mandato, também ocorreu basicamente em função das reivindicações dos Profissionais da Educação, principalmente no Conselho Municipal da Educação. Apesar de se efetivar como um grande avanço na gestão democrática do município, inclusive provocando o anúncio da ampliação do tempo das crianças nas creches (para 12 horas) e da diminuição de tempo de trabalho das Auxiliares de Desenvolvimento Infantil – ADIs de 8 para 6 horas, sem prejuízo de vencimentos, o Plano Municipal da Educação, resultado principal da Conferência, foi “engavetado” pela administração até o fim do mandato e até hoje ainda não foi aprovado e efetivado enquanto Lei.

Já a proposta de descentralização das verbas para as unidades escolares, apesar de iniciativa do próprio governo, nunca foi implementada, ao que tudo indica para não perder recursos que poderiam ser realocados à critério do executivo.

A Categoria Infraestrutura e Apoio Material abrange os itens de segurança, apoio material, reformas e construções gerais. A segurança diz respeito às propostas de vigias, zeladorias e outros para as escolas. O apoio material se centra no aspecto da manutenção das escolas através de uma equipe própria da Secretaria de Educação e as reformas e construções abrangem desde as ampliações de salas de aula em escolas, passando por efetivas construções de novas unidades escolares e coberturas de quadras esportivas, chegando à mudança da sede da Secretaria de Educação.

Documentos oficiais: tópico mencionado brevemente no Plano de Governo do primeiro mandato, citando a importância da segurança nas escolas (com vigias, zeladorias, etc.) e criação de equipe de manutenção escolar. Na Prestação de Contas desse mandato a temática já se destaca com menções diversas em quantidade e qualidade: criação da equipe de manutenção das escolas, mudança de

sede da Secretaria de Educação, inaugurações de dois Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs) e uma Escola de Ensino Fundamental (EMEF), além da construção de dois outros CEMEIs e a reforma e ampliação de mais de vinte escolas. O tópico continua relevante no Plano de Governo do segundo mandato, com diversas menções a construções e reformas de escolas, além da cobertura de quadras. Finalmente, na Prestação de Contas do segundo mandato, cita-se que “a cidade terá quase 7,3 mil m² em ampliações e 48 novas salas de aula”, além de informar a nova quadra coberta da Escola Municipal de Educação Básica (EMEB) Professora Edina Aparecida Bampa da Fonseca.

Boletins municipais: as publicações nesse tópico são basicamente artigos informando a construção, reforma ou ampliação das escolas, bem como coberturas de quadras diversas. No Boletim Municipal de 15 de setembro de 2010 cita-se que “uma nova leva de investimentos na área da Educação já está ocorrendo na cidade, com a aplicação de quase R\$ 5 milhões para construção de três novas EMEBs (Escola Municipal de Educação Básica) e reforma de outras três”, e continua: “dentro do programa de ampliações e reformas instituído pelo prefeito Marcos, já foram beneficiadas, desde 2005, 27 escolas municipais. Agora, mais três receberão melhorias, todas com recursos municipais.”

Entrevistas: uma das entrevistas comenta a questão da segurança e apoio geral às escolas e os problemas da implementação das políticas que não preveem uma manutenção das ações:

[...] quando a Professora Maria Cecília (Secretária de Educação na gestão anterior) tentou retomar essa questão da zeladoria, foi cortado logo de cara. Então no início da gestão do Professor Zeno ele já sabia que isso não iria acontecer, aí tentaram com empresas privadas, com sistemas de alarmes. Mas é aquele negócio, isso tudo implementar é muito fácil, mas a manutenção é difícil. E com a vulnerabilidade da prefeitura, em manter determinados contratos... porque tem a transparência também, isso pode nos prejudicar... Então de repente o que está dando certo pode deixar de dar certo e aí você perde aquilo que poderia ser bom... Aí, o que a gente pressupõe, a própria prefeitura teria que ter uma equipe de segurança para poder fazer isso... (Entrevistada 1)

Outra entrevistada destaca a importância da criação da equipe de manutenção das escolas:

[...] eu sou obrigada a tirar o meu chapéu para a equipe de manutenção nas escolas, porque na época do Vitório (prefeito Vitório Antoniazzi, gestão 1998-

2004) era sofrível demais... eram só dois funcionários e eles não davam conta, não tinha como... Foi no governo Marcos, com a equipe criada que tudo melhorou... (Entrevistada 5)

Mas considera que não havia muito apoio material para as escolas:

O apoio material era fraquíssimo. Tinha que se virar... tanto que na escola a gente comprava tudo que precisava com dinheiro da verba... fazia festa para ter as coisas na escola... com exceção da copiadora que foi também da época do Professor Zeno e que fez contrato com a Xerografia (empresa do município de Valinhos).

A entrevistada 3 analisa as questões da categoria:

Poucas são as unidades educacionais que contam com atuação de vigias. Algumas escolas são equipadas com alarmes monitorados e em sincronismo com a guarda municipal. Eu particularmente fui sempre bem atendida na medida de nossas necessidades, apesar de me sentir incomodada com a responsabilidade de me dirigir à escola, na maioria das vezes fora de horário para acompanhar a atuação da corporação de segurança. Quanto a equipe de manutenção, entendo que na medida de suas possibilidades desenvolveram um bom trabalho, porém, nota-se uma equipe pequena, para a demanda existente. Assim não houve possibilidade de trabalhos preventivos e sim de cunho paliativo. Observo também que as reformas e ampliações foram mais destinadas/focadas às unidades educacionais que ficavam em evidência, entenda-se por unidades mais centrais [...]. No caso da minha unidade educacional, a quadra inaugurada em 2007 até o momento não recebeu cobertura. Apontando ainda o prédio onde trabalho, há necessidade urgente de ampliação, uma vez que um mesmo ambiente atende às diversas necessidades. Porém, mesmo com projeto sugerido, redigido e entregue pessoalmente com fortes argumentos, nada foi feito. Quanto a localização da Secretaria da Educação, era claro a necessidade de mudança, o que melhorou e organizou consideravelmente o espaço físico.

O proposto e o concretizado: item com a maior coerência entre “o dito e o feito”: amplamente proposto e amplamente realizado, principalmente pelas inúmeras ampliações, construções e reformas realizadas nas unidades escolares.

Também se concretizou uma iniciativa do executivo extremamente importante para as unidades escolares: a equipe de manutenção própria. Até então as escolas contavam com o apoio de funcionários da Secretaria de Obras, que invariavelmente demoravam no atendimento, quando o faziam. A criação de uma equipe própria, alocada junto à Secretaria de Educação, foi uma ação citada por todos os entrevistados como uma das mais importantes no aspecto material.

Somente no aspecto de segurança não ocorreram ações significativas nesse sentido.

No tópico **Melhoria da estrutura pedagógica** temos diversos itens:

Apoio pedagógico: criação de espaços e projetos diversos fora das escolas, traduzido essencialmente na Casa dos Brinquedos e no Recriança. A definição da *Casa dos Brinquedos* dada pela prefeitura é: “um espaço preparado para estimular a criança a brincar, possibilitando o acesso a uma grande variedade de brinquedos, dentro de um ambiente especialmente lúdico. É um lugar onde tudo convida a explorar, a sentir e a experimentar.” (*Site da Prefeitura Municipal de Valinhos*). Funcionou durante praticamente todo o mandato do Governo Marcos José da Silva, sendo transformado em um Polo da UFSCar a partir de 2013, com a posse do novo governo. Já o *Projeto Recriança*, ligado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, “atende aproximadamente 400 crianças na faixa etária de 06 a 12 anos incompletos, no período oposto ao escolar”, segundo informação do site da prefeitura, “através da educação não formal de forma a contribuir para o seu desenvolvimento e construção da noção de cidadania e participação”.

Material pedagógico: viabilização de material pedagógico para as escolas, tais como as apostilas da EJA elaboradas pelos próprios professores e os materiais de Educação Física e Artes adquiridos em grandes quantidades para uso nas escolas.

Otimização da organização e funcionamento das escolas: unificação das escolas de educação infantil com escolas de ensino fundamental (anteriormente denominadas EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil, englobando o Infantil I, II e pré-escola e EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental, abrangendo desde a antiga 1ª série até a 8ª série). As escolas passaram a ser denominadas de EMEB – Escola Municipal de Educação Básica, já que abrangiam desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental, incluindo a Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio em alguns casos. A citada unificação se referiu a uma integração em termos de gestão (diretores e coordenadores), já que as antigas EMEIs, na maior parte dos casos, se encontrava muito próximas às EMEFs. Outro ponto relevante foi a unificação dos regimentos escolares, que até 2009 eram quatro diferentes (dos Centros Integrados de Educação Infantil – CEMEI, das

Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEI, Escolas Municipais de Ensino Fundamental – EMEF, Escolas que ofereciam a Educação de Jovens e Adultos, além da previsão de oferecimento no ano seguinte (2010) do Ensino Médio em duas unidades escolares), tornando-se um só a partir de 2010 e englobando todas as modalidades de ensino oferecidas pela rede.

Aperfeiçoamento da proposta pedagógica: se caracterizou pela reformulação dos Planos de Curso da rede (documentos pedagógicos norteadores do trabalho nas escolas), implementação do ensino de 9 anos (obedecendo à definição de âmbito nacional) e a criação da função de Professores Coordenadores das áreas do Ensino Fundamental II – português, história, matemática, etc. (responsáveis pelo desenvolvimento da formação continuada junto aos professores das escolas nos momentos coletivos definidos em calendário escolar, além do apoio pedagógico permanente). Outro projeto relevante nesse tópico foi o de aceleração: instituído através do Regimento Comum das Escolas Municipais de Educação Básica e dos Centros Municipais de Educação Infantil de Valinhos, o Projeto de Aceleração visa a “implementação de mecanismos de recuperação de conteúdos e correção de fluxo para alunos com defasagem de idade em relação à série” e se justifica pela “percepção de que a defasagem idade e série produz o progressivo desinteresse dos alunos em relação às atividades escolares, provocando, gradativamente, o desestímulo em relação aos estudos, a baixa auto-estima intelectual, a redução da confiança em si mesmo e o crescente desejo de abandonar a escola”, segundo o site da Prefeitura Municipal de Valinhos.

Projetos e atividades pedagógicas: ocorridos nas escolas e projetos diversos definidos pela Secretaria de Educação.

Recursos humanos, diz respeito aos concursos e processos seletivos realizados para suprir necessidades de pessoal fixo ou rotativo.

Documentos oficiais: o presente tópico é tratado de forma genérica no Plano de Governo do primeiro mandato, citando criação de espaços que propiciem a melhoria de ensino e a modernização da escola como fator dessa melhoria. Já na Prestação de Contas desse mandato observa-se as diversas e contundentes políticas implementadas, principalmente no que se refere à disponibilização de material

pedagógico para as escolas (apostilas da EJA, material de artes e educação física), além de projetos diversos. Não existem referências à categoria no Plano de Governo do segundo mandato e na sua respectiva Prestação de Contas.

Boletins municipais:

No órgão oficial da prefeitura são citados os seguintes tópicos: chamada de alunos para as Classes de Aceleração (alunos do 2º ao 9º ano, com defasagem idade-série, para montar as classes necessárias); atividade proporcionada pela coordenação de área de Artes (estudo do meio, com visita a exposição “Guerra e Paz” de Candido Portinari no Memorial da América Latina em São Paulo); atividades diversas nas escolas (estímulo à leitura, em parceria com a Editora Adonis; palestra de sensibilização com os pais dos alunos envolvidos no projeto de estímulo à leitura; feira de ciências em diversas escolas; feira cultural; projeto sobre Estatuto da Criança e Adolescente; participação de escola na “Oficina Desafio da Unicamp”; Projeto Escola do Campo; projeto educacional tendo o figo como tema; etc.); diversas publicações referentes à concursos públicos e processos seletivos simplificados para várias funções.

Entrevistas: a entrevistada 1 destaca a questão da proposta pedagógica da rede, citando que a da Educação Infantil é de 1992, elaborada por uma firma terceirizada e a do Ensino Fundamental é de 2000, tendo sido elaborado pela entrevistada e mais dois assessores que ocupavam cargos de chefia de departamento na época. Considera que isso não avançou na gestão do Prefeito Marcos José da Silva:

[...] porque são esses documentos que dão as diretrizes... Por isso que a gente não consegue ter uma base boa no pedagógico e no acadêmico: porque ele está solto... no que a gente acredita? Você secretário, no que acredita para a educação no município? Ah, eu acredito no que o prefeito acreditar... o técnico é você, ele confia em você... o que você propõe?

E aponta como a situação foi encaminhada ao longo dos dois mandatos:

Na gestão do professor Zeno, como eu não tinha proposta, me restava o que? Plano de Curso. A elaboração do Plano de Curso foi na época da Professora Cecília, depois nós tivemos a revisão em 2006 do Ensino Fundamental II e em 2008 que reviu o da Educação Infantil... foi muito bom, mas deu um trabalho... E aí em 2010, o Ensino Fundamental I.

Já a entrevistada 5 aponta a melhoria ao longo já do primeiro mandato de garantir coordenadores exclusivos para cada escola, já que antes um coordenador tinha que assumir até 4 escolas.

O proposto e o concretizado: a categoria mais abrangente, com pouca definição nos documentos oficiais (somente citando o encaminhamento de materiais didáticos para as escolas e mais centrado numa lógica de doações, incluindo uniforme, material escolar, etc.). Na implementação se traduziu em diversas ações na rede, boa parte de iniciativa do próprio governo, algumas por imposição legal e outras demandas dos Profissionais da Educação.

A categoria **“Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio”** abrange as modalidades Educação de Jovens e Adultos – EJA e a Educação Especial – EE e etapa da educação denominada Ensino Médio – EM.

No presente estudo, diz respeito às políticas propostas e implementadas seguintes:

Educação Especial: basicamente a tentativa do governo de lidar com a questão da inclusão, efetivada no município já no final do governo anterior, mas consolidado no Governo Marcos José da Silva, através do Programa de Atendimento Psicopedagógico, com a finalidade de “atender os alunos encaminhados pelas escolas da rede por apresentarem algum tipo de dificuldade na aprendizagem e necessitarem de atendimento especializado”, concretizado através da “assistência aos [...] alunos através da atuação de professoras da Rede de Ensino Municipal como Psicopedagogas”, conforme definido no site da Prefeitura Municipal de Valinhos. Outra ação amplamente efetivada foi o estabelecimento de convênios com instituições de apoio a alunos com necessidades especiais da região.

Educação de Jovens e Adultos: com significativa ampliação e priorização ao longo do mandato, verificado através do aumento dos núcleos de 3 para 7 durante os 8 anos, cursos de formação específicos para os professores atuantes na

modalidade, elaboração de apostila específica pelos próprios professores e destaque geral na rede da importância da Educação de Jovens e Adultos.

Ensino Médio: modalidade que foi assumida somente em duas unidades escolares em função de duas situações atípicas no município: a criação de turmas na EMEB Horácio de Salles Cunha, localizada no bairro mais isolado geograficamente do município (visando garantir a continuidade dos estudos dos alunos daquela comunidade) e assumindo a responsabilidade pelas turmas que funcionavam na EMEB Edina Bampa da Fonseca, evitando assim problemas de diversas ordens provocados pelas duas gestões diferenciadas em um mesmo prédio.

Houve também, ainda atrelado ao Ensino Médio, uma proposta de um cursinho pré-vestibular para 150 alunos da 3ª série do Ensino Médio da rede estadual, em 2007, denominado VESTVAL e visando “ajudar esses estudantes a competir em pé de igualdade com os das escolas particulares por uma vaga nas universidades”, conforme anunciado no boletim nº 1031, de 11/07/2007. No mesmo documento o projeto é melhor explicado:

[...] As aulas irão de agosto a dezembro e serão ministradas pela empresa que venceu a licitação para o programa. Essa empresa também fornecerá a apostila para os alunos e disponibilizará um site para que eles possam tirar dúvidas e trocar conhecimentos. Os alunos terão quatro aulas por dia no período da tarde, na FAV (Faculdades de Valinhos), que ofereceu, gratuitamente, uma sala para que o cursinho funcione com os 150 alunos de uma só vez. Os estudantes terão aula nas disciplinas de matemática, português, literatura, história geral, história do Brasil, geografia geral, geografia do Brasil, física, química, biologia e inglês. Serão 19 professores contratados pela empresa especialmente para ministrar os conteúdos. Os 150 alunos serão escolhidos por sorteio, para que todos os inscritos tenham chances iguais. A data e local do sorteio serão comunicados nos próximos dias. Será sorteada ainda uma lista de espera para casos de desistência. As inscrições já podem ser feitas nas próprias escolas.

Fonte: Boletim Municipal, nº 1031, de 11/07/2007.

Documentos oficiais: as modalidades em questão são citadas no Plano de Governo do primeiro mandato, com menção à expansão da EJA, inclusive no período diurno, e principalmente na Educação Especial com ampliação “dos centros e do atendimento especializado às crianças com deficiências, com fonoaudiólogos, psicólogos, pedagogos, médicos, assistentes sociais...”, bem como apoio à entidades como a APAE. Na Prestação de Contas desse mandato, cita-se a ampliação dos núcleos, passando de 3 para 7 bairros contemplados. As

modalidades somente são citadas novamente na Prestação de Contas do segundo mandato, onde é mencionado que “a prefeitura assumiu o Ensino Médio da escola do bairro Reforma Agrária (antes responsabilidade do Governo do Estado) e implantou essas séries no São Bento do Recreio”.

Boletins municipais: temos as diversas publicações autorizando o poder público a realizar convênio com as instituições ACESA (Associação Cultural Educacional Social e Assistencial) e APAEV (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Valinhos), visando o atendimento de alunos com necessidades especiais (Leis nº 4.531, 4.544 e 4.549 e Convênio nº 009/2010).

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é assunto de publicações de inscrições e de formaturas ao longo dos anos estudados, além da publicação específica informando um convênio para a implementação do programa “EJA Mundo do Trabalho”, que “oferece capacitação aos professores e distribuição gradativa de material didático com conteúdo básico e orientação profissional aos alunos do 5º ao 8º termo da EJA (Educação de Jovens e Adultos)”, conforme boletim nº 1282, de 23/03/2012.

Já o Ensino Médio é objeto de publicação quando a prefeitura assume a modalidade nas duas escolas (ambas no boletim nº 1169, de 10/02/2010).

Entrevistas: a entrevistada 1 aponta o trabalho feito anterior ao governo Marcos em parceria com a Faculdade de Educação da UNICAMP, mas que não foi muito bem avaliado pelos profissionais da rede e depois disso

[...] não se falava mais em inclusão, lembro que ia falar in... e a Professora Cecília já falava não! Porque criou um trauma nessa rede e houve uma acomodação. Só em Valinhos houve a acomodação, porque a legislação continuou e a exigência e a demanda chegando...

Na gestão do Secretário de Educação Zeno Ruedell avalia que a situação não se encaminhou por falta de disposição política para investir na área, capacitando e formando pessoal qualificado para assumir as funções necessárias, inclusive com perda de verba federal em função disso: “a Lei mudou, vocês não tem equipe... Material começa a chegar, mas verba não, porque não fez o projeto ainda. Então é o Ministério cobrando, te cutucando, e você lá [...]”.

O proposto e o concretizado: no que se refere à Educação Especial a expectativa era que a se enfrentasse a problemática da inclusão, apontado no Programa de Governo mas não enfrentando em termos de concretização, porém, a despeito disso, as crianças começaram a chegar nas escolas, conforme relato do entrevistado nº 1: “[...] Só que além da legislação, além do Ministério, o interessado chegou... as crianças não ficam mais presas em casa. Elas estão vindo, os adolescentes, adultos, estão vindo...”

A modalidade da Educação de Jovens e Adultos – EJA foi a que mais ficou em evidência de propostas e de políticas efetivadas, contando com um grande aumento de unidades oferecendo a modalidade no município, passando pelo destaque dado pela administração nos discursos e chegando aos cursos de formação continuada em parceria com a Faculdade de Educação da UNICAMP. Porém, entre 2008 e 2009 já houve uma alteração de responsabilidade pela gestão da EJA e ao final do segundo mandato isso se refletiu na indefinição da manutenção ou não dos diversos polos no município e pela decisão, já do novo governo (2013-2016), de centralizar o atendimento em uma unidade central e manter somente mais um polo na região do São Bento, área mais afastada do município.

No caso do Ensino Médio, tanto a abertura no São Bento como o assumir da responsabilidade pelo município na Reforma Agrária tiveram resultados positivos nas duas comunidades, cada uma à sua maneira. Mas, no primeiro ano do governo atual, houve uma definição da Secretaria de Educação de “devolver” a etapa de ensino, mesmo à revelia do desejo das comunidades envolvidas, efetivando a situação no presente ano de 2014.

A Otimização administrativa e organizacional diz respeito aos seguintes tópicos: Reestruturação Administrativa e de Cargos, que reorganiza os setores da prefeitura, definidos por diversas Leis e Decretos, compreendendo o período de 2005 a 2010; Informatização, compreendendo a implantação do Sistema Integrado de Gestão da Educação Municipal – SIGEM, bem como a viabilização de internet banda larga para os diversos setores da prefeitura, incluindo as unidades escolares

e “otimizações diversas”, compreendendo o sistema de malotes (um meio de comunicação entre as escolas e a Secretaria de Educação) e a “terceirização do xerox” (contratação de empresa para prestação de serviços reprográficos, bem como cessão de máquinas para todas as unidades escolares do município).

Documentos oficiais: tópico pouco citado, somente é mencionado no Plano de Governo do segundo mandato, com a “interligação de todas as escolas através da informática, pelo sistema de antenas”.

Boletins municipais: diversas publicações dos atos oficiais que definem a Reestruturação Administrativa e de Cargos: Lei nº 3.901, de 22/07/2005 (estabelece a Estrutura Administrativa da Prefeitura e sua respectiva Estrutura de Cargos); Lei nº 3.936, de 22/11/2005 (altera a Lei 3.901, criando e extinguindo cargos); Lei nº 4.082, de 11/01/2007 (altera as estruturas administrativa e de cargos); Decreto nº 6.712, de 11/01/2007 (dispõe sobre a aplicação da Lei nº 4.082); Lei nº 4.395, de 29/12/2008 (estabelece a estrutura administrativa e de cargos); Lei nº 4.513, de 21/12/2009 (altera as estruturas e de cargos da prefeitura) e Lei nº 4.574, de 02/07/2010 (altera as estruturas administrativas e de cargos da prefeitura).

Entrevistas: a entrevistada 1 aponta que melhorias como um sistema informatizado somente serão realmente eficazes se forem atualizados, se forem previstas verbas para essa manutenção:

[...] Qualquer sistema informatizado precisa de atualização... Você põe ali as suas características, o que você precisa... Só que pra alimentar ele tem que ser atualizado, tem que ir melhorando, em todos os sentidos, e pra isso você vai sempre mais e mais investindo, tem um custo... senão a gente vai sempre ficar uma rede que vai sempre ficar implantando um sistema novo... pra fazer a mesma coisa...

O proposto e o concretizado: tópico pouco citado nos documentos oficiais, mas com grandes alterações práticas na vida funcional dos Servidores e na organização e funcionamento das Unidades Escolares. As diversas reestruturações administrativas e de cargos, juntamente com o Programa de Valorização do Servidor Público Municipal, impactou positivamente na melhoria salarial da maioria dos Servidores ao longo dos anos, mas também trouxe algumas controvérsias como a extensão do benefício da licença-prêmio para os cargos em

comissão e a multiplicação de cargos de chefia para alocar todos os comissionados, por pressão do Ministério Público. A implantação do Sistema Integrado de Gestão da Educação Municipal foi um avanço na organização da rede municipal, mas desde o início ocorreram falhas tanto no sistema em si como na viabilização de uma conexão de internet efetivamente rápida para que as escolas pudessem realmente utilizar todo o potencial do sistema. Finalmente, a implantação do chamado “sistema de malotes” e a contratação de empresa prestadora de serviços reprográficos foram efetivamente otimizadores dos trabalhos nas escolas.

Na categoria **“Parceria com o setor público”** temos as parcerias com a Rede Estadual e as parcerias com as demais secretarias municipais. Na primeira estão as políticas de implantação de cursos técnico profissionalizantes, basicamente através da criação de uma Escola Técnica Estadual no município e proposta de revitalização do Ensino Médio. Na segunda estão as diversas parcerias realizadas com as demais secretarias: cultura (descentralização dos cursos para as escolas – xadrez, teatro, capoeira, etc.), saúde (atendimento odontológico, saúde bucal e acuidade visual nas escolas) e esporte (jogos escolares), dentre outras.

Documentos oficiais: mencionado no Plano de Governo do primeiro mandato como a parceria com a Rede Estadual na revitalização do Ensino Médio e implantação de curso técnico profissionalizante, bem como a parceria da Educação com outras secretarias no oferecimento aos alunos de cursos diversos, entendidos como “enriquecimento curricular” (xadrez, teatro, cinema, esportes, programas de prevenção, etc.). O tópico somente é citado novamente no Plano de Governo do segundo mandato, propondo a “parceria com o Governo do Estado para implantação de uma ETEC – Escola Técnica Profissionalizante”.

Boletins municipais: no boletim nº 1289, de 04/05/2012 é publicado que o núcleo da Escola Técnica Estadual – ETEC está com inscrições abertas, informando que o núcleo “foi instalado este ano em Valinhos na EE (Escola Estadual) Flávio de Carvalho no bairro Jardim São Marcos”, com vagas para os cursos técnicos de Logística e de técnico em Administração. Ocorre também a

publicação de um Decreto que “regulamenta a utilização de ônibus escolar estadual, objeto de termo de cessão de uso”, bem como a formatura do PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência, desenvolvido em parceria entre a Polícia Militar do Estado de São Paulo e a Prefeitura de Valinhos por meio da Secretaria da Educação, consolidando mais uma parceria entre o Estado e o município.

Entrevistas: a entrevistada 5 comenta as parcerias com as outras secretarias:

[...] era um pouco complicado: usava escola para tudo. Era difícil: a saúde trabalhava com a gente, usava a gente.... a cultura usava a gente... tinha época em que você ficava uma semana só trabalhando em função de outras secretarias e era muito complicado. Até agendamento dentário era com a gente...

O proposto e o concretizado: a presente categoria foi anunciada nos dois Planos de Governo e igualmente encaminhado e concretizado ao longo dos dois mandatos, traduzindo-se em uma parceria significativa com a Rede Estadual de Ensino, traduzidos em construções, cessões de espaço físico, dentre outros. Do mesmo modo ocorreu uma grande interação entre a Secretaria de Educação e as demais secretarias, com a realização de diversos projetos em parceria.

A Parceria Público-Privada é integrada pelos seguintes itens: sistema de apostilas (contratação de empresa terceirizada para fornecimento de material didático para as escolas) e livro de inglês (igualmente adquirido através de compra de empresa); convênio com creches (subvenção para as creches conveniadas visando atender à demanda da faixa etária de 0 a 3 anos); laboratórios de informática (recebidos em doação através de parceria com empresa da região); Autoban (parceria com a citada empresa no sentido de disponibilização de material pedagógico e treinamento de professores); SENAI/SESI (parceria no sentido de realização de projetos na área educacional, cessão de espaços para construção de prédio e outros); bolsa de estudos para alunos (uma instituída através de Lei Municipal – nº 1162, de 23/05/197, para estudante universitário, comprovadamente carentes; a outra, denominada “Programa Municipal de Bolsas de Estudos”, criado pela Lei nº 3959, de 26/12/2005, através da compensação do Imposto Sobre

Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, em instituições de ensino de qualquer nível ou natureza, também mediante critérios econômicos) e terceirização dos contratos para as funções de ajudantes gerais e merendeiras (com licitações para a entrada das empresas prestadoras de serviços nessas áreas).

A parceria entre a esfera pública e a privada se configura como uma das estratégias para a reforma do Estado implementada no Brasil a partir dos anos de 1990, reforma esta que busca dar resposta “a uma suposta crise de eficácia da administração pública”, propondo a “adoção da administração gerencial”, conforme apontado por Adrião (ADRIÃO, 2009, p. 803). Ainda segundo a autora, “a tendência de consolidação de parcerias / convênios entre municípios paulistas e a iniciativa privada relaciona-se aos processos de descentralização da educação pública paulista, cuja principal medida foi a municipalização do ensino fundamental, em especial de suas séries iniciais, introduzida no estado de São Paulo, mas enfaticamente a partir de 1996, na primeira Gestão Mário Covas (1995-1998) (ADRIÃO, 2009, p. 803)

Documentos oficiais: item não mencionado no Programa de Governo do primeiro mandato, sendo mencionado como “material escolar” na Prestação de Conta desse mandato, citando que “a partir de 2007, numa ação inédita, o governo Marcos passou a entregar apostilas escolares para alunos de 1ª à 5ª série do Ensino Fundamental”, bem como é mencionado a entrega dos livros de inglês para alunos da 5ª à 8ª série. Ainda nesse documento cita-se a parceria com empresas locais para a instalação de laboratórios de informática em três escolas do município. No Plano de Governo do segundo mandato figuram os convênios com as creches para atendimento de vagas nessa modalidade de ensino, bem como o apoio para construção da nova escola do SENAI e à implementação da faculdade dessa mesma instituição. Também nesse documento consta a entrega das apostilas ampliadas para a maior parte dos alunos da rede escolar, ou seja até o 9º ano do Ensino Fundamental. Na Prestação de Contas desse segundo mandato não há menções sobre o tópico.

Boletins municipais: quanto ao item “sistema de apostilas e livro de inglês”, temos a publicação do artigo no Boletim Municipal nº 1012, de 28/02/2007, onde

se lê que “a partir deste ano letivo os alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental receberão gratuitamente materiais didáticos em forma de apostila. Neste primeiro momento serão contemplados 5.296 alunos.” Na sequência, é feita a justificativa para tal ação:

A adoção das apostilas possibilitará uma série de benefícios para a área. O material padronizado vai facilitar o trabalho da supervisão na sua aplicação, bem como favorecer os alunos que precisarem se transferir de uma escola para outra. Um outro benefício é que o material é personalizado com conteúdos baseados no Plano de Curso da Rede Municipal, além dos assuntos exigidos pelo Plano Nacional da Educação. Ele foi elaborado pela editora vencedora do processo de compras, em parceria com uma comissão de leitura crítica, composta por oito professores da rede municipal. Uma das preocupações da comissão foi introduzir informações sobre Valinhos, como história, dados geográficos e fotos. Outra vantagem é que agora cada aluno terá seu material próprio e poderá levá-lo para casa e assim dar continuidade aos estudos. Isso muitas vezes não era possível no passado porque os livros enviados pelo Ministério de Educação nem sempre eram em número suficiente. Em alguns casos eles eram deixados na escola para que as outras turmas pudessem utilizá-los. Um outro problema é que os livros não eram o mesmo para todas as unidades. *Boletim Municipal, nº 1012, de 28/02/2007.*

Ocorre também a publicação do processo de compras nº 079/2006, onde se julga improcedente o recurso da Editora Moderna (boletim nº 962, de 29/03/2006), quanto à contratação de empresas para o oferecimento de apostilas na rede. Em relação ao livro de inglês, temos a notícia da doação desses livros para todos os alunos da 5ª à 8ª série, em 2006.

No que se refere às subvenções às creches, é publicada a Resolução nº 001/2006, homologada pelo Conselho Municipal de Educação, onde o poder executivo é autorizado a estabelecer o convênio para atendimento das crianças em creches no município. Em 2010 (boletim nº 1196, de 18/08/2010) é publicado um chamamento de interessados para “celebração de convênio com finalidade de atendimento de crianças em idade de creche, de zero a três anos”. Já no final do governo, em 2012, é publicada a notícia onde se lê:

A administração municipal conseguiu zerar a lista de espera como também está deixando 100 vagas em aberto para 2013. Isto está sendo possível graças à assinatura de convênio com mais duas creches particulares, por meio de lei municipal, sem contar a implantação da unidade do bairro Capivari, cujo prédio foi inaugurado nesta quinta-feira, dia 27. A rede municipal conta hoje com 11 unidades, entre públicas e conveniadas, atendendo às crianças de quatro meses a quatro anos, além da do Capivari que entra em funcionamento no ano que vem. Além disso, o prefeito Marcos José da Silva já está deixando assinado, e com a verba garantida, convênio com o Ministério da Educação que possibilitará a

construção de uma creche no Jardim São Luiz, que terá capacidade para atender 120 crianças. *Boletim Municipal nº 1323, de 28/12/2012*

A doação de laboratório de informática em parceria com empresa do município é destacada em artigo publicado no Boletim de 2006 (nº 981), onde se destaca que a através da parceria “a empresa doou R\$ 18,2 mil para aquisição dos computadores e a municipalidade equipou o espaço com móveis e dispositivos de segurança, dispensando para tanto algo em torno de R\$ 18 mil”.

A parceria com a AUTOBAN é citada no boletim de 08/03/2006, informando que a empresa patrocina o treinamento dos professores e monitores e também fornece as cartilhas a serem distribuídas para os estudantes, além de promover peças de teatro sobre o tema.

A parceria com o “Sistema S de Ensino” é firmada através de Lei (nº 4.394, de 29/12/2008), que “dispõe sobre a consolidação da união de esforços e recursos do Município de Valinhos, do Sesi/SP e do Senai/SP, para a execução de projetos no campo educacional e de qualificação e capacitação de mão-de-obra”.

As Bolsas de Estudos (para estudantes universitários e a que desconta o ISSQN das instituições de ensino interessadas) são objetos de diversas publicações (editais, decretos, artigos e outros), constando a normatização do Programa em questão, a composição da Comissão, abertura de inscrições e os resultados das análises documentais e sócio-econômicas dos inscritos, dentre outros.

Finalmente, no que se refere à terceirização temos o Comunicado de Classificação do Processo de Compras nº 0043/2010, que trata da “contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza no ambiente escolar, com fornecimento de mão-de-obra”.

Entrevistas: a entrevistada 1 critica a manutenção dos subsídios do transporte para alunos de nível superior:

Hoje se você for ver, tem um custo muito grande, leva você lá para a PUCC... seja Campus 1, campus 2, ou UNICAMP e sendo que existe uma faculdade, porque não diz que ela tem ser pública ou privada... então se tiver o curso... É um ônus a menos para o município...

O proposto e o concretizado: nessa categoria pode ser observada uma importância razoável nos documentos oficiais, sendo timidamente mencionado no

primeiro mandato (somente na prestação de contas), mas amplamente citado na Proposta de Governo do segundo mandato. Analisando a política implementada pode-se perceber que as ações incluídas nessa categoria foram centrais no Governo Marcos José da Silva, quer seja pelas apostilas (que pode ser considerada como a principal “bandeira” da reeleição), pelos convênios com as creches particulares (que “zerou” o déficit de vagas no município) ou ainda pelas terceirizações de funcionários que impactaram grandemente na organização do município.

5. Considerações Finais

O presente estudo buscou analisar as políticas propostas e concretizadas no município de Valinhos, SP, no período de 2005 à 2012, nos mandatos do Prefeito Marcos José da Silva, do PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Para tanto realizou-se um estudo das conceituações gerais sobre os partidos políticos: suas origens, sua história, suas classificações possíveis, utilizando como base a obra de Seiler (2000), que por sua vez retoma as contribuições de diversos dos teóricos sobre a questão, principalmente o mais importante deles, Duverger (1981).

Também foi feita uma revisão da história dos partidos políticos no Brasil, através das contribuições de Brum (1981), Gracindo (1994) e Schmitt (2000), buscando abranger desde os primórdios da organização dos partidos brasileiros até as considerações mais atuais sobre os partidos.

Em seguida buscou-se delinear um panorama da atual situação dos partidos políticos no Brasil, listando os formalmente registrados no Tribunal Superior Eleitoral, as composições do Congresso Nacional, analisando as eleições, movimentações partidárias e suas possibilidades de organizações a partir da redemocratização. O capítulo foi finalizado com uma breve conceituação sobre o PMDB, partido responsável pelo executivo no período estudado, delineando brevemente sua história, seus números atuais, sua proposta para a educação e algumas considerações sobre a Proposta Montoro, singular na história dos partidos e das propostas para educação no país.

No capítulo seguinte foi feita uma caracterização da Região Metropolitana de Campinas (uma visão geral através da Agemcamp – Agência Metropolitana de Campinas, uma análise mais significativa através do estudo realizado pelo FINEP/NEPP/NEPO/IE e finalmente uma abordagem da situação educacional da RMC através do estudo de José Roberto Rus Perez), seguida da caracterização do município de Valinhos, da rede municipal antes e durante a municipalização, concluindo com uma breve biografia de Marcos José da Silva, bem como as

informações e análises sobre as eleições para prefeito no município nas últimas décadas.

No capítulo denominado “A implementação das políticas educacionais em Valinhos”, temos um estudo sobre a questão da macro e micro implementação, através do trabalho de Berman (2007), seguido do exame dos Programas de Governo. Logo após foram analisadas as políticas implementadas, através dos documentos oficiais (“prestações de contas”), Boletins Municipais e entrevistas realizadas. Na continuidade realizou-se o efetivo estudo das categorias de análise, caracterizando-as, verificando as referências nos Documentos Oficiais (Programas de Governo e Prestação de Contas), citando as menções nos Boletins Municipais e relatando as contribuições dos entrevistados para o melhor entendimento e análise das categorias. Ao final de cada categoria foi feita a análise da proposta e do concretizado, tendo em vista os elementos anteriormente mencionados.

Considerando as análises de cada categoria e ainda retomando as questões iniciais do estudo, quais sejam,

- Existe uma proposta efetiva de educação no programa de governo?
- Essa proposta se concretizou em políticas públicas ao longo dos mandatos?

Podemos tecer as seguintes considerações:

- ✓ Os Programas de Governo, no que se referem à educação, foram amplos quanto as propostas, abrangendo desde aspectos essenciais, passando por itens específicos baseados na realidade do município e chegando a tópicos que trazem a marca da gestão;
- ✓ As propostas essenciais e “óbvias” (por serem esperadas de “qualquer governo”) constavam nos Programas estudados: gestão democrática, valorização do magistério, modernização da educação, diminuir índices de evasão e repetência, construções e reformas de escolas, dentre outros;
- ✓ A proposta para a Educação Especial mostra um “afinamento” com a realidade do município, que carecia de um trabalho nessa área já há

algum tempo, mas, apesar de proposto, não foi efetivado e se configurou como uma grande lacuna da gestão, mesmo com as parcerias com as entidades de apoio, que minimizaram os problemas já existentes desde a outra gestão;

- ✓ Duas propostas específicas de gestão democrática foram aparentemente feitas em função de demandas de profissionais da educação, visando sanar problemas existentes no município (mas que também podem ser realidade em outros), mas que posteriormente não foram implementados. São as propostas de eleição para a presidência do Conselho Municipal de Educação – CME e de descentralização da verba da educação diretamente para as escolas. Aparentemente outros interesses se sobrepuseram as propostas citadas e as mesmas foram “esquecidas” ao longo dos mandatos. A questão da eleição da presidência do CME foi retomada pelos próprios profissionais e, apesar da oposição do executivo, foi definida como eleição e não como presidência nata do Secretário da Educação;
- ✓ Um viés forte nas propostas foi a questão das parcerias público-privadas: apesar de não constar no Programa de Governo do primeiro mandato, foi a lógica maior dessa gestão já nos seus primeiros anos. Essas propostas englobaram desde a contratação de empresa para fornecer apostila para todos os alunos da rede, livros inglês para parte dos alunos, convênio com creches particulares para atendimento da demanda, apoio a SESI-SENAI até as ações efetivadas que não foram objeto de propostas ao longo do mandato, tais como a terceirização de merendeiras e ajudantes gerais;
- ✓ Outra marca característica da gestão foi a lógica das doações, que envolveu desde uniformes e material escolar, sendo “usado pelo governo” nessa lógica também as doações de apostilas (da empresa contratada, dos livros de EJA elaborados pelos professores) e de material de apoio pedagógico (de artes, educação física e outros), “cativando” significativamente os pais de alunos;

De modo geral, retomando as questões iniciais, podemos afirmar que existiu uma proposta para a educação, apesar de não se caracterizar como uma proposta mais contundente, coerente e afinada com os efetivos problemas da rede municipal, essencialmente por não envolver a visão de profissionais da educação da rede na sua elaboração.

No que se refere à concretização das políticas, essa se deu em função mais de uma lógica de gestão do governo (centralizador, mantendo a concentração do poder, seguindo e procurando atender aos anseios da comunidade em geral), de um atrelamento à uma lógica regional e até nacional (“assistencialismo” em relação aos alunos, “parcerias” com a área privada) do que uma concretização coerente com o que foi proposto inicialmente.

Tendo em vista a já demonstrada insipiência partidária brasileira (citados por Borges – 2002 e Brum – 1981), também não se verificou uma coerência com programas e propostas do PMDB no âmbito nacional, incoerência evidenciada também nas coligações partidárias efetivadas nas duas eleições.

Apesar disso, visivelmente, essa gestão “concluiu” a municipalização (unificação das unidades escolares, sistema integrado de informatização, etc.); estruturou a rede como um sistema de ensino autônomo (para além dos requisitos básicos legais, a rede consolidou práticas comuns de gestão e organização, traduzidos no Regimento Comum das Escolas de Educação Básica) e avançou em diversos aspectos da melhoria da educação (melhoria dos indicadores educacionais externos, melhoria das condições de trabalho e saláris dos profissionais da educação, etc.).

Referências bibliográficas

AGEMCAMP. Região Metropolitana de Campinas: 14 anos de integração. Disponível em: <<http://www.agemcamp.sp.gov.br>>. Acesso em 19 jun. 2014

BERMAN, Paul. **El estudio de la macro y micro-implementación**. In: VILLANUEVA, Luis F. Aguilar. La implementación de las políticas. México: Miguel Ángel Porrúa, 2007. p. 281-317.

BORGES, Zacarias Pereira. **Política e Educação - análise de uma perspectiva partidária**. 1. ed. Campinas: Hortograph, 2002. v. 1. 293 p.

BRUM, Argemiro Jacob. Democracia e partidos políticos no Brasil. Ijuí: Unijuí, 1981.

CAMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em 05 nov. 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS. Programa Sala de Visitas – 04/06/2014 – Ex-Prefeito Marcos José da Silva. Disponível em <<http://www.camaravalinhos.sp.gov.br/?module=videos#>> Acesso em 15 jun. 2014

CHACON, Valmireh. História dos partidos políticos brasileiros: discurso e práxis de seus programas. Brasília, Editora UnB, 1985 *apud* BORGES, Zacarias Pereira. **Política e Educação - análise de uma perspectiva partidária**. 1. ed. Campinas: Hortograph, 2002. v. 1. 293 p.

DUVERGER, Maurice. Les partis politiques. Paris, A. Colin, 1976 *apud* SEILER, Daniel-Louis. **Os partidos políticos**. Tradução de Renata Maria Pereira Cordeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. 174 p.

DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. Trad. De Cristiano Monteiro Oiticica, Rio de Janeiro, Zahar, 1970 *apud* BORGES, Zacarias Pereira. **Política e Educação - análise de uma perspectiva partidária**. 1. ed. Campinas: Hortograph, 2002. v. 1. 293 p.

FINEP/NEPP/NEPO/IE. **Estudos Regionais – Região Metropolitana de Campinas**.

Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:

Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais. Convênio

FINEP/FNDCT/NEPP/Regiões Metropolitanas, 2009. Disponível em

<<http://www.nepo.unicamp.br/simesp/Site/Estudos/RMC.pdf>> Acesso em 15 nov. 2014.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Eleição de candidatos.

Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em 19 jan. 2014.

GRACINDO , Regina Vinhaes. **O escrito, o dito e o feito: Educação e partidos políticos**.

Campinas, SP: Papirus, 1994.

GRUPO ABRIL. **Educar para crescer**. São Paulo, SP. Disponível em

<<http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/politica-educacao-410058.shtml>>.

Acesso em: 7 abr. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO

TEIXEIRA – INEP. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 05 nov. 2013.

LAVAU, Georges. *Partis politiques et réalités sociales*. Paris, A. Colin, 1953 *apud*

SEILER, Daniel-Louis. **Os partidos políticos**. Tradução de Renata Maria Pereira Cordeiro.

Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

174 p.

MACEDO, Marina Quintanilha. **A instituição da supervisão de ensino e a**

municipalização em Valinhos : tensões, conflitos e incertezas. Dissertação (Mestrado).

São Carlos : UFSCar, 2008.

PMDB. **História**. Brasília, DF, 11 jun. 2012. Disponível em
<<http://pmdb.org.br/institucional/historia/>>. Acesso em: 05 nov. 2013.

PMDB. **Números do partido**. Brasília, DF, 11 jun. 2012. Disponível em
<<http://pmdb.org.br/institucional/numeros-do-partido/>>. Acesso em: 05 nov. 2013.

PMDB. **Programa Partidário**. Brasília, DF, 11 jun. 2012. Disponível em
<<http://pmdb.org.br/institucional/programa-partidario/>>. Acesso em: 05 nov. 2013.

REVISTA EXAME. **As 50 melhores cidades do Brasil para viver, segundo a ONU**.
Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/as-50-melhores-cidades-do-brasil-para-se-viver-segundo-onu?p=13>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

PEREZ, Jose Roberto . **Diagnóstico da Educação Básica na RMC**. Campinas:
Observatório Metropolitano - Indicadores da RMC, 2010 (Texto para Discussão).

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil: (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge
Zahar Editora, 2000. (Coleção Descobrindo o Brasil)

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Municipalização do
Ensino**. Disponível em <<http://www.municipalizacao.edunet.gov.br>> Acesso em 17 jan.
2014

SEILER, Daniel-Louis. **Os partidos políticos**. Tradução de Renata Maria Pereira Cordeiro.
Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
174 p.

SEMEGHINI, U. **Campinas (1960 a 1980): agricultura, indústria e urbanização**.
Campinas, 1988. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia,
Universidade Estadual de Campinas Apud FINEP/NEPP/NEPO/IE. Estudos Regionais –

Região Metropolitana de Campinas. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais. Convênio FINEP/FNDCT/NEPP/Regiões Metropolitanas, 2009. Disponível em <<http://www.nepo.unicamp.br/simesp/Site/Estudos/RMC.pdf>> Acesso em 15 nov. 2014.

SENADO FEDERAL. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em 05 nov. 2013

SINGER, Paul. Poder, política e educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 1, p. 5-15, jan./abr. 1996.

SOUZA, M. L. **Educação, estado e empresariado: a fórmula para resolução dos problemas sociais na visão da burguesia industrial**. In: Seminário Internacional Gramsci e os movimentos populares, 2010, Niterói. Seminário Internacional Gramsci e os movimentos populares, 2010.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br>>. Acesso em 05 nov. 2013

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Partidos políticos registrados no TSE**. Brasília, DF, 6 dez. 2013. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>>. Acesso em: 05 nov. 2013.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Registro de Candidatura – Prefeito (VALINHOS /SP)**. Brasília, DF, 6 dez. 2013. Disponível em <<http://divulgacand2012.tse.jus.br/divulgacand2012>>. Acesso em: 17 fev. 2013.

UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA. Breve histórico da UDR. São Paulo, SP. Disponível em: <<http://www.udr.org.br>>. Acesso em 19 jan. 2014